



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
CENTRO TECNOLÓGICO (CTC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (PósARQ)

Larissa Siqueira Chaves

Ecofeminismo e direito à cidade: as mulheres da agricultura urbana na Grande Florianópolis

Florianópolis

2022

Larissa Siqueira Chaves

Ecofeminismo e direito à cidade: as mulheres da agricultura urbana na Grande Florianópolis

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.a Soraya Nórr, Dr.a

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Chaves, Larissa Siqueira

Ecofeminismo e direito à cidade : as mulheres da
agricultura urbana na Grande Florianópolis / Larissa
Siqueira Chaves ; orientador, Soraya Nórr, 2022.
175 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Ecofeminismo. 3. Direito
à cidade. 4. Agricultura Urbana. 5. Mulheres. I. Nórr, Soraya
. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Larissa Siqueira Chaves

Ecofeminismo e direito à cidade: as mulheres da agricultura urbana na Grande
Florianópolis

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.a Dr.a Máira Longhinotti Felipe
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof.a Dr.a Silvana Marta Tumelero
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Prof.a Máira Longhinotti Felipe, Dr.a
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Prof.a Soraya Nór, Dr.a
Orientadora

Florianópolis, 2022

Este trabalho é dedicado a todas as mulheres que por meio de seus corpo-territórios lutam por uma Terra onde a vida valha a pena.

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer expressa cuidado, estar atenta e sensível aquilo que de concreto nos toca, nos move. Por isso, meu agradecimento a todas as pessoas que de uma forma ou de outra me moveram, me ajudaram e de mim cuidaram durante esse processo, que aqui não se encerra, apenas se principia. Agradeço aos meus pais por me apoiarem no meu longo percurso de formação acadêmica e, sobretudo, como pessoa, por acolher minhas escolhas e meus caminhos. Ao meu irmão e aos meus primos queridos e à toda a minha família, ou melhor, como dissemos entre nós, nosso clã que se mantém unido pela força das mulheres, pelas tias, pelas primas e pelas avós: Nazaré, Lena, Regina, Dalva, Rita, Marita, Myriam, Gláucia, Cláudia. Era na mesa aos domingos que todos nos encontrávamos seja em Florianópolis, seja em Passa Quatro.

Agradeço também:

À CAPES pela bolsa, tão importante para que nós, estudantes-pesquisadores, nos dediquemos plenamente à pesquisa e à construção do conhecimento e da ciência em nosso território.

Aos professores e funcionários da Arquitetura e Urbanismo e da Universidade Federal de Santa Catarina, universidade pública, gratuita e de excelência que me propiciou tantos encontros, experiências e conquistas durante a graduação e o mestrado.

À minha orientadora Soraya, pelo suporte, pelas discussões profícuas, por partilhar esse percurso que para mim ainda é tão novo.

Aos colegas do grupo de pesquisa pelas discussões e pelas conversas que sempre me estimularam e me ajudaram a construir este trabalho.

Às colegas da Associação de Pós-Graduandos (APG-UFSC) com quem convivi e muito aprendi sobre a luta pelo ensino universitário público, gratuito e de qualidade.

Aos amigos do Pós-Arq pelas conversas, pelos nossos encontros regados a comidas e a fofocas.

Aos amigos: Felipe Carbonera pelas trocas, pelas conversas e pelos passeios, por compartilhar essa jornada desde a graduação. Diogo, amigo querido com quem adoro conversar e partilhar as coisas da vida e do trabalho de pesquisa. Arthur, pelos almoços e sorvetes regados a conversas sobre a vida.

À Mafer e Gio, por sempre se fazerem presentes, pelas discussões que transcenderam e reverberaram para além das telas luminosas que nos separavam.

À Gio, em especial, um reencontro inesperado e potente que nos permitiu trilharmos essa trajetória de forma conjunta percorrendo as imbricações, as fissuras e as feridas da arquitetura, do urbanismo e do feminismo. Por compartilharmos nossas angústias, nossas palavras, nossas costuras e nossos bordados.

E a todas as mulheres da agricultura urbana que me ajudaram a construir esta pesquisa.

Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade? Nós conseguiremos! (LUXEMBURGO, 1918).

RESUMO

As problemáticas e os desafios que nos cercam desvelam a crise sistêmica de nossa sociedade. Assim, clama-se por alternativas anticapitalistas, que possibilitam a emergência de novos tempos e modos de viver, de interagir com os outros, com o espaço e a cidade. É, nesse sentido, que desponta este trabalho: procurando investigar e desvelar como as atividades e o engajamento das mulheres da agricultura urbana da Grande Florianópolis estão alinhadas com os ideais ecofeministas e com o direito à cidade por meio de três eixos: corpo, cotidiano e espaço-território. Tomando como base metodologias feministas, a história de vida e o discurso do sujeito coletivo realizamos entrevistas com mulheres que participam dos movimentos de agricultura urbana com o intuito de compreender suas perspectivas localizadas. O estudo revelou que essas mulheres conformam um grupo heterogêneo, com diferentes graus de engajamento em movimentos sociais, demonstrando que o trabalho que parte delas desenvolve desponta como alternativa contra hegemônica e ecofeminista. É sob essa perspectiva que as mulheres da agricultura urbana da Grande Florianópolis, por meio de seus corpos-territórios na agroecologia, estão envolvidas na construção de uma perspectiva de cidade renovada, ecofeminista, lutando por uma vida urbana transformada pelo reestabelecimento do metabolismo humanidade-natureza.

Palavras-chave: Ecofeminismo. Direito à cidade. Agricultura Urbana. Mulheres.

ABSTRACT

The problems and challenges that surround us today reveal a systemic crisis of our society. Thus, there is a constant clamor for anti-capitalist alternatives, which enable the emergence of new times and ways of living, of interacting with others, the space, and the city. It is in this sense that this work emerges, seeking to investigate and unveil how the activities and engagement of women in urban agriculture in Florianopolis are aligned with ecofeminist ideals and the right to the city through three axes: body, everyday life and space-territory. This dissertation has its framework based on feminist methodologies, Life History and the Discourse of the Collective Subject. In this regard, we conducted interviews with women who participate in urban agriculture movements in order to understand their situated perspectives. The outcome reveals that these women embodied a heterogeneous group, with different degrees of engagement in social movements. Hence, the activities and the work they develop in such groups disclose an alternative that are counter-hegemonic and ecofeminist. From this perspective the women of urban agriculture movements, through the work of their body-territories in agroecology, are engaged in building a renewed ecofeminist city, fighting to reshape urban life by restoring the humanity-nature metabolism.

Keywords: Ecofeminism. Right to the city. Urban Agriculture. Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de distribuição das mulheres da agricultura urbana entrevistadas por local de residência	28
Figura 2 – Mapa de distribuição das mulheres da agricultura urbana entrevistadas por local de atuação	29
Figura 3 – Ensinando compostagem em mutirão	31
Figura 4 – Agrofloresta crescendo e produzindo em área urbana	78
Figura 5 – Composição de cesta agroecológica, a maioria dos produtos são produzidos em Florianópolis e alguns, como a melancia, vêm de parcerias com outros produtores agroecológicos	94
Figura 6 – Dia de mutirão “o espaço da horta se transforma em festa”	102
Figura 7 – Barraca em feira de agroecologia.....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados gerais das mulheres entrevistadas.....	26
Quadro 2 – Entrevistas por data, duração, tipo e exercício do diário.....	147
Quadro 3 – Fragmento do quadro geral, base de análise das entrevistas	148
Quadro 4 – Categorização de ICs referentes à pergunta 2/3	149
Quadro 5 – Categorização de ICs referentes à pergunta 4/5	151
Quadro 6 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 6	153
Quadro 7 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 7/8	155
Quadro 8 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 10	157
Quadro 9 – Categorização de ideias centrais referentes às perguntas 11/12	158
Quadro 10 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 6/13	159
Quadro 11 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 13	161
Quadro 12 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 14	163
Quadro 13 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 15	164
Quadro 14 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 16	166
Quadro 15 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 17	168
Quadro 16 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 18	170
Quadro 17 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 19	171
Quadro 18 – Categorização de ideias centrais referentes à pandemia.....	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA Articulação Nacional de Agroecologia

AU Agricultura Urbana

CAAE Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CAE Conselho Municipal de Alimentação Escolar

CEPAGRO Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

CEPSH-UFSC Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina

COMSEAS Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis

CTC Centro Tecnológico

CUFA Central Única de Favelas

DSC Discurso do Sujeito Coletivo

EMAU Encontro Municipal de Agricultura Urbana

EUA Estados Unidos da América

FCSSAN Fórum Catarinense de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

FLORAM Fundação Municipal do Meio Ambiente

IC Ideia central

Incrá Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano

ITR Imposto Territorial Rural

MCD Grupo Modernidade-Colonialidade-Decolonialidade

MMC Movimento de Mulheres Camponesas

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

ONGs Organizações Não-Governamentais

PcD Pessoa com Deficiência

PDMPF Plano Diretor Municipal Participativo de Florianópolis

PMAPO Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica

PMAU Programa Municipal de Agricultura Urbana

PósARQ Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Rede PENSSAN Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

TISAC Terminal de Integração Saco dos Limões

TRS Teoria da Reprodução Social

UC Unidade de Conservação

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	PRELÚDIO: EU E O PROCESSO.....	15
1.2	DAS CRISES A ALTERNATIVAS RADICAIS	16
1.3	MULHERES, AGRICULTURA E ESPAÇO URBANO	18
1.4	DAS INTENÇÕES E DOS OBJETIVOS DO TRABALHO.....	21
2	NO QUE CONSISTE A PESQUISA	22
2.1	O PERCURSO METODOLÓGICO	24
2.2	QUESTÃO METODOLÓGICA E A EPISTEMOLOGIA ECOFEMINISTA.....	30
2.3	MATERIALIDADE E RELAÇÃO SUJEITO-OBJETO.....	34
3	SOBRE O ECOFEMINISMO	37
3.1	ESSENCIALISMO E ECOFEMINISMO.....	41
3.2	PERSPECTIVAS AMPLIADAS DOS ECOFEMINISMOS	46
3.2.1	Perspectiva conceitual	47
3.2.2	Perspectiva ética.....	48
3.2.3	Perspectiva histórica.....	49
3.2.4	Perspectiva socioeconômica	53
3.2.5	Perspectivas empírica e política (Ecofeminismos do Sul)	57
4	ECOFEMINISMO E DIREITO À CIDADE.....	61
4.1	CORPO E EPISTEMOLOGIAS MATERIALISTAS	62
4.1.1	Materialismo corporificado e corpo-território	66
4.1.2	A corporificação da experiência	74
4.1.3	Machismo cotidiano.....	83
4.1.4	Ser mulher é resistir, é lutar	86
4.2	COTIDIANO	89
4.2.1	Cotidiano e história	89
4.2.2	Cotidiano e alienação.....	94

4.2.3	O direito à cidade.....	100
4.2.4	Agricultura urbana, agroecologia e direito à cidade.....	103
4.2.5	A pandemia	108
4.3	ESPAÇO-TERRITÓRIO	110
4.3.1	Florianópolis, território em disputa.....	115
4.3.2	Florianópolis, um grande desafio	120
5	RUMO A UM URBANISMO ECOFEMINISTA.....	125
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
	REFERÊNCIAS.....	133
	APÊNDICE A – Roteiro da entrevista	144
	APÊNDICE B – Proposta diário	146
	APÊNDICE C – Informações sobre as entrevistas.....	147
	APÊNDICE D – Fragmento do quadro geral	148
	APÊNDICE E – Quadro de Ideias Centrais (ICs).....	149

1 INTRODUÇÃO

1.1 PRELÚDIO: EU E O PROCESSO

O texto apresentado é resultado de uma construção que não se encerra na escrita, e não se limita a ela, é sobretudo a construção de um processo, minha desconstrução e construção como ser, pesquisadora. À medida que o texto foi tomando corpo, eu também fui me corporificando e reconstruindo enquanto tal. É um processo que se opera subjetivamente, no qual tento despir-me da pele ocidentalizada apegada aos princípios dominantes em nossa sociedade para submergir nas águas profundas de um outro universo repleto de sensações, de transcendência, de misticismo, fincado na terra, na materialidade das relações que estabelecemos entre nós, a natureza, o mundo.

A abordagem feminista me levou a isso, assim como me trouxe de volta à ecologia. Eu me formei como ecóloga em 2011, desiludida do meu campo de formação, e, nesse percurso fragmentado pela desilusão, deparei-me com a arquitetura e urbanismo. As tentativas de congregar os dois campos nunca me pareceram tão profícuas e me despertaram tanta paixão quanto ao deparar-me com essas temáticas, a ecologia, a arquitetura e o urbanismo, inserida no feminismo e, especificamente, no ecofeminismo. Foram necessários anos para as peças se assentarem e eu me situar, me constituir numa abordagem dentro da ecologia que me satisfizesse, como mulher branca, ecóloga e arquiteta e urbanista. Isso para enfatizar que o tempo e a história são fundamentais na nossa construção. Eu sei que nunca pensaria num trabalho com essa abordagem enquanto cursava ecologia, pois não tinha as bases para tanto, não havia, ainda, me constituído como o ser social histórico necessário para isso, naquele momento.

No decorrer da pesquisa, principalmente das entrevistas, fui me reconstituindo e me compreendendo melhor, as minhas próprias motivações e os meus desejos. Eu ia me recordando de momentos da infância e de como aquilo foi determinante. As palavras das mulheres que comigo construíram esta pesquisa muitas vezes se confundiam com as minhas próprias memórias e experiências de infância. O resgate que elas trouxeram em suas falas foi cada vez mais reverberando em mim mesma, nas lembranças do sítio da família, da produção de pêssego, das árvores em flores, das pessoas que trabalham colhendo e embalando, de vivências que fizeram parte da minha infância. Uma das minhas lembranças mais marcantes é comer morango direto do pé, é passear pelo pessegal todo florido, de comer pêssego até não poder mais. São memórias dos peixinhos no lago, da hortelã que crescia no mato, de subir em árvores para

brincar ou apanhar goiaba. Enfim, são experiências sensoriais, corporais que foram fundamentais na minha formação e no que sou hoje.

Essa experiência sinestésica se entrelaça com a experiência como pesquisadora. No meu percurso pelos feminismos, fui sensibilizada pela figura da *mestiza* de Glória Anzaldúa (2019). Para a autora, a *mestiza* é aquela que habita o entre fronteiras¹. As fronteiras são várias. Porém, há duas que são pujantes, que contêm na transcendência do limiar, ou melhor, na busca por essa transcendência uma potência criadora, de criar possibilidades, novos tipos de convivência, novas formas de habitar espaços e cidades. A primeira delas é a fronteira que permeia o pensamento, são as ideologias que se enraízam nos modos de vida e se espacializam. Representam os limites a que somos impostos por um sistema-humanidade na cultura ocidental. Sistema esse que é colonial, classista, racista, sexista, que nega os conhecimentos tradicionais, que vê na ciência positivista cartesiana a única forma de se fazer ciência, que é binário em sua essência e, portanto, exclui as diversidades e as pluralidades. A imersão nesse mundo limitado, fronteiro, clama pela superação.

A outra fronteira, que invariavelmente faz parte da anterior, é a fronteira, ainda insipiente e mesmo assim potente, que separa o feminismo como epistemologia e o campo da arquitetura e do urbanismo. É essa fronteira que procuro não só habitar, percorrer, submergir, mas procuro, sobretudo, transcendê-la.

Dessa forma, a ideia da consciência *mestiza* é aquela que envolve e mobiliza, que impele a buscar novas perspectivas e visões acerca do conhecimento e do papel da mulher como ser fundamental dentro da construção de um novo saber e de novas possibilidades concretas. Diante disso, é relevante pensar que o encontro entre culturas é profícuo e que dele é possível emergir uma síntese que opera fora das dualidades e dos sistemas binários e que possui a potência para o enfrentamento das opressões e o desmantelamento dos muros e das fronteiras, sejam físicos ou simbólicos.

1.2 DAS CRISES A ALTERNATIVAS RADICAIS

¹ A consciência *mestiza* das fronteiras de Anzaldúa (2019) é a materialização da condição histórica-subjetiva da autora. Norte-americana, chicana, lésbica, cresceu em uma cidade de fronteira entre os Estados Unidos e o México. Assim, a fronteira a que se refere toma partido dessa localização sócio-histórica. Faço, aqui, uma releitura desse conceito, uma reconfiguração a minha especificidade para lançar reflexões sobre minhas próprias fronteiras como mulher branca ecóloga, arquiteta e urbanista.

Atualmente, a palavra "crise" talvez seja aquela que mais insistentemente ecoa em nossos ouvidos: crise ecológica ambiental, crise econômica, crise sanitária, crise pandêmica, crise social, crise política, crise urbana, crise do cuidado etc. É fundamental compreendermos a complexidade e a inter-relação por trás da totalidade das crises. “Essas crises são parte de um todo. [...] Elas se retroalimentam” (SOLÓN, 2019, p. 13). Em suma, é uma crise de civilização, de todo um modo de pensar e de agir, um modo contraditório e não condizente com a sensibilidade do mundo que nos rodeia e que, portanto, precipita a humanidade ao abismo (LEFF, 2006; LÖWY, 2013). A crise social generalizada tem como base não somente o capitalismo compreendido como sistema econômico em suas formas atuais: global, financeiro e neoliberal; mas também como toda uma ordem de organização das relações sociais que mantém a organização sistêmica de exploração, seja de indivíduos, seja da natureza (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Quando Morin (2005) afirma que a crise traz consigo as incertezas e, nesse sentido, escancara as contradições, o autor reitera a noção de complexidade que parte do incerto como possibilidade. O contraditório contém a potência de gerar novas alternativas ao permitir o contato com a realidade concreta e profunda. Uma realidade multidimensional, na qual os mais variados vetores encontram-se imbricados, nada se encontra isolado, recortado de uma totalidade. “No fim das contas, tudo é solidário. Se você tem o senso da complexidade, você tem o senso da solidariedade” (MORIN, 2005, p. 68).

Assim, o que nos resta é buscar alternativas radicais e solidárias que habitam as fronteiras do sistema expondo suas contradições e resistindo a suas perversidades. O desenvolvimento de outras possibilidades de relação com os outros e a natureza necessita do desmantelamento de todo o sistema sócio-histórico, ou seja, do capital, do patriarcado, do andro e antropocentrismo, da noção de progresso e do produtivismo a ele atrelados (SOLÓN, 2019).

É, nesse sentido, que autores como Leff (2006), Solón (2019) e Löwy (2020) reconhecem a radicalidade do ecofeminismo inserida no contexto antissistêmico, ou seja, um movimento que se contrapõe ao sistema capitalista, responsável se não pelas origens, pelos aprofundamentos das problemáticas sociais e ambientais. Assim, para o ecofeminismo, há uma relação intrínseca entre a opressão das mulheres e a exploração da natureza. Por trás dessas opressões, opera uma mesma lógica, que valoriza a produtividade acima de tudo, na qual se chocam a produção e a reprodução. Nesse processo, tanto o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres quanto a exploração, e por que não, a aniquilação da natureza, são tratadas como externalidades, ou seja, estão fora da lógica do sistema econômico produtivo de valor

(SALLEH, 2017, [1997]; MELLOR, 1997). Mais uma das tantas contradições em nossa sociedade resultante do modo de produção capitalista.

Diante desse panorama, evidencia-se a relevância de abordagens que integram feminismo e ecologia e, sobretudo, aquelas que os integram à problemática da produção do espaço, do fazer cidade, do lugar onde se constrói relações sociais e naturais. Esse intercruzamento permite abordar a materialidade dessas relações para além da mera externalidade, da aparência. No que se refere ao feminismo, as mulheres compõem o grupo mais vulnerável aos desastres ambientais e climáticos e, não por acaso, são a última fronteira de resistência perante a violência sistêmica e a mercantilização da natureza (FEDERICI, 2019).

Autoras como Salleh (2017), Mies e Shiva (2021, [1993]), Svampa (2015), Siliprandi (2015) e Cisne (2015) evidenciam a potência das práticas que emergem do cotidiano das mulheres como alternativas reais à lógica opressora estruturante. As possibilidades, portanto, “[...] não surgem no vazio. Emergem de lutas, experiências, iniciativas, vitórias, derrotas e do ressurgimento dos movimentos sociais, e aparecem em um processo muitas vezes contraditório de análises, práticas e propostas que são validadas na realidade.” (SOLÓN, 2019, p. 15).

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos. Na *Introdução*, encontram-se as justificativas do trabalho, assim como os objetivos. No capítulo dois, *No que consiste a pesquisa*, mostro quais são os procedimentos metodológicos utilizados: a história de vida e o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Além disso, apresento uma discussão sobre metodologia no âmbito do feminismo e as contribuições deste para a filosofia da ciência, para a epistemologia. No capítulo *Sobre ecofeminismo*, trago no que consiste o ecofeminismo, como compreende a relação mulheres e natureza e as perspectivas pelas quais é possível abordar essa relação. Em *Ecofeminismo e direito à cidade*, apresento os três eixos de análise do trabalho: corpo, cotidiano e espaço-território, compreendidos tanto teoricamente quando no âmbito das perspectivas, das percepções e das experiências das mulheres dos movimentos de agricultura urbana da Grande Florianópolis. Finalmente, no capítulo *Rumo a um urbanismo ecofeminista*, discuto quais seriam os eixos e os elementos de um urbanismo baseado nos princípios ecofeministas.

1.3 MULHERES, AGRICULTURA E ESPAÇO URBANO

O ecofeminismo e, especialmente a epistemologia ecofeminista, tem muito a contribuir para o estudo do espaço, da cidade e, especificamente, do direito à cidade numa perspectiva radical. A luta pelo direito à cidade constrói-se no cotidiano e na vivência das mulheres no âmbito da agricultura urbana agroecológica e nas atividades a ela relacionadas. Uma vez que essas relações extrapolam os confins da atividade em si e repercutem na produção do espaço e na reivindicação da cidade como espaço de apropriação comum.

Este trabalho não tem o intuito de fazer um estudo sobre agricultura urbana, mas partir da história, da vivência e da perspectiva localizada das mulheres que a constroem. A agricultura urbana, nesse sentido, torna-se a lente através da qual se lerá a perspectiva das mulheres no âmbito cotidiano, do corpo, do fazer e do tecer espaços e relações.

E por que a agricultura urbana? Por ter um ponto de convergência entre a problemática ambiental e a produção do espaço urbano, na medida em que as atividades que envolvem produção de alimentos nas cidades evidenciam a alienação e as dicotomias cultura-natureza e cidade-campo que estão no cerne das contradições que giram em torno do planejamento e das relações meio urbano e meio rural, produção e reprodução.

A agricultura urbana é um campo de convergências entre diversos movimentos e lutas por uma cidade justa, sustentável e construída cotidianamente pelas pessoas, buscando mitigar as dicotomias entre o rural e urbano e garantir a apropriação da cidade pela população. O movimento pela agricultura urbana demarca a centralidade da luta pela terra e pelas reformas urbana e agrária. (ENAU, 2015, p. 1).

Assim, a agricultura agroecológica nas cidades congrega e tensiona os campos da ecologia e do urbanismo, evidenciando novas possibilidades concretas que visam à sustentabilidade urbana para além do mero discurso ideológico. Revela, portanto, uma nova forma de relação com o ambiente construído, uma nova forma de viver a cidade. Promove uma ruptura com a ideia de que seria inconcebível, ou mesmo contraditório, compatibilizar sistemas antrópicos e sistemas naturais no espaço urbano, como se fossem polos opostos e não complementares ou mesmo codependentes (COUTINHO; COSTA, 2011, p. 86).

“O que diferencia a agricultura no espaço urbano é essa possibilidade de troca de experiências e estórias pessoais, que agregadas a outras discussões de pensar a cidade, a caracteriza como um movimento, pois une as pessoas em torno de interesses comuns, pelo bem viver.” (SAGAE, 2020, p. 48). Além disso, o que caracteriza um movimento pela agricultura urbana é a convergência de vários agentes por um projeto de cidade comum, sejam eles institucionais, da sociedade civil e comunitária ou mesmo iniciativas individuais. Esse projeto

comum se contrapõe a um projeto de cidade única dos poderes hegemônicos, das elites. No caso de Florianópolis, prefiro enfatizar que há *movimentos* pela agricultura urbana, pois há muitas iniciativas diferentes, que nem mesmo aqueles que trabalham com isso estão cientes de todas elas e nem sempre há uma convergência de ideias entre os movimentos. Ou seja, não há uma entidade que congregue todos esses movimentos a ponto de dizer que há uma coesão entre eles, embora a Rede Semear Floripa de Agricultura Urbana tenha a potencialidade para se tornar o espaço coletivo de articulação dos movimentos.

Há trabalhos que versam sobre agricultura e questões de gênero no âmbito do espaço urbano, porém no que diz respeito aos estudos nos territórios metropolitanos brasileiros, eles ainda são poucos (DE CARVALHO; BÓGUS, 2020). Por um lado, isso possibilita trazer novas nuances e abordagens para se pensar a cidade, mas, por outro, esse fato dificulta uma discussão mais ampliada dos resultados. Em contrapartida, a literatura sobre gênero, mulheres e agroecologia no meio rural é muito mais vasta no Brasil.

Assim, as mulheres e a agricultura possuem uma longa relação histórica, elas respondem por mais da metade da produção de alimentos do Planeta, garantem a segurança e a soberania alimentar, além de contribuir para a manutenção da biodiversidade (ZAVALA, 2019). As mulheres são, em grande medida, aquelas que guardam e transmitem os conhecimentos tradicionais, assim como, em sua maioria, são as guardiãs das sementes crioulas² (SILIPRANDI, 2015).

Por outro lado, a prevalência de insegurança alimentar atinge mais severamente as mulheres que os homens. Soma-se a essa desigualdade uma outra, que é a disparidade de acesso à terra, aos recursos financeiros e técnicos. Outro dado relevante é que das pessoas com fome crônicas no mundo: 60% são mulheres e crianças (ZAVALA, 2019). Então, vemos que um mesmo grupo (as mulheres), que alimenta a maior parte da população do Planeta, seria aquele que dispõe de escassos recursos e passa fome. Essas contradições são meramente sintomáticas. Sintomas de toda uma lógica produtiva fundada na desigualdade e na opressão – que vale ressaltar não operam de forma separadas – de gênero, de raça e de classe.

O ecofeminismo, no âmbito da teoria crítica, trata dessas interconexões e contradições. Não somente exige uma crítica ampla ao capital e suas condições de produção, mas, acima de

² Sementes crioulas são variedades que expressam a relação metabólica humanidade-natureza, foram selecionadas por gerações e congregam toda a diversidade genética que as inter-relações ecológicas proporcionam, seja com outras espécies, seja com o ambiente.

tudo, necessita embasar essa crítica em uma das contradições mais fundamentais que é aquela da relação natureza-mulher-trabalho (SALLEH, 2017).

Dessa forma, agricultura urbana é elemento por meio do qual transita o ecofeminismo, as mulheres e seu trabalho e a produção do espaço urbano no âmbito do direito à cidade. Um direito à cidade baseado no uso e apropriação do espaço por pessoas comuns, para suas necessidades diárias da reprodução da vida, mas também compreendido como horizonte utópico, o qual tem como fim a transformação das relações sociais e a derrocada das estruturas alienantes do capital (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 2001).

1.4 DAS INTENÇÕES E DOS OBJETIVOS DO TRABALHO

Pretendo expor e discutir as imbricações, no âmbito da teoria crítica marxista, entre ecofeminismo e direito à cidade. Assim, tomo como partida as seguintes problemáticas: Como as mulheres da agricultura urbana da Grande Florianópolis contribuem para a construção do direito à cidade? Quem são essas mulheres e em que esfera da agricultura urbana atuam? Como contribuem para construção de um ambiente urbano mais ecológico? Que motivações as impulsionam? Quais são seus principais desafios? Essas mulheres integram movimentos sociais urbanos que se mobilizam em prol de um espaço urbano mais ecológico?

O objetivo geral do trabalho consiste em investigar e desvelar como as atividades e o engajamento das mulheres da agricultura urbana da Grande Florianópolis estão atreladas ao ecofeminismo e ao direito à cidade por meio de três eixos: corpo, cotidiano e espaço-território. Diante disso surgem questionamentos tais como: quais são as implicações do nexo natureza-mulher-trabalho na produção do espaço e da cidade? E como isso reflete na questão do direito à cidade, nas relações das mulheres com o espaço-território, com o corpo e com o cotidiano?

Assim, pretende-se:

- Compreender as imbricações entre ecofeminismo, espaço urbano e direito à cidade.
- Evidenciar o papel e as contribuições das mulheres para a agricultura urbana no âmbito do direito à cidade.
- Evidenciar as percepções dessas mulheres sobre si mesmas, o trabalho que realizam e a cidade (Florianópolis).

- Desvelar como se processa a relação das mulheres dos movimentos pela agricultura urbana com a cidade e a natureza.

2 NO QUE CONSISTE A PESQUISA

A pesquisa tem como ponto de partida os debates teóricos que concernem ao ecofeminismo, como epistemologia e processos metodológicos associados. Adotando como referência principal os autores que se inserem na teoria crítica marxista, busco compreender o ecofeminismo como movimento, as nuances que abarca, assim como suas intersecções com o espaço urbano e o direito à cidade.

Uma maneira crucial na qual o marxismo se diferencia das teorias “burguesas” da sociedade é o seu compromisso com o materialismo ou, para sermos mais precisos, o seu compromisso com a teoria fundamentada nas práticas humanas corporificadas, através das quais a vida sócio-material é produzida e reproduzida. Ser um marxista é investigar o âmbito das relações concretas, historicamente construídas de pessoas e coisas e apresentar os padrões, regras e contradições descobertos nesse âmbito como explicações críticas do social. (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 27).

Para atingir os objetivos supracitados, foram realizadas entrevistas com 17 mulheres³, que integram movimentos pela agricultura urbana (AU) de Florianópolis. Dentre elas: agricultoras urbanas, agricultoras comunitárias, militantes e aquelas que trabalham com AU, no caso ongistas. Desse modo, tem-se uma visão mais abrangente de suas vivências e de suas perspectivas, possibilitando revelar a mulher como sujeita sócio-histórica e dando voz às tarefas e às contribuições que, muitas vezes, são invisibilizadas e silenciadas. É uma forma de explorar a materialidade das relações sociais da mulher como indivíduo, ser social que constrói o espaço urbano e, nesse caso, por meio da agricultura como prática política e ecológica.

Os procedimentos metodológicos qualitativos que nortearam esta pesquisa foram a história de vida e o DSC. A história de vida apresenta “uma maneira de recolocar o indivíduo no social e na história: inscrita entre a análise psicológica individual e a dos sistemas socioculturais, a história de vida permite captar de que modo indivíduos fazem a história e modelam sua sociedade, sendo também modelados por ela.” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 159). Uma abordagem que converge tanto para a perspectiva crítica, materialista histórica,

³ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH-UFSC) sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 47699621.7.0000.0121.

quanto para o ecofeminismo como epistemologia, uma vez que concerne ao indivíduo como ser social, ou seja, como subjetividade e parte integrante da coletividade do mundo.

Essa inflexão entre indivíduo e coletivo/sociedade é fundamental para uma perspectiva crítica e para este trabalho. Para Marx (2010, [1932], p.107), “O indivíduo é o ser social”, ou seja, a sociedade não é uma abstração, ela é formada por indivíduos, cuja existência “é atividade social; por isso, o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade, e com a consciência de mim como ser social”. Uma concepção diferente daquela do individualismo capitalista, na qual o “eu” é o começo e o fim da ação e não a sociedade, a coletividade. Na concepção marxiana, conceber-se como indivíduo é conceber-se numa relação de práxis dialética com a coletividade. Essa noção de indivíduo, portanto, compreende que não há uma dualidade entre teoria e prática, mas que a práxis do ser social “é determinação da existência humana como *elaboração* da realidade” (KOSIK, 1976, p. 202, grifo do autor).

Procurei trazer essa inseparabilidade entre teoria e prática também para a escrita da dissertação. Os estudos teóricos auxiliaram a alcançar os objetivos propostos, são portanto parte integrante da metodologia. Por esse motivo, a forma encontrada para apresentar o trabalho foi a costura de uma trama que mescla a discussão, os resultados, com os referenciais teóricos.

Tomando como ponto de partida essa inflexão dialética sujeito individual-coletivo, trago o DSC. Trata-se de uma análise metodológica dos discursos, procedimento que permite justamente revelar essa complexidade de imbricações entre partes (indivíduos) e todo (sociedade) (LEFEVRE; LEFEVRE; MARQUES, 2009). Nesse sentido, parte e todo se constituem mutuamente e esse aspecto acaba se refletindo nos discursos. De fato, o DSC faz uma ponte entre a concepção de totalidade marxista e o pensamento complexo de Morin (2005), possibilitando desvelar concepções de utopias concretas, de novas possibilidades de transformação da realidade social (LEFEVRE; LEFEVRE; MARQUES, 2009).

Portanto, a investigação por meio das experiências vividas, pelo cotidiano concreto, contém o germe da subversão que foge da norma e possibilita desvelar novas formas de conhecimento baseadas na instabilidade, no efêmero contrapondo-se às permanências universalizantes e possibilitando a emergência de ideias e de práticas transformadoras (DIAS, 2019). É, nesse sentido, que Ynestra King (1997, p. 144-145) afirma que “A dominação da natureza origina-se na sociedade e, deve, portanto, ser resolvida na sociedade. Assim, a mulher corporificada como agente histórico-social e não como produto da lei natural, é o objeto do ecofeminismo”.

2.1 O PERCURSO METODOLÓGICO

É interessante compreender que os caminhos da pesquisa raramente são fluidos e claros do início ao fim, e esse galgar pelas encruzilhadas e meandros que encontramos elucidam vários aspectos, assim como a forma final que o trabalho assume. O tema do ecofeminismo foi a chave inicial deste trabalho, a partir do estudo dessa temática foi possível buscar por quais outras temáticas se dariam a interconexão com a área da arquitetura e do urbanismo, de maneira a aterrar esses elementos na territorialidade da Grande Florianópolis. Dessa forma, foi somente num segundo momento que surgiram os temas do direito à cidade e da agricultura urbana e periurbana de bases agroecológicas. Vale ressaltar que, nesse momento, já estávamos em pandemia. Esse fato inviabilizou qualquer trabalho de campo mais aprofundado e a vivência corpórea das territorialidades e das trocas com as pessoas e as mulheres envolvidas nos movimentos.

A pandemia da covid-19 é um evento que extrapola as meras dificuldades encontradas para a realização da pesquisa. O processo de pesquisa já é solitário em um certo momento, mas ganhou outras proporções com a pandemia. Na medida em que nos recolhíamos, em que nossas rotinas foram profundamente alteradas, em que se processava um verdadeiro descaso e indiferença quanto à dor do outro e à vida do outro, em que o tempo, os dias se contavam em números que se acumulavam, a pesquisa, me parecia muito irrelevante e insignificante diante de tudo que estava acontecendo. Além disso, prosseguir com o trabalho e os procedimentos metodológicos, principalmente as entrevistas de forma remota, foi frustrante e desgastante.

A técnica para a seleção das sujeitas da pesquisa foi o procedimento metodológico “bola de neve”. A partir de um contato estabelecido com uma mulher reconhecida pelo seu papel de envolvimento ativo no âmbito da agricultura urbana de Florianópolis, foi possível contatar outras envolvidas. Num primeiro momento, consegui entrar em contato com 30 pessoas, com 18 delas tive uma conversa inicial de aproximação, por videochamada. Dessas 18 mulheres, 16 foram convidadas para a entrevista, por estarem mais envolvidas com atividades relacionadas à agricultura urbana naquele momento. Dentre essas 16, 13 mulheres foram entrevistadas. Apesar dos números, falar com essas mulheres e conhecê-las foi um processo árduo. A pandemia exacerbou o estar disponível o tempo inteiro, no caso das mulheres, a disponibilidade física e emocional. E, de fato, isso esgota qualquer um. Eu compreendia que a dificuldade que eu encontrava de estabelecer contato, em marcar uma conversa ou mesmo a entrevista já era muito

significativa, algumas eu nunca tive retorno, outras me disseram que não poderiam se disponibilizar, porque estavam sem tempo. Naquele momento, eu já sentia que essas mulheres estavam sobrecarregadas com o trabalho, seja produtivo ou reprodutivo, seja emocionalmente ou fisicamente, e isso acabou transparecendo em algumas das entrevistas que realizei. Então, a cada mulher que eu não conseguia me comunicar, eu me frustrava, mas eu compreendia que o momento era atípico e difícil, especialmente para elas. Essas dificuldades revelam muito sobre a condição da mulher e são, já em si mesmas, resultados relevantes para uma pesquisa no âmbito do ecofeminismo.

Quando a pandemia arrefeceu devido à vacinação, em meados do segundo semestre de 2021, e com algumas atividades sendo retomadas de forma presencial, foi possível fazer um pouco de trabalho de campo. Isso possibilitou conhecer alguns espaços, participar de mutirões e do Encontro Municipal de Agricultura Urbana (EMAU-2021), além do fato de conhecer mais mulheres envolvidas na atividade. Assim, foi possível realizar mais quatro entrevistas (totalizando 17 entrevistadas – Quadro 1). Essas entrevistas só ocorreram devido a esse contato presencial. Além disso, foi somente com as atividades presenciais que consegui compreender a dimensão, a complexidade do que pesquisava e das implicações para o território e a cidade, principalmente no que se refere aos agentes e aos conflitos no âmbito dos movimentos de agricultura urbana.

De forma a preservar o anonimato, foi conferido um código a cada uma das mulheres entrevistadas, no qual *E* significa entrevistada, seguido da idade no momento da entrevista e, posteriormente, o código que representa o papel ou a função que desempenha na agricultura urbana. Os quatro tipos de atuação que desempenham não foram definidos *a priori*, mas emergiram no decorrer da análise das entrevistas, ou seja, foram atribuídos em função das experiências cotidianas relatadas pelas sujeitas da pesquisa. Assim, têm-se: as agricultoras urbanas (AU), que trabalham e têm a agricultura como fonte de renda; as ongistas (OG), mulheres que trabalham em Organizações Não-Governamentais (ONGs) relacionadas à agricultura e à agroecologia; as militantes (MT), aquelas que são atuantes em coletivos e movimentos sociais, seja em prol da agricultura e da agroecologia, seja em movimentos pelo direito à cidade, pelo direito à natureza ou ao território; e as agricultoras comunitárias (AC), que são aquelas que possuem uma atuação predominantemente local, no âmbito da horta comunitária que participam. É importante frisar que essas funções e esses papéis não são estáticos, são conferidos para fazer emergir e evidenciar determinados discursos e posições, localizar mais pontualmente experiências que vêm de certo lugar para fins de análise no

trabalho. Há mulheres que são agricultoras comunitárias e militantes, ou que são agricultoras urbanas e militantes, ou mesmo agricultora comunitária e ongista, e essas facetas conformam um mesmo indivíduo e estão intimamente relacionadas. Porém, suas falas carregam experiências que considerei mais preponderantes sob determinada lente de análise, por isso a cada uma foi conferido um papel principal no âmbito da agricultura urbana.

Quadro 1 – Dados gerais das mulheres entrevistadas

		Idade	Ocupação	Papel na AU	Escolaridade	Estado civil	Filhos
1	E31AU	31	Engenheira agrônoma	Agricultora urbana	Pós-graduada	Casada	Sim
2	E49AU	49	Educadora física	Agricultora urbana	Superior completo	Casada	Sim
3	E30AU	30	Turismóloga	Agricultora urbana	Superior completo	Solteira	Não
4	E36AU	36	Arquiteta e urbanista	Agricultora urbana	Superior completo	Casada	Sim
5	E27AU	27	Engenheira agrônoma	Agricultora urbana	Superior completo	Casada	Não
6	E55OG	55	Educadora do campo	Ongista	Pós-graduada	Solteira	Sim
7	E35OG	35	Engenheira agrônoma	Ongista	Superior completo	Solteira	Não
8	E43MT	43	Geógrafa e educadora popular	Militante pela agricultura urbana	Superior completo	Solteira	Sim
9	E32MT	32	Historiadora e arqueóloga	Militante pela agricultura urbana	Pós-graduada	Casada	Não
10	E62MT	62	Professora de francês	Agricultora comunitária	Superior completo	Solteira	Sim
11	E60AC	60	Técnica administrativa da área da saúde e educadora física	Agricultora comunitária	Superior completo	Solteira	Sim
12	E47AC	47	Administradora trabalha com ecologia urbana e sustentabilidade	Agricultora comunitária	Superior completo	Viúva	Não
13	E36AC	36	Professora de ciências biológicas	Agricultora comunitária	Pós-graduada	Casada	Não

14	E51AC	51	Professora e assessora parlamentar	Agricultora comunitária	Superior completo	Casada	Sim
15	E78AC	78	Do lar	Agricultora comunitária	Ensino fundamental completo	Viúva	Sim
16	E39AC	39	<i>Designer</i>	Agricultora comunitária	Superior completo	Solteira	Não
17	E56AC	56	Do lar	Agricultora comunitária		Casada	Sim

Elaboração própria (2022).

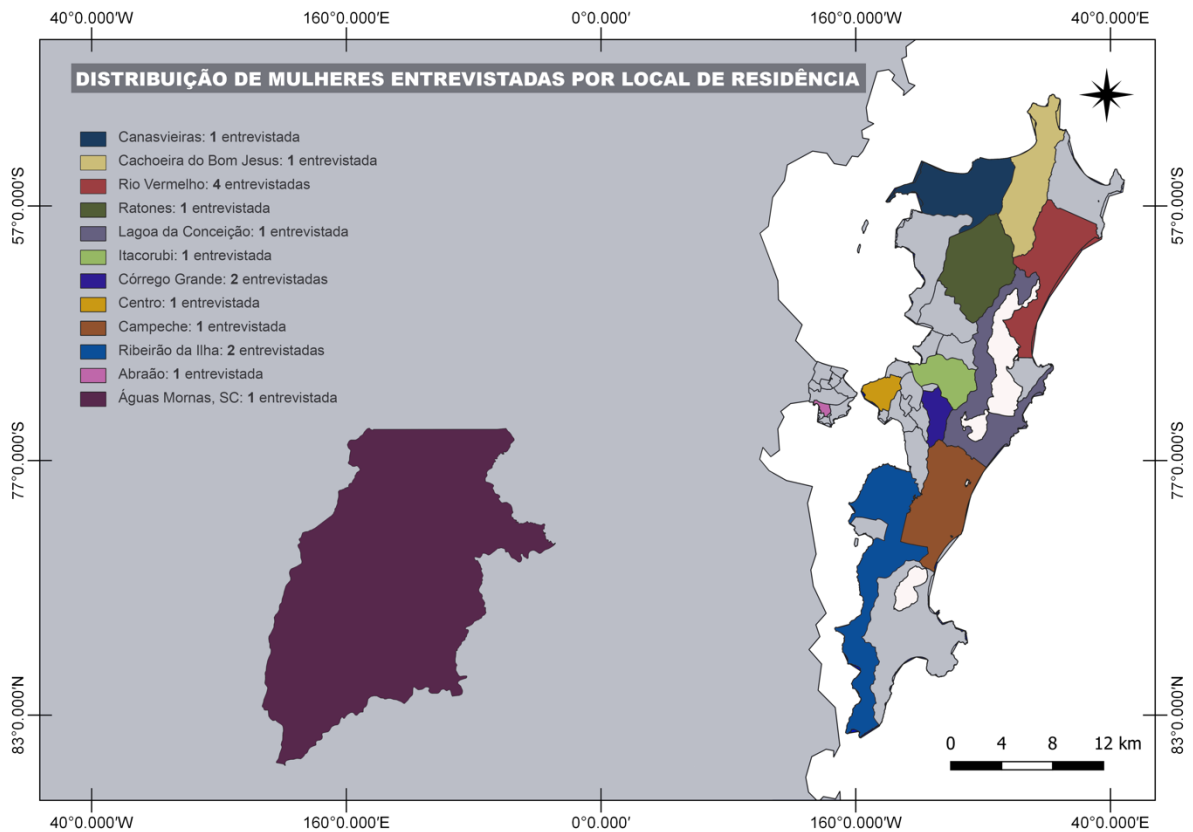
1. O código para cada entrevistada é formado pelo E (entrevistada) + idade + papel que desempenha na agricultura urbana. Assim, preserva-se o anonimato das entrevistadas.

Dentre as informações que a tabela acima nos mostra, encontra-se a questão da escolaridade das mulheres dos movimentos de agricultura urbana entrevistadas. Possuem em sua maioria ensino superior completo, ou até mesmo são pós-graduadas. Isso nos permite inferir que essa experiência acadêmica atrelada à vivência urbana traz outros elementos e entrelaçamentos para a percepção do cotidiano vivido. De fato, uma das questões que foram levantadas foi a formação acadêmica e o conhecimento adquirido como elementos motivadores para continuar desempenhando o trabalho com agroecologia (APÊNDICE E – Quadro 07). São realidades bem diferentes das mulheres rurais, nas quais algumas delas só tiveram oportunidade de estudar posteriormente e muito em função do trabalho coletivo em movimento organizado de mulheres (SILIPRANDI, 2015).

No que se refere ao local de moradia e à atuação dessas mulheres, é interessante apontar que há uma distribuição mais difusa pelos bairros, quando se trata do local de residência (Figura 1) e uma concentração no que se refere ao lugar de atuação (Figura 2). Isso ocorre devido ao fato de que a maioria das entrevistadas são agricultoras comunitárias que atuam em determinadas hortas urbanas que existem nesses bairros. Outro ponto é que não necessariamente a área de atuação ou trabalho é a mesma daquela do bairro de residência, principalmente quando se trata da agricultura urbana como trabalho produtivo dessas mulheres. No entanto, também ocorre porque os espaços de hortas comunitários que frequentam não estão localizados nos bairros de residência. Dois pontos a considerar, o primeiro é a questão de mobilidade, que é realizada, em sua maioria, por meio de caronas ou de transporte público, ratificando o que a literatura traz sobre as mulheres serem aquelas que mais dependem do transporte público (KERN, 2021); o outro ponto é a necessidade de descentralizar esses espaços de troca

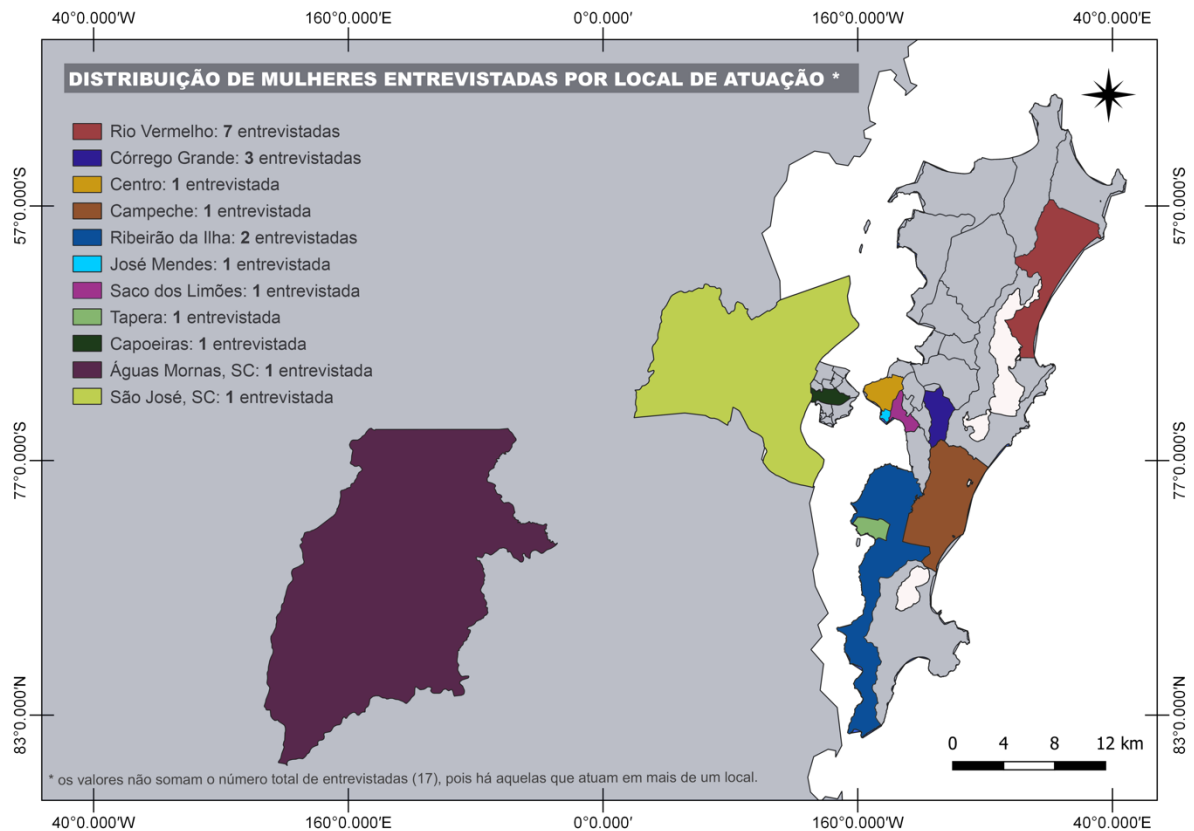
comunitária, de possibilitar a criação de laços de solidariedade e pertencimento em locais mais próximos da residência, diminuindo, assim, os deslocamentos.

Figura 1 – Mapa de distribuição das mulheres da agricultura urbana entrevistadas por local de residência



Elaboração própria (2022).

Figura 2 – Mapa de distribuição das mulheres da agricultura urbana entrevistadas por local de atuação



Elaboração própria (2022).

No que se refere ao processo de entrevista em si, foi elaborado um roteiro semiestruturado (APÊNDICE A), baseado em três categorias que emergiram do estudo das imbricações entre ecofeminismo e direito à cidade: corpo, cotidiano e espaço-território. Como foi realizado um único roteiro, ele foi se adaptando na medida em que a entrevista se desenvolvia, em função das especificidades da pessoa entrevistada e das atividades que ela desenvolvia no âmbito da AU, sempre procurando manter um caráter de conversa informal.

Como uma forma de manter uma comunicação ativa e aberta, assim como possibilitar outras contribuições que poderiam surgir após a entrevista e ainda considerando as categorias em análise, as entrevistadas foram convidadas a escrever um diário pessoal, como exercício. O intuito do diário era fazer emergir reflexões sobre as tarefas diárias por elas realizadas como uma forma complementar de coleta de dados, sem que houvesse interferência do pesquisador (PINHEIRO *et. al.*, 2008). Para tanto, foi elaborado um pequeno texto explicitando a intenção do exercício e as instruções necessárias (APÊNDICE B). A proposta era que o diário fosse

executado por sete dias consecutivos, para se ter uma ideia do cotidiano dessas mulheres, não exatamente do que elas faziam, mas as implicações das tarefas diárias nas relações com os espaços, as pessoas e com elas mesmas. Todas essas informações foram compartilhadas por WhatsApp. Das 17 entrevistadas, somente quatro delas realizaram o exercício do diário pessoal. Como não houve tanta aderência e muitas das informações ratificavam o que elas trouxeram nas entrevistas e não necessariamente traziam novas informações, optou-se por utilizar o exercício do diário como um complemento da entrevista daquelas que o enviaram e não como um procedimento metodológico à parte. As entrevistas ocorreram entre agosto e dezembro de 2021, algumas foram divididas em dois encontros devido ao longo tempo de duração (APÊNDICE C).

Como primeiro produto, obteve-se um grande quadro geral (APÊNDICE D), fundamental para o prosseguimento da análise, realizado por meio da metodologia do DSC (BRITO; LAUER-LEITE; NOVAIS, 2021). Dessa forma, a análise pelo DSC foi aplicada a esse quadro geral e não para a íntegra das transcrições, devido à quantidade de material coletado, optou-se pela realização dessa pré-análise. O DSC é efetuado pergunta a pergunta, identificando ideias centrais (IC) nos discursos para posteriormente classificá-las. Essa etapa de categorização em ICs foi realizada para todos os questionamentos do roteiro (APÊNDICE E), porém a montagem do DSC somente foi aplicada a algumas questões ou ICs, pois, dessa forma, percebeu-se que havia maior liberdade entre o processamento dos dados e a escrita. O intercruzamento de ICs entre as questões levantadas, ou seja, determinada IC se repetiu em questões diferentes, também justificou esse fato. Essa adaptação metodológica facilitou a discussão dos resultados ao longo do trabalho, tornando-a mais dinâmica.

Esse desvio da metodologia corrente do DSC foi uma adaptação executada de forma a facilitar a análise, e está em conformidade com a concepção de construção de uma metodologia de bases feministas, ou seja, que se constrói no processo de pesquisa, que não se restringe às normas preestabelecidas, mas que se molda conforme o andamento do trabalho, pela prática e pela experimentação no fazer. Esse assunto sobre metodologia feminista será melhor desvelado ao longo do trabalho.

2.2 QUESTÃO METODOLÓGICA E A EPISTEMOLOGIA ECOFEMINISTA

A epistemologia se refere aos saberes e à filosofia da ciência. Esses aspectos são caros para as feministas em geral e ecofeministas em particular, pois questionam tanto o que é o conhecimento e de onde provém, quanto os meios pelos quais esses conhecimentos, os saberes, são adquiridos. Nesse sentido, os espaços urbanos agroecológicos, sejam das hortas, dos mutirões, dos coletivos, são fundamentais no dismantelamento do monopólio ideológico que confere o espaço acadêmico formal como detentor do conhecimento (Figura 3). Portanto, nessa visão, uma crítica à ciência de bases modernas e ao método científico clássico é fundamental para compreender como o gênero influencia na formação do conhecimento e nas dimensões epistemológicas que atravessam a opressão das mulheres e da natureza.

Figura 3 – Ensinando compostagem em mutirão



Fonte: Acervo pessoal.

O percurso metodológico deste trabalho baseia-se na visão ecofeminista sobre ciência e método. Uma perspectiva que também foi conformada a partir da experiência prática do eu-corpo-mulher na cidade como possibilidade de construção de uma outra relação metodológica, baseada na imanência entre sujeito e objeto, assim como na ideia de método como construção, processo que se tece num movimento constante e mutável (MAGALHÃES *et al.*, 2020).

Então, no que realmente consiste uma abordagem ecofeminista em termos metodológicos?

É como se nós colocássemos uma lente capaz de nos mostrar a complexidade das situações e a partir da qual buscamos compreender e agir no mundo a fim de transformá-lo. Para isso lançamos mão de diferentes categorias, metodologias e abordagens epistemológicas, ou seja, saberes que nos equipam com ferramentas capazes de realizar esse trabalho. E que trabalho é esse? A superação das desigualdades e injustiças. (ROSENDO, 2022, 3min 06 s.).

Além de evidenciar a complexidade das relações como aponta Rosendo (2022), uma perspectiva crítica ecofeminista, no âmbito do materialismo histórico, deve também estar atenta às contradições que emergem dessa complexidade, aos embates e às fronteiras, quando confrontamos mulheres, trabalho, natureza e cidade.

Warren (2015) afirma que uma epistemologia ambiental generificada, uma epistemologia ecofeminista, permite compreender melhor as formas de subjugação das mulheres e da natureza, assim como os métodos pelos quais é operada. Dessa forma, o gênero constitui uma categoria de análise fundamental para a incorporação "da sexualização da experiência humana no discurso" (RAGO, 2019, p. 372).

Donna Haraway (2009), Sandra Harding (2019), Margareth Rago (2019), Curiel (2020), entre outras, são autoras que trazem contribuições para a construção de epistemologias feministas, assim como um debate sobre o conhecimento totalizante. Embora não sejam ecofeministas, suas formulações são relevantes para o entendimento e a construção de epistemologias ambientais e ecofeministas. Essas discussões estão estreitamente relacionadas com a práxis e a materialidade inerentes das relações cotidianas entre as pessoas, em especial as mulheres e o meio que habitam, principalmente em relação aos povos do Sul global e, portanto, também estão atreladas a um movimento anticolonial⁴ de protagonismo feminino.

Ao examinar as críticas realizadas ao conhecimento reducionista cartesiano, base da epistemologia científica moderna, de forma geral, tanto feministas quanto ecologistas criticam a forma como a ciência opera, é reproduzida e os pressupostos que abarca. Como já

⁴ Acredito que seja relevante fazer algumas pontuações sobre anticolonial e decolonial. Em certas partes do texto, faço uso da palavra *anticolonial*, pois está ligada a movimentos mais amplos de lutas concretas contra o colonialismo, seja devido às lutas pela independência, seja devido à busca pela soberania diante do neocolonialismo, a vertente imperialista do capitalismo. Da mesma forma, o termo traz toda uma tradição de teóricos, tais como Aimé Césaire, Franz Fanon, Carlos Mariátegui e outros, ou seja, é um termo que alberga uma práxis política emancipatória. Porém, há, ainda, o grupo latino-americano Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD), que parte dos trabalhos dos acadêmicos de Enrique Dussel, Walter Dignolo, Anibal Quijano, María Lugones, entre outros, a partir da metade dos anos 1990 (MIÑOSO; CORREAL; MUÑOZ, 2014). Assim, o feminismo decolonial, conceito proposto por María Lugones (2019), é derivado dessa última vertente e traz consigo a importância da vivência das mulheres latino-americanas e caribenhas para o desmantelamento da estrutura ocidental-colonial opressora. Nessa perspectiva, insere-se todo um conjunto de autoras-militantes que têm seus estudos correlacionados à noção de decolonialidade (CURIEL, 2020).

mencionado, um desses pressupostos é a ciência em prol de um produtivismo e seu atrelamento a uma lógica do progresso tecnológico e econômico (MIES; SHIVA, 2021).

No paradigma reducionista, uma floresta é reduzida à madeira comercial, e a madeira é reduzida à fibra de celulose para a indústria de papel e celulose. Florestas, terras e recursos genéticos são então manipulados para aumentar a produção de celulose. [...] A ciência reducionista, portanto, está na raiz da crescente crise ecológica. Porque acarreta uma transformação da natureza que destrói seus processos e ritmos orgânicos e suas capacidades regenerativas. (SHIVA, 2021, p. 83).

Então, conhecimento científico seria sinônimo de tecnologia mecanicista e, portanto, progresso e tudo aquilo que não envolve conhecimento de alta tecnologia não seria classificado como conhecimento, porque não opera de acordo com a lógica do progresso econômico. Essa lógica enquadra-se numa concepção ideológica dominante que exclui saberes "não-tecnológicos", saberes que emergem da materialidade e das vivências corporificadas de determinados grupos sociais, como exemplo, os conhecimentos acumulados por gerações acerca do plantio e do manejo da floresta realizado pelas populações indígenas e populações tradicionais, que muito têm a contribuir para o desmantelamento da ciência reducionista e a construção de novas epistemologias (COSTA, 2019). É justamente contra essa noção de conhecimento hegemônica que se insere a agricultura de bases agroecológicas e a prática cotidiana das mulheres agricultoras.

Nessa perspectiva, é importante salientar a ideia de práxis de Paulo Freire (1978), como uma prática de liberdade na qual o oprimido, aquele que é excluído da construção do saber, seja ele mesmo o construtor de sua subjetividade e do conhecimento, que tome a liderança como ser do próprio destino histórico.

São esses processos que marcam o território de discussão sobre uma epistemologia ecofeminista. Assim, encontramos uma crítica generalizada ao racionalismo cartesiano pautado por uma objetividade que separa o objeto do sujeito, que toma o sujeito como um ser universal isento (PULEO, 2019). Nesse sentido, a suposta universalidade é identitária, pois é personificada pelo "[...] modelo de homem branco heterossexual civilizado do Primeiro Mundo [...]" (RAGO, 2019, p. 374), ou seja, uma universalidade homogeneizante, uma epistemologia das classes dominantes que exclui as particularidades, promovendo epistemicídios⁵.

⁵ Termo cunhado por Santos (2019), mas que encontra nos estudos de Sueli Carneiro (2005) formulações baseadas na realidade brasileira. É um conceito que se assenta numa crítica da sociedade alicerçada numa concepção de ciência que nega como portadores de conhecimento as populações negras, indígenas e quilombolas, e que consequentemente promove um apagamento das tradições e da cultura desses povos.

Sandra Harding (2019) coloca que é premente que num universo de pluralidades, tomado de contradições e de incoerências, as instabilidades e as incertezas sejam colocadas e apresentadas no cerne de um conhecimento feminista, já que as ideias totalizantes são ao mesmo tempo limitantes, tanto para o conhecimento quanto para a prática. Ainda afirma que se deve focar nas ausências, naquilo que a ciência menospreza e exclui, como os saberes tradicionais. E, nesse âmbito, também se insere a ideologia que rege a construção das cidades e a suposta exclusão das pessoas comuns da construção dos espaços urbanos. Além dos sujeitos que são excluídos, o que o discurso dominante exclui das cidades, o que ele inclui? Como os espaços naturais, rurais, tradicionais são levados em consideração no meio urbano? Como isso se relaciona com os saberes e os territórios? Como se relaciona com a questão da produção e do consumo no espaço urbano? Essas questões estão todas imbricadas, a produção e o consumo atrelados ao capital, ao mais valor, vão reger toda essa lógica produtivista e as exclusões decorrentes no espaço urbano (HARVEY, 2014).

Essas exclusões foram construídas pela sociedade numa relação entre opressores e oprimidos, entre os que detêm o poder e o saber científico e os que não detêm, entre aqueles que decidem o que merece ser objeto de pesquisa e o que não merece. Nesse sentido, as feministas também caminham para uma convergência entre oprimidos, na medida em que a epistemologia e a ciência feminista não se compreendem como totalizantes e universais, mas como partes de um complexo de ciências e de epistemologias outras (HARDING, 2019).

De uma forma geral, as feministas se voltam para uma ideia que trabalha com a materialidade: o empirismo feminista (HARDING, 2019); a prática como um movimento democratizador (RAGO, 2019); saberes localizados (HARAWAY, 2009); epistemologia dos pés descalços e o materialismo corporificado (SALLEH, 2017). São várias as formas encontradas para pautar uma epistemologia ecofeminista enraizada na prática cotidiana como construtora de saberes e de possibilidades transformadoras.

2.3 MATERIALIDADE E RELAÇÃO SUJEITO-OBJETO

Uma epistemologia da práxis é centrada na experiência corpórea, mas, acima de tudo, no rompimento com o pressuposto do sujeito como uma categoria ontologicamente constituída e do objeto como um todo homogêneo não detentor de agência, uma matéria a ser desvendada. Assim como na pedagogia dominante, na “educação bancária” freiriana (FREIRE, 1978), há

uma estrutura de unilateralidade que implica dominação, também na ciência há uma estrutura de dominação estabelecida pela divisão entre sujeito cognoscente e o objeto cognoscível, fixo, pacificado.

É, dessa forma, que, ao se contrapor a uma visão cartesiana, Saffioti (2019) afirma que nem sujeito nem objeto são constituídos *a priori*, pelo contrário derivam de uma relação dialética, são concebidos no processo de produção e de reprodução da vida. Para a autora, o processo de subjetivação e de objetivação é um constante fazer simultâneo. Esses pressupostos também conformam a nossa relação com a natureza, com a cidade e a forma como a compreendemos.

A natureza é apenas a matéria-prima da cultura, apropriada, conservada, escravizada, exaltada ou de outras maneiras tornada flexível para ser utilizada pela cultura na lógica do colonialismo capitalista. (HARAWAY, 2009, p. 36).

É, nesse sentido, que a autora constrói a noção de saberes ou de conhecimentos localizados, *situated knowledges*, pautados pelo conceito de instabilidade, da constante mutação das categorias analíticas e da noção de construção dialética entre sujeito e objeto, de um mundo-natureza dotado de agência e de uma objetividade localizada, ciente de seus limites. Contrapõe-se, portanto, a uma objetividade que ainda é pautada pelos dualismos corpo-mente e natureza-cultura (HARAWAY, 2009).

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo". [...]

Talvez o mundo resista a ser reduzido a mero recurso porque é - não mãe/matéria/murmúrio - mas coioite, uma figura para o sempre problemático, sempre potente, vínculo entre significado e corpos. A corporificação feminista, as esperanças feministas de parcialidade, objetividade e conhecimentos localizados, estimulam conversas e códigos neste potente nóculo nos campos de corpos e significados possíveis. (HARAWAY, 2009, p. 36-41).

Haraway (2009) faz menção à metáfora do coioite traiçoeiro, *trickster*, que vem das narrativas dos povos nativos norte-americanos. Esse mito do coioite simboliza a ideia de um mundo ativo, irônico, brincalhão, que a todo momento nos faz refletir e reelaborar nossas concepções, pois a todo momento somos enganados, nada é permanente. A figura do coioite a que a autora se refere é aquela dotada de uma visão de mundo em permanente movimento e mudança, somos constantemente submetidos à desestabilização, a reviravoltas e a instabilidades.

Gosto de pensar na teoria feminista como o discurso do coioote reinventado, devedor de suas fontes de possibilidade nos muitos tipos de explicações heterogêneas do mundo. [...], mas as fronteiras oscilam desde dentro; fronteiras são muito enganosas [...] não temos ideias claras e precisas. (HARAWAY, 2009, p. 38-41).

A ideia de não ter fronteiras precisamente delimitadas converge com a concepção de Anzaldúa (2019, p. 326), de uma consciência *mestiza*, do habitar entre fronteiras, o espaço do entre, das contradições que possibilitam o rompimento com dogmas e estigmas. “O trabalho da consciência *mestiza* é o de desmontar a dualidade sujeito-objeto que a mantém prisioneira, e o de mostrar na carne e através de imagens em seu trabalho de que maneira a dualidade pode ser transcendida”. Essa passagem da autora sinaliza para a relevância da materialidade e do corpo nas questões epistemológicas, assim como metodológicas. Essas noções ganham mais força com as formulações, tais como do materialismo corporificado (SALLEH, 2017) e do corpo-território (CRUZ HERNÁNDEZ, 2016).

Toda essa concepção de objetividade, de mundo e de objeto como agente, de uma natureza que é ativa, de um ser-pesquisadora imerso nessa complexidade instável, procura romper com as ideias binárias e promover uma aproximação entre teoria e prática, entre humanidade e natureza, entre natureza e cidade.

Em suma, os elementos acima discutidos são processos e conceitos reivindicados pelo ecofeminismo como uma necessidade para a superação da subjugação da mulher e da natureza (WARREN, 2000). Por esse motivo, Haraway (2009) afirma que as ecofeministas foram as que mais se aprofundaram e persistiram nessas contestações. Essa posição também é defendida por Alicia Puleo (2019), que acrescenta que a teoria ecofeminista é a representação do ápice da discussão e da crítica do movimento feminista à ciência e, portanto, à epistemologia e ao método. Mas na prática, no fazer cotidiano, como se manifesta essa epistemologia ecofeminista?

A consciência da necessidade de se aproximar teoria e prática, ou melhor, de valorizar a prática, e o processo do saber fazer também como fonte de conhecimento e de uma ciência corporificada estão contemplados nos discursos das mulheres da agricultura urbana.

Então, acho que a educação e agricultura são lugares onde eu me sinto no mundo. Esse é o lugar da gente fazer as trocas e praticar o melhor que a gente tem. A gente vai se aprofundando no conhecimento um do outro. Acho que é isso: como a gente é induzido, o tempo inteiro a caminhar sozinho. Quando você vai para uma prática mais coletiva isso não interessa. Isso não interessa, não é o mais importante. Não é desmerecendo o intelecto, a ciência, não é isso. Eu acho que na mesma proporção que a gente teoriza a gente tem que praticar. Eu só acho que tem um desequilíbrio, eu não

acho que a teoria não é importante, entendeu? Eu sinto que a balança está desequilibrada, principalmente na cidade. Poucos agricultores e muitos teóricos querendo fazer muita coisa boa. Bota aí na matemática da vida, a gente está teorizando há muito tempo e praticando pouco. Então, como que a gente vai realmente reparar se a gente ficar nessa bolha intelectual? (DSC 07/08 – K: E49AU, E550G, E43MT).

[...] acho que é o saber fazer, o grande diferencial, que é a gente sair do discurso e da coisa tecnicista, só da teoria e conseguir aliar a ciência com a prática. Saber aliar o conhecimento com a prática não só a ciência, mas a ciência com o saber tradicional e com a prática. Porque só assim que a gente vai conseguir transformar. (DSC 15 – H: E43MT).

De fato, a troca de experiências, como veremos mais adiante, é um fator crucial para elas. É trocar o conhecimento na prática, no fazer, o que desencadeia um processo de construção territorializada de uma epistemologia de bases ecofeminista, mesmo que elas não estejam cientes disso, ou nem mesmo se considerem feministas. A todo momento, em suas singularidades, confrontam as fronteiras impostas pelo conhecimento reducionista e excludente, e a todo momento na prática, buscam habitar as fronteiras e subvertê-las, reivindicando uma outra forma de habitar e conceber a vida urbana, a produção de alimentos saudáveis e a relação com a natureza na cidade.

3 SOBRE O ECOFEMINISMO

O termo ecofeminismo foi cunhado pela ativista e escritora francesa Françoise d'Eaubonne, em 1974, quando lançou o livro *Le féminisme ou la mort*, no qual defende que somente por meio do feminismo a sociedade conseguiria se desvencilhar de uma morte eminente decorrente das devastações naturais, provocadas pelo acelerado crescimento demográfico e promover uma nova humanidade (BELTRÁN, 2019).

Apesar de ter cunhado o termo, a autora não foi a primeira a tratar, tanto na prática quanto na teoria, da questão que concerne às mulheres e à natureza. Por esse motivo, traçar o início de uma genealogia do ecofeminismo não é tão simples, pois estava presente, não com essa denominação, mas de forma dispersa em várias disciplinas acadêmicas, ações políticas em vários locais e momentos históricos (WARREN, 2000).

Salleh (2017, p. 38) chama esse efeito de surgimento do ecofeminismo, que emerge espontaneamente em diversas partes do mundo nos anos 1970, de “tapeçaria global”, termo que alude muito bem ao ecofeminismo como uma trama de interconexões que permeia o globo.

Para ilustrar esse caráter de espontaneidade, é oportuno apontar alguns movimentos e trabalhos que são contemporâneos. Porém, primeiro vale ressaltar que o caráter espontâneo é material e historicamente determinado, não se refere à uma espontaneidade que emerge do vazio.

Os anos de 1960 e 1970 são de intenso crescimento econômico e de tensões sociais. A Guerra Fria⁶ definia a competição por influências geopolíticas e mercados. Simultaneamente, havia uma efervescência cultural, da qual emergiu a contracultura, a segunda onda feminista, os movimentos de libertação nos EUA e os movimentos revolucionários em várias partes do mundo.

Dessa mesma conjuntura, surge o movimento ambientalista. A ciência estava em franco desenvolvimento, a *Revolução Verde*⁷, que remonta ao final dos anos 1940 (COSTA, 2019), já estava instaurada e implementada no mundo todo, e a energia nuclear em expansão. Assim, as consequências desses eventos começaram a ser contestadas.

O panorama global era marcado pelas contradições inerentes do capitalismo, como o é hoje, porém ao contrário de atualmente, a práxis revolucionária era mais estruturada, era materializada nos constantes embates revolucionários, nas tentativas reais de derrocada e de superação do capitalismo⁸.

Por outro lado, nos anos 1960, o movimento feminista se encontrava em sua segunda onda⁹. Nancy Fraser (2019) o situa justamente numa perspectiva de contraposição ao capitalismo androcêntrico, organizando a crítica em três frentes, econômica, cultural e política. Desse modo, a autora afirma que as feministas conseguiram criticar sistematicamente a estrutura socioeconômica.

Feita essa breve exposição, fica mais evidente a genealogia dispersa do ecofeminismo. A conjuntura histórica, social e econômica foi a geradora, o catalizador, por assim dizer, do movimento. Salleh (2017) coloca inúmeros exemplos dessa concomitância, principalmente da

⁶ A Guerra Fria representa o período pós-Segunda Guerra Mundial, no qual houve uma polarização geopolítica entre países capitalistas liderados pelos Estados Unidos da América (EUA) e países socialistas liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

⁷ A Revolução Verde representou um modelo de produção agrícola que se expandiu após a Segunda Guerra Mundial, promovido pelos EUA, tinha como base a mecanização da produção, o uso de sementes geneticamente modificadas e de insumos agrícolas, isto é, fertilizantes químicos e agrotóxicos (COSTA, 2019).

⁸ Vale frisar que esses movimentos encontraram eco no Brasil, a Guerrilha do Araguaia (1966), por exemplo, ocorreu nesse período.

⁹ A primeira onda do feminismo ocorreu entre a metade do século XIX e o início do século XX, principalmente nos países do Norte global. O sufrágio feminino foi uma das principais reivindicações nesse período histórico. O movimento albergava ainda a luta antiescravidão, pelo direito ao divórcio e à propriedade, contra violência a mulher, por educação e saúde (SCOTT *et al.*, 2017).

prática, da vivência. A autora cita os processos jurídicos encabeçados por mulheres, mães e avós contra grandes corporações, principalmente ligadas ao setor de energia, nos EUA. Também cita o pioneirismo da Ação Democrática Feminina Gaúcha, em 1964, para agricultura sustentável; menciona a ocorrência de protestos, nos anos 1970, liderados por mulheres, contra usinas nucleares, assim como textos e materiais publicados nos EUA e na Austrália sobre essa questão. Além disso, vale lembrar o movimento pacífico das mulheres *Chipko* de *Garhwal*, que se iniciou nos anos 1970 na Índia, no qual mulheres abraçavam árvores como forma de impedir a derrubada das florestas e implantação de árvores exóticas para o desenvolvimento da exploração madeireira na forma de sistemas monoculturais (SHIVA, 1988). Além da supressão inerente de mata nativa e do comprometimento da biodiversidade, prejudicaria também o ciclo hidrológico e o abastecimento de água para as comunidades. A luta das mulheres *Chipko* ocorreu em decorrência de uma necessidade material alicerçada na divisão do trabalho reprodutivo, uma vez que eram elas quem buscavam água para o abastecimento doméstico. É disso que se trata o nexo mulher-natureza-trabalho (SALLEH, 2017).

No campo acadêmico, a obra de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, publicada em 1962, supostamente a “primeira ecofeminista” (SALLEH, 2017, p. 50), questionava o atrelamento entre progresso e agronegócio, denunciando a contaminação do solo, da água e dos seres vivos, incluindo nós humanos, por produtos químicos utilizados nas lavouras¹⁰.

A denúncia de Carson está relacionada à lógica de progresso exportada pela revolução verde, que teve como mote genérico: “Vamos acabar com a fome e alimentar o mundo com uma agricultura altamente tecnológica”. Afirmção que se confirmou como uma verdadeira falácia, uma vez que serviu mais para a produção de *commodities* do que de alimentos. Além disso, contribuiu para a contaminação dos ecossistemas, para o empobrecimento e o endividamento da população camponesa, assim como o êxodo rural, aprofundando ainda mais os conflitos sociais, principalmente nos países denominados de “Terceiro Mundo” (SHIVA, 2021, 1988).

¹⁰ Percebemos, hoje, como a ideologia da Revolução Verde é ainda muito forte. Uma realidade não muito distinta da que encontramos atualmente no Brasil, na qual a pesquisadora brasileira Larissa Bombardi foi forçada a deixar o País devido às ameaças que recebia em função do caráter de seu trabalho científico. Bombardi (2011, p. 20) denuncia os malefícios do uso de agrotóxicos nas lavouras brasileiras, suas consequências ambientais, de saúde e sociais. Considera a intoxicação por agrotóxicos como uma verdadeira “violência silenciosa”, aqui um claro paralelismo com Carson, infringida, sobretudo, pelo “capital internacional oligopolista”, que comercializa esse tipo de produto e está sempre buscando a expansão da produção e da acumulação, não obstante a contaminação da natureza e de nossos corpos.

Há outros trabalhos que são importantes para a emergência do ecofeminismo, tais como: *Woman and Nature: The roaring inside her* – Susan Griffin (1978); *Gyn/Ecology: The Metaethics of Radical Feminism* – Mary Daly (1978); *Green Paradise Lost* – Elizabeth Dodson Gray (1979); todos eles focados numa crítica ao andro-eurocentrismo¹¹ (SALLEH, 2017). Indispensável dizer que há críticas a essas primeiras abordagens ecofeministas. Foram acusadas de um essencialismo, no sentido de enfatizar uma aproximação inerente entre mulheres e natureza.

Há, ainda, as críticas sobre o racismo presente no movimento feminista, que contribuíram tanto para a teoria feminista quanto para as bases teóricas do ecofeminismo. Uma dessas autoras foi Audre Lorde (1983), que denunciou o racismo presente no movimento feminista e, especificamente, criticou a narrativa de Daly (1978) por generalizar a categoria e a opressão da mulher, como se todas as mulheres, por serem mulheres, dividissem o mesmo tipo de opressão. Assim, esse aspecto é criticado pela autora como uma universalidade irreal e uma ecologia centrada na mulher branca europeia.

Lorde (1983) também questiona a argumentação baseada em exemplos de uma mítica universal da sociedade branca ocidental, que exclui outras míticas e narrativas. Todas essas questões estão no cerne dos questionamentos que autoras feministas negras e chicanas fazem ao movimento feminista e esse diálogo encontra ressonância nos ecofeminismos, principalmente com relação às conexões conceituais entre opressões que este desenvolve¹².

Assim que compreendemos a pluralidade e a tapeçaria que compõem o ecofeminismo, fica mais fácil compreender que a sua definição vai variar conforme as diversas abordagens e enfoques. Por esse motivo, é interessante citar algumas dessas definições, já que explicitam mais claramente esse caráter do movimento:

O ecofeminismo é uma teoria crítica, uma filosofia e uma interpretação do mundo para a sua transformação. Coloca em uma só perspectiva duas correntes, da teoria e da prática política, emergentes da modernidade da ecologia e do feminismo, e procura explicar e transformar o sistema de dominação e violência atual com foco na crítica do patriarcado e da superexploração da natureza, entendidas como parte de um mesmo fenômeno. (BELTRÁN, 2019, p. 113).

¹¹ A primeira parte do livro de Salleh, *Ecofeminism as Politics: Nature, Marx and the Postmodern*, intitulada *Women and Ecopolitics*, apresenta um apanhado mais amplo sobre a tapeçaria global que compõe a práxis que funda o ecofeminismo.

¹² A noção de interseccionalidade está no bojo da teoria e de uma filosofia ecofeminista. Autoras como Val Plumwood (2002), Ynestra King (1997) e Karen Warren (2000) exploram intensamente essas questões.

[...] o ecofeminismo também pode ser entendido como um ramo do feminismo que considera como uma categoria relevante de análise não apenas as relações de opressão e dominação sobre os humanos, mas também as relações injustificadas de subordinação dos humanos sobre os não-humanos - incluindo animais, plantas, ecossistemas e a natureza como um todo (incluindo coisas não-vivas). Como uma questão feminista que ajuda a compreender a opressão, subordinação e dominação das mulheres, todas essas relações prejudiciais devem ser consideradas quando se trata de realmente dismantelar os sistemas de opressão. (ROSENDO; KUHNEN, 2019, p. 2, tradução nossa)¹³.

Ecofeminismo diz respeito a generificar um discurso onde não só a natureza é um sujeito a ser emancipado, mas também as mulheres e os homens - como parte da natureza. (SALLEH, 2017, p. 57-58, tradução nossa)¹⁴.

Das três definições apresentadas, acredito que a de Beltrán (2019) é a mais abrangente, contemplando os ecofeminismos. A definição de Rosendo e de Kuhnen (2019) coloca em ênfase a perspectiva animalista ecofeminista, da ética do cuidado, que explora a relação com o “Outro”. Com relação à definição sucinta, mas potente de Salleh (2017), expressa a afiliação da autora com a ecologia marxista¹⁵, enfatizando a humanidade como parte integrante da natureza, numa relação dialética. De forma geral, mesmo que não esteja explícito nessas três perspectivas, o ecofeminismo é visto como um movimento plural que emerge tanto da prática quanto da teoria centrada numa relação de opressão a que são submetidas à natureza, às mulheres e aos corpos feminizados.

3.1 ESSENCIALISMO E ECOFEMINISMO

No ecofeminismo há, entre outras diferenciações, uma clara polarização entre uma corrente essencialista e uma construtivista (HERRERO, 2013). A corrente essencialista¹⁶ do ecofeminismo foi a que o originou e é denominada por Puleo (2014) de ecofeminismo clássico.

¹³ [...] *ecofeminism can also be understood as a branch of feminism that considers as a relevant category of analyses not just relations of oppression and domination over humans but also unjustified relationships of subordination of humans over nonhumans – including animals, plants, ecosystems, and nature as a whole (including nonliving things). As a feminist issue that helps to understand the oppression, subordination, and domination of women, all these harmful relationships should be considered when it comes to truly dismantle systems of oppression.* (ROSENDO; KUHNEN, 2019, p. 2).

¹⁴ *Ecofeminism is about engendering a discourse where not only nature is a subject to be emancipated, but women and men – as nature – are too.* (SALLEH, 2017, p. 57-58).

¹⁵ Abordarei a ecologia marxista, posteriormente, em 5.1. *Corpo e Epistemologias Materialistas*.

¹⁶ Segundo o glossário do livro *Women in Cultura*, essencialismo é “a crença na qual confere às pessoas uma identidade intrínseca, estável e imutável (em oposição a uma identidade relacional que evolui com o tempo, a experiência e o contexto sociopolítico)” (SCOTT *et al.*, 2017, p. 511, tradução nossa).

Surge num primeiro momento, no âmbito do feminismo cultural¹⁷, enfatizando a diferença entre homens e mulheres, entendida como uma necessidade, naquele momento histórico, de rejeição e de rechaço da estrutura social patriarcal. Por isso, o trabalho das primeiras ecofeministas do Norte global em buscar uma revalorização do feminino, daquilo que foi historicamente perdido. Passava-se, então, a enaltecer as características femininas, as tarefas de cuidado reprodutivas, assim como a identificação da mística da mulher-mãe com a natureza, numa contraposição crítica à sociedade androcêntrica (PULEO, 2014). Dessa forma, esse ecofeminismo essencialista ratificava a dualidade homem-mulher, fomentando, invariavelmente, a consolidação das mulheres como classe nas tarefas de reprodução social e do cuidado.

Diante disso, afirmou-se nos meios acadêmicos, principalmente, um enquadramento raso do ecofeminismo. Como movimento plural e global, foi amplamente tachado como essencialista, baseando-se simplesmente nas concepções de espiritualidade e de misticismo ligadas à divindade feminina e à crítica cultural ao patriarcado, que vieram do ecofeminismo clássico essencialista (GAARD, 2011; PULEO, 2014). Tanto para Gaard (2011) quanto para Puleo (2014), foi por esse motivo que o ecofeminismo era acusado, muitas vezes, injustamente de um essencialismo, de se valer de uma suposta aproximação inata e espiritual entre as mulheres e a natureza, concebida dentro de uma essência (estereotipada) de ser mulher-mãe-natureza. Como teoria, foi deslegitimado e esteve erroneamente associado a um *locus* de inferioridade no âmbito do movimento feminista, assim como do movimento ecológico-ambiental (GAARD, 2011).

A alcunha essencialista impactou sobremaneira o movimento e a teoria ecofeminista. Foi responsável por provocar, entre as teóricas, um afastamento e um rechaço da palavra ecofeminismo, justamente com o intuito de se afastar do fardo do essencialismo. Emergiram, então, termos como feminismo ecológico e feminismo ambientalista (GAARD, 2011). Essa rejeição ao termo estava fundada na busca por uma legitimação e ratificação daquilo que se escreve por parte da comunidade científica. Dessa forma, independente das teorias e das proposições apresentadas, apenas usar a

¹⁷ O feminismo cultural deriva-se de uma cisão na vertente do feminismo radical. Dessa separação, originaram-se duas versões. A primeira delas seria o *feminismo radical racionalista*, que procurou uma aproximação com as teorias marxistas e socialistas, mesclando a ideia liberal de igualdade entre sexos com uma análise classista. A segunda seria, justamente, o *feminismo radical cultural*, uma versão comprometida com a identificação das mulheres com a natureza e a ecologia. Uma das grandes críticas e, ao mesmo tempo, contribuição do feminismo negro, das mulheres lésbicas e de cor, foi a crítica à universalização da mulher como classe. As feministas culturais não chegaram a abordar a complexidade da história das mulheres, seja na dimensão de sexualidade, raça, etnia, classe ou nacionalidade. Outra crítica é o seu caráter essencialista, a romantização das virtudes femininas, do cuidado como aquilo que lhes é inerente (KING, 1997).

palavra “ecofeminismo” supostamente significaria invalidar toda a abordagem desenvolvida. Fica implícita a falta de uma racionalidade que concerne à correlação entre mulheres, ecologia e natureza, ou melhor, que a racionalidade evidenciada não seria racional, não serviria a uma lógica científica e que, portanto, não seria válida.

Por outro lado, há a corrente construtivista, que se consolida numa contracrítica àqueles que consideram o ecofeminismo como movimento e teoria essencialista. Tem suas premissas ligadas aos movimentos que questionavam a categorização da mulher como universal, construída a partir de características supostamente compartilhadas por todas. Assim, sofre grandes influências do feminismo negro e socialista, principalmente, que contribuíram na construção de uma outra dimensão do ecofeminismo. O construtivismo, portanto, opõe-se a uma visão essencializada do gênero, do ser mulher e ser homem e aborda as intersecções entre mulheres e natureza a partir de uma abordagem histórica e social (BELTRÁN, 2019; PULEO, 2014).

De fato, num primeiro momento, acreditava que era importante dividir e classificar os diversos ecofeminismos existentes, como uma forma de entendê-los melhor, porém o problema em compartimentar, dividir em caixinhas, é que recaímos naquilo que criticamos. Essas classificações não são necessariamente excludentes, não são dualistas, constroem-se e reconstroem-se mutuamente, não há um limiar consistente que as separará. O que existe é uma construção do movimento ecofeminista no decorrer do tempo. Conceitos são adicionados e incluídos, novas abordagens surgem em função dos percursos históricos-sociais de cada lugar, de cada realidade. As linhas que separam as categorizações se tornam frágeis e tênues, quando analisadas através da lente do tempo. Essa divisão que aparece em muitos textos na literatura ecofeminista, entre ecofeminismo essencialista e ecofeminismo construtivista, como duas categorias, a princípio, antagônicas, é em vários momentos confusa e de certa forma reducionista, pois ela funciona na teoria, mas não necessariamente reflete a prática, e isso cria uma cisão desnecessária. Como sustenta Mortimer-Sandilands (2009, *apud* GAARD, 2011, p. 45, tradução nossa) “[...] é muito mais importante, intelectual e politicamente, para as ecofeministas incluir do que se especializar”¹⁸.

É, por esse motivo, que Mallory (2018) defende o uso do termo ecofeminismo (ao invés de feminismo ecológico, feminismo ambientalista, ecologia feminista), pois traz consigo não somente o desenvolvimento teórico realizado ao longo da história do movimento, mas também a

¹⁸ “[...] *it's far more important, intellectually and politically, for ecofeminists to include than to specialize.*” (MORTIMER-SANDILANS, 2009, *apud* GAARD, 2011, p. 45).

força política, possibilitando abordar feminismo e ambientalismo de forma conjunta e sem uma hierarquização entre as partes. Dado que o ecofeminismo é um movimento que se constrói na práxis, nas múltiplas lutas cotidianas das mulheres, seja pela autonomia de seus próprios corpos, pelo território, pela água, pelo solo, por moradia, por soberania alimentar, contra grandes empreendimentos e corporações, contra os processos extrativistas e de despossessão, ou seja, contra os tentáculos sistêmicos do capitalismo que visam submeter e oprimir.

Por esse motivo, ao longo do texto, a palavra práxis é utilizada para enfatizar a relação dialética entre teoria e prática, como potência para a construção de utopias concretas (FERNANDES, 2019). A questão da utopia, como horizonte de transformação da sociedade, aparece também em Lefebvre (2001) e Harvey (2014), no âmbito do direito à cidade. Todavia, Puleo (2017, p. 117) afirma que o ecofeminismo é “a utopia das utopias”, pois tem como horizonte concreto a superação de todas as formas de opressão e de dominação. Para essa autora, é uma perspectiva aberta a outras visões emancipatórias, mas que raramente observamos uma reciprocidade: os movimentos emancipatórios nem sempre abarcam críticas que concernem à subordinação e à opressão das mulheres. Acredito que uma das causas para tal encontra-se na crítica essencialista associada à questão da subordinação da mulher, especialmente no âmbito do ecofeminismo. Sendo assim, pretendo expor uma discussão acerca do essencialismo no movimento ecofeminista e a complexidade sobre esse assunto.

De fato, é na corrente construtivista que despontam os estudos sobre a lógica da dominação subjacente aos binarismos (masculino-feminino, cultura-natureza, mente-corpo, razão-emoção, sujeito-objeto, público-privado), que trazem Karen Warren (2000) e Val Plumwood (2002), assim como as conexões entre as opressões ambientais, das mulheres e a estrutura do capitalismo imperialista monopolista, presentes nos trabalhos das ecofeministas, dentre elas Vandana Shiva (1988), Maria Mies (2022, [1986]) e Ariel Salleh (2017).

Dessa forma, essas autoras subverteram a lógica essencialista. A opressão a que estão submetidas mulheres, natureza e Outros é produto de uma construção histórica e social da divisão sexual do trabalho. Se há uma maior relação entre mulheres e natureza, uma relação de cuidado, esta não ocorre em função de uma característica mística, ligada ao sexo, nata, mas através das atividades cotidianas da reprodução social¹⁹, como exprime o conceito de

¹⁹ Foram as feministas marxistas que introduziram o debate sobre reprodução social e, conseqüentemente, sobre o trabalho reprodutivo das mulheres na teoria feminista. A Teoria da Reprodução Social (TRS), portanto, pretende relacionar a exploração e a opressão de gênero ao sistema capitalista (ARRUZZA, 2018). Aprofundarei melhor alguns desses pontos no subcapítulo 4.4 *Perspectivas socioeconômicas*.

materialismo corporificado de Salleh (2017). Assim, tanto os corpos, não somente como dimensão biológica, mas como materialidade que faz a nossa intermediação com o mundo, quanto o discurso são ativos na ontologia do sujeito, “[...] o corpo não é um elemento passivo à espera de sua inscrição social, mas uma materialidade aberta e recalcitrante [...]” (COSTA, 2010, p. 221-222).

Para Mellor (1992), é importante compreender a forma como é colocada a relação entre mulheres e natureza, se ela carrega em si um caráter biológico, espiritual ou se evoca um caráter socialmente construído que remete à exploração de ambas. É na materialidade que emerge a potência das ecofeministas para mudar o mundo. Por esse motivo, Puleo (2014) afirma que o essencialismo encerra ao mesmo tempo a fraqueza teórica do ecofeminismo e a sua força prática. Os movimentos de mulheres militantes na ecologia podem ser considerados ecofeministas, mesmo que não reivindiquem esse lugar, pois as pautas e as lutas são compartilhadas (KUHNNEN, 2020). Movimentos como a Marcha das Margaridas, o Movimento de Mulheres Camponesas, a Marcha das Mulheres Indígenas, o Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra, reivindicam uma aproximação entre mulheres e natureza, e que, portanto, recairiam no “essencialismo”, o mesmo se procedeu com as mulheres que participam dos movimentos pela agricultura urbana da Grande Florianópolis. Todavia, são esses movimentos e essas formações que estão lutando para radicalizar as relações que os seres humanos têm com a natureza, para preservá-la, salvaguardando tanto a vida humana quanto os ecossistemas. Paulilo (2016) aponta essa questão referente ao Movimento de Mulheres Camponesas:

Embora defendam posições essencialistas, ou seja, sustentam que há uma ligação inata entre mulher e natureza, suas ações levam a mudanças antiessencialistas que desafiam os papéis sexuais tradicionais. (PAULILO, 2016, p. 302).

Por esse motivo, a crítica essencialista deve ser contextual, sendo válida quando associada a uma crítica à exclusão hierárquica, ou seja, para criticar um essencialismo fundado numa categorização estável do sujeito do feminismo, que exclui da prática feminista e ecofeminista corpos que extrapolam essa categoria, como o das mulheres trans e pessoas intersexo.

Por outro lado, quando falamos em uma essência que conecta mulheres e natureza, devemos considerar que fundamentalmente homens são tão conectados à natureza quanto o são as mulheres, e isso deve ser colocado sempre em ênfase, pois a prática política deve tomar partido desse fato (SALLEH, 2017). É por esse motivo que Herrero; Cembranos; Pascual (2011) afirmam que para o ecofeminismo é importante renaturalizar o homem e não

desnaturalizar a mulher, é buscar alternativas calcadas na corresponsabilidade de homens e de mulheres pela sobrevivência, construção de uma nova cultura, uma nova forma de se relacionar baseada na ecodependência. Assim: “*No hay reino de la libertad que no deba atravesar el reino de la necesidad. No hay reino de la sostenibilidad si no se asume la equidad de género.*” (HERRERO; CEMBRANOS; PASCUAL, 2011, p. 200).

Esses apontamentos desvelam a instabilidade e a complexidade das categorias e suas inter-relações, que não por acaso, espelham as complexidades que encontramos na sociedade e na natureza. Por isso, não é simples rechaçar por completo o termo “essencialista”, o qual deve ser situado, contextualizado, já que tanto pode apresentar uma abordagem agregadora quando ligado à uma prática cotidiana, quanto um aspecto reducionista, caso represente a exclusão de sujeitos ou a exclusividade feminina na relação com a natureza, reafirmando o papel, por exemplo, da mulher como cuidadora na divisão sexual do trabalho. Uma potência da teoria ecofeminista é justamente a questão da contextualidade (KHEEL, 2019; WARREN, 2000): o ecofeminismo enfatiza a necessidade de analisar a partir de uma totalidade dialética, em contraposição a uma visão totalizante homogênea e universalizante. Esse exercício possibilita uma visão menos fragmentada, menos hierárquica da realidade.

3.2 PERSPECTIVAS AMPLIADAS DOS ECOFEMINISMOS

Considera-se a necessidade de compreender a complexidade que o movimento prático-teórico ecofeminista abarca, de forma a possibilitar uma visão ampliada sobre o assunto e, assim, contribuir para o entendimento tanto do tema em si quanto das possibilidades que o correlacionam à temática do espaço urbano e do direito à cidade.

A temática que associa feminismo e ecologia surgiu de forma dispersa nos mais diferentes campos do conhecimento (WARREN, 2000) e, nesse aspecto, não tendem a uma univocidade. O ecofeminismo é caracterizado como um movimento plural em constante mutação, reflexo da dialética de concepção e desenvolvimento de qualquer teoria crítica. Por esse motivo, alguns autores como Rosendo *et al.* (2019) referem-se aos ecofeminismos como forma de enfatizar sua pluralidade.

Com o intuito de escapar de categorizações dos ecofeminismos, que tendem a uma classificação estratificada do movimento, fiz uma adaptação da divisão que Warren (2000) traz

do ecofeminismo apresentando perspectivas que estudam as interconexões das relações de dominação sobre mulheres e natureza.

Dentre as perspectivas que Warren (2015) aborda, aquelas que nos interessam para os fins de desenvolvimento deste trabalho são as seguintes perspectivas: epistemológica²⁰, conceitual, histórica, socioeconômica, empírica e política (Ecofeminismos do Sul). A chave para uma melhor compreensão das diferentes nuances está na práxis, como são entendidas as relações de opressão na realidade e os horizontes práticos para a transformação.

3.2.1 Perspectiva conceitual

Uma das grandes contribuições das ecofeministas é mostrar que os sistemas de opressão estão conectados conceitualmente e que a base dessa opressão se encontra na hierarquização dualística fundante de nossa sociedade. Segundo Ariel Salleh (1992, p. 90), as ecofeministas demonstram como a sociedade patriarcal se fundou sobre uma assimetria de gênero, na qual “masculino-razão-luz-ordem-cultura encontram-se acima e submetem o par binário feminino-emoção-escuridão-caos-natureza”.

De forma similar, Val Plumwood (2002) afirma que os dualismos são construções conceituais de opostos que se excluem mutuamente, conferindo um caráter de subordinação e de dominação de um pelo outro.

Para Plumwood (2002, p. 72), filósofos gregos, como Platão, lançaram as bases para os dualismos hierárquicos que se consolidaram na sociedade ocidental, demonstrando o início do “casamento entre a razão e a dominação”. Assim, a filosofia platônica e o pensamento ocidental dela derivado carregam em si uma concepção de razão masculina dominadora excludente, que reforça a dominação sobre os Outros, aqui entendidos segundo a concepção de Karen Warren (2000), os outros humanos (mulheres, crianças, pobres e pessoas de cor²¹) e não-humanos (as florestas, a terra, os rios, o mar e os animais).

²⁰ A perspectiva epistemológica foi abordada no âmbito do subcapítulo 2.1 *Questão metodológica e epistemologia ecofeminista*.

²¹ Pessoas de cor, “*people of colour*”, é um termo cunhado nos EUA, que emerge nos anos 1970 e 1980. Remete às opressões compartilhadas por determinados grupos baseadas na constituição racial e outros fatores, como a etnia, indicando a interseccionalidade das identidades (SCOTT *et al.*, 2017, p. 519). Maria Lugones (2019), no âmbito de uma perspectiva latino-americana, apropria-se desse mesmo termo para congregar múltiplas identidades que sofrem com a colonialidade de gênero, demonstrando a potência articuladora do feminismo decolonial. Outras autoras, como Françoise Vergès (2020), utilizam o termo pessoas racializadas.

A interconexão entre as opressões também é relevante no trabalho de Warren (2000), no qual os dualismos podem ser analisados como estruturas conceituais opressoras (*opressive conceptual framework*). Para a autora uma estrutura conceitual é um conjunto de valores que agrega conceitos sobre como enxergamos o cosmo, nossa relação com ele e com os outros. Torna-se opressora na medida em que é utilizada discriminadamente para submeter, oprimir e dominar o Outro.

Em Warren (2000), a estrutura conceitual opressora traz alguns elementos. Dentre eles, há uma supervalorização de um par perante o outro; um deles é valorizado e outro não, isto é, uma unidade do par binário é excluída em detrimento da outra e a uma unidade do par é conferido poder e privilégio. Diante disso, a autora afirma que há uma *lógica de dominação* que mantém a estrutura opressiva coesa, que parte do pressuposto que uma alegada superioridade é passível de justificar a opressão.

Os “ismos de dominação” (sexismo, racismo, etarismo, heterossexismo, capacitismo, classismo, especismo, etnocentrismo, etc.) são imbuídos de dualismos excludentes que colocam um acima do outro (WARREN, 2000, p.43). Assim, para a autora esses pontos são o cerne da dominação das mulheres e de outros grupos oprimidos, dos seres não-humanos e da natureza e estão interconectados. Disso resulta dois fatores, o primeiro é que devem ser entendidos como partes de um mesmo sistema que subjuga mulheres, outros grupos humanos inferiorizados e a natureza. O segundo é que estando conectados são questões que concernem ao feminismo.

Tem-se, assim, a valorização de um lado do par dual, que justificaria o rebaixamento do seu oposto. São opostos porque se excluem e em nenhum momento são considerados como complementares: homem, heterossexual, branco, classe de renda média/alta. Essas são as unidades em torno das quais orbita nossa sociedade ocidental, que, ao expressar seu mecanismo de dominação, constrói um padrão entendido como "universal", extrapolado para o suposto sujeito universal da ciência.

3.2.2 Perspectiva ética

A perspectiva ética é uma derivação da filosofia ecofeminista e tem como um dos principais pressupostos a crítica à ética da justiça, tradicional, racionalizante, ou seja, uma crítica ao modo de ser e de estar no mundo que opera pelo racional e determina as escolhas e

os caminhos. Nesse sentido, os aspectos emocionais não são considerados, são inclusive rejeitados (ROSENDO *et al.*, 2019).

Marti Kheel (2019) é uma das autoras que explora essa temática, desenvolvendo a ideia de uma ética do cuidado²² ecofeminista, conformada por quatro elementos: busca ativa pelo desenvolvimento de uma empatia para com a natureza; a contextualização das situações éticas no campo social, psicológico e histórico; a percepção dos Outros, incluídos não-humanos como seres que requerem atenção e consideração e uma prática vegana, isto é, o veganismo como práxis ecofeminista.

Para a autora é uma ética, portanto, focada na *prevenção* e não no controle rigoroso dos danos e da violência. A empatia pelos Outros, humanos e não-humanos, por conseguinte, emerge como um ponto fundamental de sua construção, uma vez que se baseia nas inter-relações, na ecodependência, concebendo que aquilo que concerne ao Outro, orgânico ou inorgânico, também me é concernente. Implica ações e atitudes que não podem ser isoladas do contexto, pois reverberam para além de mim mesma. Assim, “Uma ética do cuidado ecofeminista opera de acordo com as leis da ecologia. Reconhece que a devastação que nós causamos à natureza externa também foi dirigida contra nossa natureza interna” (KHEEL, 2019, p. 37-38).

Para Warren (2000), a ética ecofeminista é contextual e funciona como um *quilt*²³, uma tapeçaria tecida por pessoas, com histórias, contextos, vozes e valores distintos. Pessoas que possuem em comum o respeito e o cuidado pelos Outros humanos e não-humanos e constroem uma ética ecofeminista na qual não há espaço para as opressões e as dominações, ou seja, que rechaça o sexismo, o racismo, o classismo e naturismo²⁴.

De forma geral, essa ética contextual visa universalizar o cuidado, torná-lo um princípio cotidiano, que rege as relações com as outras pessoas, com a natureza e com os animais, e não o consolida somente como uma tarefa ligada ao feminino (PULEO, 2019).

3.2.3 Perspectiva histórica

²² A Ética do Cuidado foi desenvolvida pela filósofa Carol Gilligan (1982) e foi a base para se pensar as inter-relações no âmbito do ecofeminismo.

²³ *Quilt* é uma técnica de artesanato por meio da qual são confeccionados tapetes, colchas e mantas. Consiste numa espécie de mosaico decorado com costuras sobre o tecido, algo similar ao *patchwork*.

²⁴ Naturismo é “a dominação injustificada da natureza não-humana” (WARREN, 2000, p. 50, tradução nossa).

A perspectiva histórica é fundamental não somente em si mesma, mas aplicada também a outras perspectivas, uma vez que não se faz nada sem história, visto que ela permeia todos os processos sociais. A relevância de uma abordagem histórico-centrada está no fato de possibilitar uma análise das contradições que permeiam as relações entre as sociedades e delas com a natureza.

A sociedade ao mesmo tempo em que constrói sua história é por ela conformada, num processo dialético e não isento. A história oficial tal qual a conhecemos é uma história euro-androcentrada, na qual a perspectiva masculina etnocêntrica é a dominante. Cabe, portanto, às mulheres, às pessoas negras, aos indígenas e aos outros grupos oprimidos escreverem a história a contrapelo. Walter Benjamin (1987) trata da empatia do historiador com o vencedor: a história escrita emerge para ser contada de forma a beneficiar os dominadores.

Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. [...] Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. [...] Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo. (BENJAMIN, 1987, p. 225).

O autor aponta a importância do materialismo histórico marxista como um método revolucionário, na medida em que possibilita uma análise a partir da realidade concreta das lutas socioeconômicas, contrapondo-se a uma abstração, idealização dos processos históricos como construções alheias às pessoas. Essas questões são muito relevantes, quando estamos tratando de desvelar as mulheres que participam dos movimentos de agricultura urbana como sujeitas que constroem a história no cotidiano.

Dessa forma, constituem-se procedimentos essenciais o exercício de indagar, questionar as estruturas fundantes, os constructos sobre os quais nossa sociedade foi fundada e como estes nos afetam e afetam os Outros, sejam eles humanos ou não.

Esses apontamentos gerais nos fazem refletir sobre a importância de novas abordagens e de perspectivas sobre a história, que diversos sujeitos vêm trazendo ultimamente ao procurar construir narrativas próprias, contra-hegemônicas. Como o fez Silvia Federici (2017) ao

reexaminar o processo de acumulação primitiva no surgimento do capitalismo e do controle dos corpos sob uma ótica feminista em diálogo com categorias marxistas.

Da mesma forma, a tese defendida por Merchant (1990) é a de que a dominação da mulher e da natureza foi corroborada com a emergência da Revolução Científica moderna, do século XV ao XVII. A autora acredita que o dualismo cultura-natureza seja daí proveniente. As mudanças que se operaram a partir de então cederam lugar à sociedade reducionista, mecanicista cartesiana em detrimento de um mundo centrado num cosmo orgânico de uma sociedade cooperativa, baseada na comunalidade. As ideias de mecanização e de dominação da natureza tornaram-se centrais na sociedade moderna.

Ao mesmo tempo em que aponta as interconexões entre a dominação da natureza e da mulher, Merchant (1990, 2006) reescreve a história da ciência, colocando em xeque a ideia do progresso (científico) moderno e dos próprios heróis fundadores e cultuados pela ciência, como Francis Bacon, René Descartes, Thomas Hobbes e Isaac Newton. Para a autora, Bacon tomou como base os processos de interrogatórios e de torturas aplicados às acusadas de bruxaria, para formular as bases do seu método científico. Um método que emerge no âmbito de uma estrutura de poder, de dominação sobre mulheres e sobre a natureza, aqui entendida como o objeto a ser desvelado pelas Ciências Naturais. A natureza como um recurso, portanto, assim como as mulheres-bruxas deveriam ser dominadas e torturadas, a fim de revelar a verdade das coisas, a razão, a essência da ciência.

Merchant (1990) nos faz questionar se é esse modelo de ciência que queremos aplicar a nossos estudos. Não estamos nós mesmos perpetuando um modelo que nasce de um princípio de controle e de subjugação atrelado a uma noção de progresso, sem ao menos questioná-lo? Por isso a importância de se “escovar a história a contrapelo”, de desnudarmos aspectos naturalizados da sociedade, que no caso da ciência moderna são ainda impossíveis de serem replicados para a totalidade do conhecimento. E que inclusive nos faz questionar o próprio conceito de conhecimento.

Segundo Federici (2017), é inegável a importância do trabalho de Merchant, ao conectar a caça às bruxas tanto à exploração e à destruição da natureza quanto à conexão entre essa exploração e a inferiorização da mulher. Ainda aponta a competência em contestar o axioma da ciência moderna racionalista como sinônimo de progresso desenvolvimentista,

quando, na realidade, os processos conformadores da sociedade moderna culminaram no total estranhamento entre a humanidade e a natureza²⁵.

Por outro lado, Federici (2017) afirma que a visão de uma sociedade orgânica, pré-científica de Merchant é romantizada, uma vez que não considera os processos sociais que exploram e perseguem as minorias, como no caso da existência da escravidão e da perseguição aos hereges no final do feudalismo.

Val Plumwood (1991) aponta que a inferiorização e a dominação da mulher e da natureza têm suas raízes históricas conectadas ao racionalismo estruturante da sociedade ocidental, tendo seu início com a filosofia grega, principalmente com Platão. Esse racionalismo, ao mesmo tempo, androcêntrico e antropocêntrico, é o fundante do binômio cultura-natureza e dos dualismos que dele sucedem como homem-mulher, mente-corpo, razão-emoção.

Compreender a história como processo nos faz compreender que essas questões estão entrelaçadas e que não é possível separar um aspecto do outro. A revolução científica apontada por Merchant (1990) tem como base o racionalismo da filosofia grega apontada por Plumwood (1991). Acredito que seja difícil apontar um ou outro como a chave causal da suposta inferiorização da mulher e da natureza, pois fazem parte de um mesmo processo sócio-histórico.

O fundamental é compreender que a história não são fatos colecionáveis, no qual cada fato tem um lócus correspondente. A inferiorização da mulher e da natureza, assim como dos seres não humanos, foi construída através de um processo histórico, no qual há elementos-chave que promoveram uma intensificação do processo de inferiorização e de subordinação.

Federici (2017) demonstra essa visão de história como processo, ao conectar o evento da “caça às bruxas” como um fato histórico fundamental para a consolidação do capitalismo, assim como para a emergência de uma nova ordem patriarcal que intensificou a subordinação da mulher, sua desvalorização econômica e social. Com a consequente instituição do *patriarcado do salário*, a mão de obra doméstica feminina não remunerada tornou-se um recurso naturalizado, para ser apropriado pelo homem, sendo de fundamental importância para os processos de reprodução do capital.

²⁵ A crítica a uma ideologia do progresso permeia o pensamento ecofeminista como um todo. Mies e Shiva (2021), por exemplo, exploram esse conceito no âmbito da exportação não só da revolução verde para os países do Sul global como de toda uma mentalidade colonial voltada a um desenvolvimento e progresso que, sobretudo, beneficia os países do Norte global. Por outro lado, esse aspecto é também explorado por autores latino-americanos no âmbito das cosmovisões indígenas, como o Bem Viver, assim como no feminismo popular e comunitário, que será abordado em 4.6 *Perspectivas empírica e política (Ecofeminismos do Sul)*.

É improvável que filósofas ecofeministas resolverão as questões históricas sobre o início do patriarcado e das “dominações gêmeas das mulheres e da natureza”. Na verdade, as pretensões sobre as origens do patriarcado podem nunca serem respondidas²⁶. (WARREN, 2000, p. 24, tradução nossa).

Entender que são construções históricas determinadas, como processo, não como produtos de um único fator, contribui para a desnaturalização das opressões, assim como para encontrar as chaves para contestar o sistema e alcançar a libertação. É importante a crítica aos processos de dominação a partir de uma visão histórica, mas não no sentido de retorno a uma ancestralidade orgânica perdida, de uma essência que conecta o feminino à natureza, e sim no sentido de a partir de nosso lócus sócio-histórico compreender o passado, escrever nossa contra-história²⁷ e buscar, a partir daí, possibilidades futuras que transcendam as contradições atuais existentes.

3.2.4 Perspectiva socioeconômica

A perspectiva socioeconômica é uma continuação da perspectiva histórica, dado que é impossível separar essas duas dimensões. Abarca o pensamento de feministas e de ecofeministas de tradição socialista, bem como marxista. Dentre elas, podemos citar Cinzia Arruzza; Tithi Bhattacharya; Nancy Fraser (2019), Silvia Federici (2019), Maria Mies e Vandana Shiva (2021), Mary Mellor (1992), Ariel Salleh (1995), entre outras. O trabalho dessas autoras tem como fundamento a crítica ao capitalismo imperialista e às formas de dominação a ele associadas. Enfatizam a relevância das relações socioeconômicas na opressão tanto da mulher quanto da natureza, que imbricam com outras perspectivas aqui apresentadas, como a perspectiva histórica, a empírica e a política.

A questão do trabalho reprodutivo e do papel social da mulher na estrutura global do capital conforma a base do pensamento dessas autoras, que articulam conceitos marxistas, tais como: classe, alienação, exploração, valor, mais-valor, produção, reprodução e acumulação primitiva. Da mesma forma que a natureza é explorada em prol do crescimento econômico e do desenvolvimento, assim também ocorre com as mulheres como classe. Essas relações são históricas, mas se reconstróem constantemente sob novas bases.

²⁶ *It is unlikely that ecofeminist philosophers will resolve historical questions about the onset of patriarchy and the “twin dominations of women and nature”. In fact, claims about the origins of patriarchy may never be resolved* (WARREN, 2000, p. 24).

²⁷ Faço uso do termo contra-história para fazer uma alusão para a história a contrapelo de Benjamin (1987) e também no sentido de buscar um olhar ecofeminista para a cidade.

É, nesse sentido, que Shiva (1988) traz a noção de mau-desenvolvimento. É importante colocar que esse conceito foi empregado por outros autores, dentre eles Ignacy Sachs (2005), que o empregou de forma mais ampla. Assim, para esse autor, o mau-desenvolvimento diz respeito a uma contrapartida do desenvolvimento que traz consequências ambientais e sociais negativas aos países e aos territórios.

Shiva (1988), por outro lado, desenvolve o conceito atrelando-o à questão da mulher na exploração do capitalismo patriarcal. Relaciona-o aos tentáculos que conformam a ideologia do progresso eurocêntrica, na qual não se produzem meras consequências desastrosas. Pelo contrário, é todo um projeto do desastre que tem como objetivo a exploração e a submissão do meio ambiente e das mulheres, como recursos, para o lucro e a acumulação capitalista.

Diversidade, e unidade e harmonia na diversidade tornam-se epistemologicamente inatingíveis no contexto do mau-desenvolvimento, que então se torna sinônimo de subdesenvolvimento das mulheres (crescente dominação sexista) e de esgotamento da natureza (aprofundamento das crises ecológicas).

As *commodities* cresceram, mas a natureza encolheu. A crise da pobreza no Sul surge da crescente escassez de água, alimentos, forragem e combustível, associada ao crescente mau-desenvolvimento e destruição ecológica. Essa crise de pobreza afeta as mulheres de forma mais severa, primeiro porque são as mais pobres entre os pobres e, depois, porque, juntamente com a natureza, são os principais sustentadores da sociedade²⁸. (SHIVA, 1988, p. 4-5, tradução nossa).

Quando a autora faz alusão às mulheres como sustentadoras da sociedade, provavelmente refere-se ao papel social da mulher que historicamente é encarregada do trabalho na esfera da reprodução (da força de trabalho), trabalho esse não-pago.

Um dos pioneiros em abordar as questões que concernem à historicidade das relações de produção e de reprodução, que envolvem a opressão da mulher e a instituição da família na sociedade, foi Engels (2019, [1884]). O autor, no âmbito da metodologia do materialismo histórico, desnaturaliza a concepção de família assim como a concepção do Estado. A emergência da propriedade privada é atrelada à instituição da família patriarcal-monogâmica, na qual vigora uma estrutura hierárquica dos sexos. Por meio de condicionantes econômicas,

²⁸ *Diversity, and unity and harmony in diversity, become epistemologically unattainable in the context of maldevelopment, which then becomes synonymous with women's underdevelopment (increasing sexist domination), and nature's depletion (deepening ecological crises). Commodities have grown, but nature has shrunk. The poverty crisis of the south arises from the growing scarcity of water, food, fodder and fuel, associated with increasing maldevelopment and ecological destruction. This poverty crisis touches women most severely, first because they are the poorest among the poor, and then because, with nature, they are the primary sustainers of society* (SHIVA, 1988, p. 4-5).

ou seja, da divisão sexual do trabalho, emerge a primeira opressão de classe: as das mulheres pelos homens.

[...] está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade, que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia. Além do mais, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade. (MARX; ENGELS, 2007, [1867], p. 36-37).

Baseando-se em análises históricas, Engels (2019, [1884]) e Federici (2017) fazem uma síntese teórica de certa maneira convergente: debruçam-se sobre dois momentos diferentes, mas que têm correlações e consequências na sociedade similares. Enquanto o primeiro atentou aos primórdios das relações familiares, a segunda analisou os eventos relacionados às origens do capitalismo europeu, à acumulação primitiva e à caça às bruxas. O paralelismo é evidente:

O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação [...]. (ENGELS, 2019, p. 60-61).

A própria Federici aponta para a similaridade entre as análises:

A caça às bruxas foi um momento decisivo na vida das mulheres; foi o equivalente à derrota histórica que alude Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884) como causa do desmoronamento do mundo matriarcal, visto que a caça às bruxas destruiu todo um universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista, assim como a condição necessária para sua resistência na luta contra o feudalismo. (FEDERICI, 2017, p. 203-205, grifo da autora).

Vale destacar que tanto Marx quanto Engels abordaram a questão da mulher na sociedade, principalmente sua desvalorização e sua exploração, com a emergência do capitalismo, porém, como homens de seu tempo, não aprofundaram essas discussões (FEDERICI, 2019). No que se refere à questão ecológica e ambiental, Löwy (2014, p.21-36) afirma que “[...] os temas ecológicos não ocupam um lugar central no dispositivo teórico marxiano; [...] Não resta dúvida de que falta a Marx e Engels uma perspectiva ecológica de conjunto”. Contudo, Saito (2021, p. 22) tem demonstrado “[...] o caráter sistemático imanente da ecologia de Marx [...]”. De fato, são nas brechas dessas discussões que prefiguram os trabalhos e as contribuições tanto das autoras feministas marxistas quanto daqueles da ecologia

marxista. O ecofeminismo, portanto, potencializa a conexão entre esses dois campos teóricos, ao analisar, especialmente, a crise ecológica e a crise do cuidado sob a ótica da reprodução social.

Ainda que Marx e Engels assumissem a relevância da produção e da reprodução da vida, as relações de gênero que as tangem não foram aprofundadas em suas análises (SALLEH, 2017), fato que suscita críticas e, simultaneamente, configura uma lacuna epistemológica explorada por feministas socialistas e ecofeministas. Assim, a perspectiva socioeconômica do ecofeminismo amplia as discussões acerca do trabalho reprodutivo, na medida em que interconecta a questão da mulher e da natureza às categorias e aos conceitos marxistas.

Nesse ponto, é interessante apontar que há dois grupos distintos, quando se trata da análise do trabalho reprodutivo no âmbito do capitalismo. Há teóricas do trabalho doméstico de tradição autonomista marxista, como Federici (2019), que defendem que o trabalho doméstico é produtivo, ou seja, produz valor, pois, ao reproduzir a força de trabalho que será explorada pelo capital para produção de mercadoria, ele adentra o ciclo de produção de valor e mais-valor. Porém, há autoras feministas marxistas, da TRS, como Lise Vogel (2013 [1983]), que afirmam que o trabalho doméstico produz somente valor de uso e não valor de troca, uma vez que este se encontra fora do sistema de produção e de circulação de mercadorias. No entanto, essa autora reconhece o caráter essencial do trabalho reprodutivo não-pago para a reprodução do capital e, portanto, para a acumulação.

Dessa forma, ao fazer uma análise feminista d'O Capital, Lise Vogel (2013) compreende que

[...] as mulheres são oprimidas na sociedade capitalista não porque seu trabalho em casa produz valor para o capital, nem por causa de um impulso patriarcal trans-histórico que coloca homens contra mulheres (embora tais atitudes, evidentemente, persistiram ao longo do tempo e do espaço). As raízes sócio-materiais da opressão às mulheres sob o capitalismo têm a ver, na verdade, com a relação estrutural do lar com a reprodução do capital: o capital e o Estado precisam conseguir regular sua capacidade biológica de produzir a próxima geração de trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja disponível para a exploração. (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 35-36).

De qualquer forma, o trabalho doméstico é extremamente relevante ao funcionamento da máquina capitalista, independentemente de ser ou não produtivo. De fato, está ideologicamente às margens do sistema, o que culmina no aprofundamento da disparidade de gênero e da objetificação e da subordinação da mulher. Assim, foi sob a égide do capitalismo que se inaugurou uma nova e moderna forma de relação patriarcal e uma nova maneira de ser

mulher atrelada à família burguesa, na qual a mulher passou a ser a serva do lar e do homem (FEDERICI, 2019; SALLEH, 1995).

Por fim, fica evidente que o trabalho reprodutivo configura-se como externalidade, assim como a natureza (MELLOR, 1997). Ambos são considerados como recursos a serem infinitamente explorados em prol do lucro. Desse modo, os estudos e as abordagens socioeconômicos, que tratam da materialidade das relações inseridas no contexto da totalidade, são muito relevantes, pois apontam para a compressão das estratégias de exploração e de acumulação que se repetem ao longo do tempo e nos territórios. Isso potencializa a busca pela emancipação da mulher e da natureza.

3.2.5 Perspectivas empírica e política (Ecofeminismos do Sul)

As perspectivas empírica e política estão intrinsecamente relacionadas. Enquanto a primeira refere-se à percepção empírica da conexão entre as dominações das mulheres e da natureza, a segunda é concebida como uma consequência da primeira, ou seja, a experiência condiciona a prática política ecofeminista, impulsiona os movimentos e as ações no campo político.

Uma abordagem política ecofeminista procura subverter a lógica política tradicional, ao questionar as noções de democracia, de representatividade e de participação (WARREN, 2015). Essa análise, para Salleh (2017), não pode estar descolada da realidade histórica, ou seja, de que a interconexão da dominação das mulheres e da natureza é resultante de uma ordem hoje globalizada, eurocêntrica, capitalista e patriarcal, que tem no crescimento econômico infinito e no desenvolvimentismo um dos seus principais pilares ideológicos. Nesse ponto, insere-se a crítica de Shiva (1988) ao mau-desenvolvimento, já mencionada, demonstrando como essas perspectivas ecofeministas não são restritas em si, mas se interconectam.

É, nesse sentido, que feminismos do Sul global despontam, pois traçam, justamente, essa relação empírica a uma ordem sistêmica mundial e a consequente crise civilizatória. Por isso, a superação do capitalismo e a emergência de uma outra forma de relação com a natureza representam seus horizontes utópicos de atuação (BARRAGÁN *et al.*, 2020). Como exemplos, temos os movimentos: *Chipko* na Índia, do Cinturão Verde no Quênia, liderado por Wangari Maathai, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e a Marcha das Margaridas no Brasil, sem mencionar a luta das mulheres dos movimentos urbanos pelo direito à moradia, pela soberania alimentar e pela agricultura urbana agroecológica, de forma mais ampla pelo direito à cidade. Segundo Federici (2021), são principalmente as mulheres latino-americanas que

lideram a luta pelo território como um espaço saudável e ecológico. São elas que, em suas tarefas rotineiras, de reprodução social, vivenciam em seus corpos a destruição e o envenenamento da terra, da água e das florestas²⁹.

Assim, o feminismo latino-americano e, por conseguinte, o ecofeminismo têm como uma de suas bases conceituais a teoria decolonial – especialmente as contribuições de Lugones (2019) – cuja práxis é entrelaçada pela compreensão de que

[...] tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno. (CURIEL, 2020, p. 133).

Para a autora Françoise Vergès (2020), o feminismo de política decolonial não inaugura uma nova dimensão do feminismo, mas sim o resgate da memória e a continuação do protagonismo e da resistência de mulheres do Sul global, que ocorrem há séculos – contra o feminicídio, as políticas de despejo, a colonização, a patriarcalização, o extrativismo, a mercantilização da natureza e a destruição da vida.

Segundo Carvajal (2020b), o feminismo comunitário contrapõe-se ao feminismo liberal ocidental e à noção de gênero tanto concebida por meio da diferença quanto da igualdade das mulheres perante os homens. Assim, é um feminismo da complementaridade entre mulheres e homens, que tem na comunidade seu ponto central. Nota-se que a forma como a autora desenvolve o conceito de comunidade assemelha-se com a lógica da complexidade de Morin (2005). Em ambos, compreende-se a existência de um sistema interrelacional de partes e do todo que funcionam baseados na interdependência. Nesse sentido, a comunidade não é entendida num nível analítico isolado, mas como um sistema interrelacional de partes e todo, que funcionam baseados na interdependência e na complementariedade de um pelo outro. É um diálogo claro com as cosmologias dos povos originários, como a do Bem Viver, que aponta para a transformação radical da sociedade.

²⁹ Nesse sentido, no âmbito da política institucional, em Florianópolis, há o mandato coletivo na Câmara Municipal (*Coletiva Bem Viver*) formado por cinco mulheres ecossocialistas, que têm, entre outras pautas, o ecofeminismo, o direito à cidade e o Bem Viver. Há, ainda, o trabalho de lideranças, tais como: Carmen Silva, do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), pela moradia na cidade de São Paulo. Além disso, impossível esquecer o trabalho de mulheres como Marielle Franco, Berta Cárceres e Dorothy Stang, assassinadas por defenderem povos e territórios.

Nessas cosmologias, nós humanos, assim como a natureza, somos agentes no mundo, assim a organicidade e a sciência estão para além das concepções racionalizantes antropocêntricas.

Tem uma montanha rochosa na região do rio Doce que foi atingida pela lama da mineração. A aldeia Krenak fica na margem esquerda do rio, na direita tem uma serra. Aprendi que aquela serra tem nome, Takukrak, e personalidade [...]. No Equador, na Colômbia, em algumas dessas regiões dos Andes, você encontra lugares onde as montanhas formam casais. Tem mãe, pai, filho, tem uma família de montanhas que troca afeto, faz trocas. E as pessoas que vivem nesses vales fazem festas para essas montanhas, dão comida, dão presentes, ganham presentes das montanhas. Por que essas narrativas não nos entusiasmam? Por que elas vão sendo esquecidas e apagadas em favor de uma narrativa globalizante, superficial, que quer contar a mesma história para a gente? [...]. É um abuso do que chamam de razão. (KRENAK, 2019, p. 17-19).

Nesse sentido, desponta o Bem Viver ou *Vivir Bien*, que integra a noção da *Pacha Mama*, demonstrando a interconexão das cosmovisões que resistem à racionalidade colonial e que emergem atualmente como alternativas à colonialidade (ACOSTA, 2016). Mostram as vinculações e que nada está isolado do todo, os movimentos cíclicos de interdependência coordenam o corpo, o tempo e o espaço-território. A partir do momento em que nos concebemos como parte integrante de uma totalidade, e “[...] não como a única parte relevante do cosmo compreendemos que o existir é correlacional e que não existe separação entre seres vivos e corpos inertes: todos têm vida” (SOLÓN, 2019, p. 25).

Baseando-se nessa sensibilidade do mundo, o feminismo e, especialmente, uma perspectiva ecofeminista, faz a interlocução prática e teórica entre as cosmovisões e a questão concreta da opressão das mulheres e da natureza na sociedade. Dessa interação, despontam outras epistêmes do Sul global, como o corpo-território, que questionam não somente as dicotomias, mas também as estruturas do patriarcado, do capitalismo, do colonialismo, como modelos desenvolvimentistas que visam à acumulação e à cooptação de nossas subjetividades (BARRAGÁN *et al.*, 2020).

Para Carvajal (2020a), o nosso ambiente natural não se resume simplesmente ao meio através do qual nós vivemos. O ambiente é a vida em si, trata-se de uma totalidade dotada não só de agência, mas de cosmologia.

Nesse sentido, o todo tem uma dimensão espiritual, na qual as concepções do eu, da comunidade e da natureza se fundem e estão vinculadas de forma cíclica no espaço e no tempo. Viver abarcando esse todo implica viver com afeto, com cuidado, com autocompreensão e com empatia pelos demais. [...] Significa responder às injustiças cometidas contra outros seres – humanos e não humanos –, derrubar falsas barreiras

entre a humanidade e a natureza, dizer em voz alta aquilo que pensamos, superar o medo de ser diferente e restaurar o equilíbrio dinâmico e contraditório que foi rompido por um sistema e um modo de pensar dominantes. (SOLÓN, 2019, p. 27-33).

Esses pressupostos elencados demonstram a convergência entre cosmovisões como o Bem Viver, o feminismo comunitário popular e o ecofeminismo pelo rompimento com a racionalidade antropocêntrica colonial, assim como orientam outras formas de apreensão do espaço-território, do habitar a cidade e do que significa o direito à cidade.

Dessa forma, por meio da compreensão empírica da realidade em que estão inseridas, as mulheres, como sujeitas políticas, constroem uma outra relação com o espaço e o território³⁰. Nessa relação, as noções de interdependência e de ecoddependência são desveladas, ou seja, evidencia-se a imanência entre seres humanos e natureza, assim como a necessidade de universalizar o cuidado com os outros e com o meio, o espaço e o território (SVAMPA, 2019).

Podemos citar como exemplo o trabalho de Verónica Gago (2020, p. 173), que analisa, sob uma perspectiva situada, como as greves feministas na Argentina possibilitaram a conexão entre lutas comuns, assim como evidenciaram a interconexão entre as opressões de raça, de classe e de sexo: “Essa conexão confere um caráter materialista à crítica da violência, e também abre uma perspectiva que torna concreto o anticapitalismo e o anticolonialismo do movimento”.

Uma das formas de violência exposta pela autora é a violência financeira. O endividamento massivo leva famílias, especialmente mulheres e corpos feminizados, a contrair dívidas para prover a própria subsistência. Dessa forma, instaura-se um processo que a autora denomina de extrativismo ampliado, ou seja, a dívida torna-se um “dispositivo privilegiado de extração de valor no capitalismo contemporâneo” (GAGO, 2020, p. 175).

Tudo isso está correlacionado ao avanço de políticas neoliberais, nas quais o Estado deixa de investir em políticas de assistência social e de reprodução da vida, tais como: saúde, educação, moradia, saneamento, políticas urbanas etc., para direcionar o investimento aos bancos e à produção de *commodities*, ou seja, aos processos que favorecem a acumulação capitalista e, portanto, as elites.

Vivemos todas essas correlações explicitadas pela autora, especialmente reveladas no âmbito da pandemia da covid-19. A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) lançou um relatório sobre a pandemia e a situação

³⁰ Essas relações com o espaço e o território serão desdobradas, posteriormente, no *Capítulo 5: Ecofeminismo e Direito à cidade*.

de precariedade alimentar no Brasil. A questão do endividamento e, conseqüentemente, do processo de financeirização da vida ficou evidente. Segundo o relatório, voltamos aos patamares de fome e de insegurança alimentar do ano de 2004. A pandemia agravou a questão do desemprego e, por conseguinte, do endividamento, sendo esses dois fatores aqueles que mais impactaram negativamente no acesso à alimentação. A insegurança alimentar foi mais frequente em domicílios que tinham como referência a mulher, especialmente se considerarmos mulheres racializadas e de baixa escolaridade (REDE PENSAAN, 2021). Por outro lado, há organizações e movimentos sociais, como a Central Única de Favelas (CUFA), o Movimento dos Sem Terra (MST), o MTST e a Sociedade do Bem Viver, na luta pelo comum, pela dignidade e pela soberania dos povos, enfrentando as políticas neoliberais que precarizam a vida.

Vale ressaltar que algumas das mulheres que participaram desta pesquisa se aproximaram da agricultura urbana e da agroecologia devido à pandemia, participando de hortas comunitárias que tinham como objetivo, naquele momento, fornecer alimentos para grupos e instituições que faziam marmitas solidárias ou que doavam para aqueles que necessitavam.

Dessa forma, são nessas fissuras que se enraízam a práxis ecofeminista e decolonial, expondo as correlações das opressões cotidianas e encontrando nos processos coletivos comuns, conforme denominado por Gago (2020), *o desejo radical feminista de transformar tudo*. A potência habita não na individualização das soluções, como o capitalismo trata qualquer problemática, mas na “capacidade desejante [...] a potência feminista é potência do corpo como corpo sempre individual e coletivo, e em variação; isto é, singularizado” (GAGO, 2020, p. 11).

4 ECOFEMINISMO E DIREITO À CIDADE

Proponho uma mirada para as convergências entre o ecofeminismo e o direito à cidade, de forma a contribuir para outros olhares sobre o espaço e a territorialidade. Esse entrelaçamento é revelado por meio de três elementos: o corpo como epistême da materialidade; o cotidiano e o espaço-território. É importante destacar que essas três categorias somente se apresentam separadamente para facilitar a análise e a discussão, do contrário, na vida concreta, apresentam-se de forma interconectada, como elementos que se constroem mutuamente. Ao discorrer sobre o corpo, é impossível separá-lo da dimensão espacial, da ideia do corpo como espaço, assim como não dá para extraí-lo da dimensão temporal, biológica e histórica. Da mesma forma, discutir sobre espaço e territorialidade, sem a dimensão temporal e sem o corpo

como receptáculo de percepções e de sensorialidades, é infrutífero. Por conseguinte, ficará evidente, ao longo do texto, esse incessante intercruzamento entre as categorias.

A intenção deste capítulo é possibilitar que a discussão sobre o direito à cidade esteja atrelada às noções e aos conceitos relevantes também ao ecofeminismo, de forma a explorar as brechas presentes no pensamento hegemônico no âmbito do direito à cidade. É um trabalho árduo analisar essas três categorias separadamente, pois se encontram em uma teia dialética de ampla complexidade, em alguns momentos, aproximam-se, embrincam-se, em outros afastam-se. Da mesma forma, não pretendo desenvolver propriamente o direito à cidade, muito mais profícuo será percorrer os meandros do pensamento, buscar superar os lugares-comuns e contribuir ao propor novos olhares ao campo do conhecimento em arquitetura e urbanismo.

4.1 CORPO E EPISTEMOLOGIAS MATERIALISTAS

Tomo como partida autoras que pensam as relações a partir de sua materialidade e, portanto, a corporificação dessas relações e suas implicações não só no cotidiano imediato, mas na forma de estruturar novas possibilidades de agir no espaço. Nesse sentido, trago duas epistêmes que emergiram de forma diferente. A primeira no âmbito da dialética marxista, o materialismo corporificado e a segunda o corpo-território, fincada na prática-resistência dos povos originários da América Latina, mais especificamente das mulheres originárias. Conjuntamente, possibilitam refletir sobre a construção do espaço no tempo presente, assim como nos permitem ampliar possibilidades e exemplos concretos em relação a outras territorialidades. No que se refere à teoria, permitem adicionar novas nuances tanto para as noções de espacialidade campo-cidade quanto para a ampliação do direito à cidade, como conceito em construção, que dialoga com perspectivas sociais radicais.

Nesse sentido, não há como discorrer sobre o direito à cidade e a forma como construímos as cidades e para quem a construímos sem considerarmos a relação humanidade e natureza forjada no âmbito do capitalismo patriarcal. Dessa forma, o corpo como categoria de análise permite conectar a questão da ruptura humanidade-natureza e, por conseguinte, do ecofeminismo ao direito à cidade. Caso ainda esteja nebulosa a relevância do corpo, da corporificação na análise seja do espaço, seja dos conceitos, Salleh (2017, p. 289) nos desvela essas conexões de forma didática: “Pois não há como negar - os humanos são natureza em sua

forma corporificada. Se as pessoas não fossem a terra encarnada, o metabolismo que nos mantém vivos não poderia acontecer”³¹.

A que metabolismo a autora se refere? Nesse ponto, é válido fazer uma breve inflexão e discorrer sobre metabolismo humanidade-natureza no campo marxista, que é a base teórica da qual partem as contribuições de Salleh (2017) e, conseqüentemente, do materialismo corporificado. Essa inflexão tem uma função até mais abrangente, pois serve como lente de análise das outras duas categorias, o cotidiano e o espaço-território, reforçando a interconexão entre as categorias no âmbito da totalidade.

Assim, Marx (2013) discorre sobre o eterno metabolismo entre humanidade e natureza, mediado pelo trabalho, e como esse processo metabólico se fragmenta em função de transformações históricas das relações de produção no âmbito do sistema capitalista. Dessa quebra do metabolismo humanidade-natureza, deriva a ruptura metabólica. É, nesse sentido, que autores como Foster e Burkett compreendem as crises ambientais atuais (SAITO, 2021). A ruptura metabólica, levada a cabo pelas contradições da produção, intensifica a problemática ecológica, na medida em que o escopo do capital é o eterno processo de acumulação e a constante exploração da natureza como mercadoria (FOSTER, 1999).

Nesse processo, a humanidade isola-se da natureza, isto é, os seres humanos afastam-se de tudo que os liga ao natural, inclusive alienam-se do próprio corpo, que passa a ter uma conotação de primitivo, selvagem. Em contraposição ao renegar a natureza em si, aproximam-se da cultura, no sentido de buscar uma racionalidade produtivista, tornando-se um corpo-máquina em prol do capital (FEDERICI, 2017). É um processo histórico no qual se alicerça a dualidade cultura-natureza, mente-corpo e até mesmo cidade-campo.

A compressão de Saito (2021, p. 24) sobre a ecologia em Marx é muito esclarecedora.

Para o autor:

[...] a ecologia de Marx não apenas constituiu um elemento imanente de seu sistema econômico e de sua visão emancipatória do socialismo, mas também nos fornece um dos andaimes metodológicos mais úteis para investigar as crises ecológicas como contradição central do atual sistema histórico de produção e reprodução. A “herança preciosa” da teoria de Marx só pode ser apreciada completamente com sua ecologia. (SAITO, 2021, p. 24)

³¹ *For there is no denying it - humans are nature in embodied form. If people were not earthly flesh, the metabolism which keeps us alive could not happen* (SALLEH, 2017, p. 289).

Dessa forma, um dos patamares desse “andaime metodológico”, sem dúvida, é a teoria do metabolismo. Aliado à noção de um corpo social-orgânico, possibilita justamente uma compressão fundamentada na totalidade que desafia as relações binárias de produção-reprodução, de campo-cidade, de natureza-sociedade. Ou seja, nos permite pensar a imanência entre corpo-humanidade e natureza, que é a noção da relação metabólica. Assim, para Marx,

A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é parte da natureza. (MARX, 2010, p. 84, grifos do autor).

Não por mera coincidência a teoria do metabolismo e, inclusive, a teoria da ruptura metabólica³² está associada em Marx (2013) a trechos que abordam justamente a questão tanto espacial quanto social da relação campo-cidade (FOSTER, 2005). Marx (2013) afirma que, na medida em que essa separação campo-cidade vai se estruturando em função da divisão do trabalho, divisão essa assentada nos processos de acumulação e da propriedade privada, o metabolismo natural humanidade-natureza vai se colapsando. Demonstra, ainda, que as transformações nas relações de produção retroalimentam-se e materializam-se no espaço, sobretudo considerando a celeridade desses processos no período da Revolução Industrial. Assim, para Foster (2005, p. 37), o “antagonismo campo-cidade” é central para o pensamento marxiano e para a concepção da ecologia em Marx.

Nas palavras do próprio Marx:

O modo de produção capitalista consome a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. [...] Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, *desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra* [...]. Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais. [...] Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que *solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador*. (MARX, 2013, p. 572-574, grifo nosso).

³² O termo *metabolic rift* foi traduzido como *falha metabólica* no livro de Foster, porém o termo mais difundido e usado em português atualmente é *ruptura metabólica*, como se encontra no livro de Saito e nas traduções de obras marxianas mais recentes, como se encontra n’O Capital III “[...] ruptura irremediável no metabolismo social [...]” (MARX, 2017, p. 873).

Assim, como aponta Saito (2021), a teoria do metabolismo é fundamental, pois nos direciona para a necessidade de impor limites ao capital, que reifica e aliena as interações sociais entre humanidade e natureza, ou seja, a busca por uma sustentabilidade real está relacionada com o reestabelecimento do metabolismo social apontado por Marx (2017). No entanto, para que isso ocorra, é preciso repensar as relações nos territórios, no campo e na cidade. Apenas discutir e repensar não é suficiente, é na práxis, no fazer e construir os territórios que se procede os processos de desalienação e, por conseguinte, o reestabelecimento do metabolismo social humanidade-natureza, a que Saito (2021) se refere.

De fato, a palavra metabolismo tem uma conotação que remete ao biológico, ao corpóreo, então o corpo como categoria de análise está também relacionado à compreensão da questão do metabolismo humanidade-natureza no âmbito do materialismo histórico-dialético. Trago essas questões do pensamento marxista justamente para refletir como as relações são estruturadas macropoliticamente, no sentido da totalidade, para então podermos estruturar e adentrar nas micropolíticas cotidianas, do direito à cidade e das epistemologias ecofeministas.

Em se tratando de metabolismo e de corpo, que corpo é esse que goza do direito à cidade? A corporificação é fundamental, pois localiza os sujeitos e não os uniformiza ou generaliza concepções. Falar em direito à cidade, à moradia, ao saneamento, ao transporte, ao lazer, à infraestrutura urbana, sem tomar conhecimento das corporificações e não somente das imbricações entre corpo, classe e espaço, é uma armadilha homogeneizante que reforça os apagamentos especialmente de pessoas periféricas, negras, indígenas, mulheres – corpos feminizados e racializados.

Para além disso, corpos diferentes experimentam a cidade de maneira diferente. O fazer cidade, projetar, deveria tomar partido desse fato, de se construir por meio das diferentes realidades e experimentações (MARTÍNEZ, 2018). Nesse sentido, a diferença se torna aquilo que constrói, que edifica e não aquilo que segrega.

Por que não podemos mais separar a noção de corporificação do estudo do espaço? Para tanto, tomemos como exemplos algumas das discussões recentes sobre o espaço urbano em Florianópolis. Independentemente das esferas políticas e institucionais envolvidas, fica evidente que o processo de urbanização é fundamental para a reprodução e a acumulação do capital e, por conseguinte, serve a uma classe (HARVEY, 2014).

O primeiro exemplo é o projeto do Parque Urbano e Marina Beira-Mar em Florianópolis³³, amplamente criticado, mas que foi facilmente aprovado para a construção. O segundo exemplo é a construção da Casa de Passagem Indígena de Florianópolis, uma luta com mais de 20 anos que se arrasta desde de 2016 (PERES, 2021) e ainda sem uma definição por parte do Poder Público sobre a melhoria do espaço ocupado pelos povos originários na cidade. O terceiro exemplo é o do Quilombo Vidal Martins, no Rio Vermelho. O processo de titulação foi aberto em 2013 (CPISP, 2021) e até hoje não se concluiu³⁴. Soma-se a isso a falta de apoio da prefeitura e de órgãos competentes, conforme apontado pelos próprios moradores³⁵. Vale o questionamento: os indígenas e os quilombolas não deveriam usufruir do espaço urbano, do direito à cidade? O quanto essas questões não são reflexos espacializados da ruptura metabólica, o quanto ainda não reforçam o dualismo entre cidade e campo (aqui inclusos os povos da floresta)? Então, nos restam as perguntas: de que corpos e de que espaços estamos falando? A quais corpos são negados o direito à cidade e à vida digna e plena?

É por esse motivo que não cabe o discurso descorporificado, imbuído de uma ideologia dominante, que concebe a cidade como um território neutro, como se todos fossem se beneficiar igualmente de qualquer empreendimento na cidade (VILLAGRÁN, 2016). Nesse discurso, se o território é neutro, o sujeito para quem se volta o planejamento urbano é aquele “‘cidadão’ imaginário e sem rosto” (KERN, 2021, p. 208), apagado de sua materialidade e de sua construção sócio-histórica. Ao se projetar e construir definitivamente também se exclui. É, nesse sentido, que nos auxiliam as discussões centradas em duas epistemologias feministas, o materialismo corporificado e o corpo-território para teorizar a questão urbana e o direito à cidade.

4.1.1 Materialismo corporificado e corpo-território

Ao longo deste estudo, pretendo responder aos seguintes questionamentos: no que consistem e como dialogam o materialismo corporificado e o corpo-território e quais são os elementos que os aproximam e aqueles que os divergem. Por que me interessam essas duas epistêmes? Como uma síntese de ambas pode contribuir para a práxis do direito à cidade?

³³ O início da construção do Parque está previsto para janeiro de 2023 (G1-SC; NSC-TV, 2021).

³⁴ A comunidade do Quilombo Vidal Martins foi regularizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em julho de 2022, mas necessita da assinatura do governador do Estado de Santa Catarina para a concessão da titulação do território (PICHETTI, 2022).

³⁵ Essas questões foram apresentadas no encontro da Rede Semear, na qual participou uma representante da comunidade.

Abordarei como podem contribuir para a discussão sobre produção do espaço e sobre o corpo, associando com contribuições de autores e de autoras que discutem sobre espaço e direito à cidade, assim como com as perspectivas das mulheres da agricultura urbana de Florianópolis.

O materialismo corporificado (*embodied materialism*) integra a estrutura conceitual do ecofeminismo formulado por Ariel Salleh (2017). Assim, clama por uma abordagem generificada do materialismo histórico-dialético marxista, mais precisamente visa estabelecer um elo entre a ecologia marxista e o ecofeminismo. É do método marxista que advém a palavra materialismo, ou seja, no sentido postulado em textos marxianos: as relações materiais que estabelecemos como humanidade constituem a base da sociedade, isto é, a produção e a reprodução da vida são o fundamento da história, das relações sociais que estabelecemos com os Outros e a natureza, assim como constituem também a base das criações e das abstrações que provêm desse metabolismo.

Nas palavras de Marx e Engels, o materialismo histórico parte de

[...] pressupostos reais [...]. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica.

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. [...] O que eles [os indivíduos] são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87, grifo dos autores).

Assim, para o materialismo histórico-dialético, a realidade não se constitui como um mero sistema de relações entre coisas e objetos. Esta seria, portanto, uma perspectiva simplista, reificadora que submete objeto ao sujeito, da mesma forma que submete a natureza ao trabalho como fundamento último para a produção de mercadoria e mais-valor. Esse processo é imanente da estrutura social capitalista e produtor da racionalidade produtivista por meio da qual a sociedade é regida (LEFF, 2006).

Quanto ao termo corporificado (*embodied*), ele tensiona duas questões relevantes à discussão. A primeira é que possibilita integrar a análise de gênero ao conceito. Incorporar um termo que remeta à corporificação dos sujeitos possibilita desvelar os processos históricos que polarizaram a discussão sobre produção e reprodução, além de reforçar a ideia de que tanto homens, quanto mulheres, corpos feminizados e natureza são sujeitos de igual relevância. Ou seja, desmantela a concepção de que mulheres e corpos feminizados aproximam-se da natureza,

num duplo movimento de naturalização e de feminização, no qual o homem se encontra acima de ambos (SALLEH, 2003).

De fato, elucidam questões que envolvem as contradições do capitalismo, ao posicionar o trabalho reprodutivo como um dos pontos centrais para teorizar, conjuntamente, ecologia e feminismo. É por esse motivo que a autora defende que a principal contradição do capitalismo patriarcal está no *nexus* natureza-mulher-trabalho, no papel delegado às mulheres e aos corpos feminizados de intermediar a natureza para os homens (SALLEH, 2017).

A segunda questão relevante é a contribuição para o campo da ecologia marxista e da teoria do metabolismo social. Incorporar as contradições do capitalismo referente ao trabalho reprodutivo permite incorporar o trabalho sensível, corpóreo das mulheres, especialmente do Sul global, daquelas que trabalham e cuidam de comunidades e de territórios, seja em áreas urbanas, rurais, nas águas ou nas florestas. Assim, o materialismo corporificado não trata apenas de mulheres ou de homens, mas de como o trabalho e a prática cotidiana de indígenas, quilombolas, pessoas não binárias e com deficiência constroem-reconstroem identidades e consciências ao mesmo tempo em que reestabelecem o metabolismo humanidade-natureza (SALLEH, 2017).

Em suma,

Um materialismo corporificado procura refundar o pensamento e a ação da esquerda, lembrando nossa origem humana como parte da natureza.

- A corporificação une a condição humana à sua condição natural, tornando a política profunda e consistentemente baseada na materialidade. Esta é uma mensagem para idealistas e pós-modernos.
- A corporificação une a teoria à práxis, tornando a política historicamente sensível e responsável. Esta é uma mensagem para realistas e positivistas.
- A personificação une a experiência e o conhecimento dos trabalhadores, mães, camponeses, coletores, tornando a política da esquerda ampla, abrangente. Esta é uma mensagem para todos os ativistas do movimento.³⁶ (SALLEH, 2017, p. 298).

Por essas explicações, é possível perceber que o materialismo corporificado remete, sobretudo, à práxis. É uma epistême que parte da experiência material das pessoas em seus

³⁶ *An embodied materialism reaches out to re-ground left thought and action by remembering our human origin as nature.*

• *Embodiment joins the human condition to its natural condition, making politics deeply and consistently material. This is a message for idealists and postmoderns.*

• *Embodiment joins theory to praxis, making politics historically sensitive and accountable. This is a message for realists and positivists.*

• *Embodiment joins the experience and knowledge of workers, mothers, peasant, gatherer, making left politics whole. This is a message for all movement activists. (SALLEH, 2017, p. 298).*

territórios, enfatizando esse movimento prático-teórico. Podemos dizer que é uma teorização que parte da prática e a partir dela se reconfigura. Em contraste, o oposto ocorre com a epistême corpo-território. Esta é o grito da resistência das mulheres que se fez teoria, ou seja, emerge como resistência à lógica capitalista-colonial-patriarcal a que mulheres originárias e seus territórios estão submetidos, evidenciando as intrincadas relações de dominação e de subordinação dessas mulheres, seja no âmbito dos seus territórios, seja para além deles (CABNAL, 2010; CRUZ HERNÁNDEZ, 2016).

A feminista comunitária Lorena Cabnal (2010, p. 22) utiliza o termo *“nuestro territorio cuerpo-terra”* como uma proposta feminista que desvela as imbricações entre a exploração e a expropriação da natureza, da terra e dos corpos, especialmente das mulheres. Para a autora, essa formulação permite a autoafirmação da própria existência no território da história, reivindicando o lugar epistêmico e político das mulheres por meio do corpo. Além disso, refere-se à resistência cotidiana à violência patriarcal colonial e extrativista, assim como para a potência transformadora que provém da dialética território-corpo-terra. *“Es una propuesta feminista que integra la lucha histórica y cotidiana de nuestros pueblos para la recuperación y defensa del territorio tierra, como una garantía de espacio concreto territorial, donde se manifiesta la vida de los cuerpos”* (CABNAL, 2010, p. 23).

Para Delmy Cruz Hernández (2016, p. 8), a formulação corpo-terra está mais relacionada à luta coletiva e política das mulheres indígenas pelos seus territórios. Por outro lado, para a autora, a epistême corpo-território tem uma noção mais ampliada e abarca a necessidade colocada por mulheres dos mais variados lugares de enunciação, sejam elas feministas indígenas, negras, lésbicas, caribenhas e urbanas, para abordar: *“el cuerpo visto como territorio es en sí mismo un espacio, un territorio-lugar, que ocupa, además, un espacio en el mundo y puede vivenciar todas las emociones, sensaciones y reacciones físicas, para encontrar en él, un lugar de ‘resistencia y resignificación’”*.

Essas mesmas questões e conexões podemos observar no movimento de mulheres indígenas do Brasil.

O território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito [...] Lutar pelos direitos de nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida. A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura.” (DOCUMENTO FINAL MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS: “TERRITÓRIO: NOSSO CORPO, NOSSO ESPÍRITO”, 2019).

Por meio desse documento, podemos inferir a imanente conexão entre o território, o corpo e o espírito de forma não-binária, mas complexa, como conformadores de um ente pautado por uma relação de construção-desconstrução-reconstrução, no qual os limites não são claros, as fronteiras são difusas, o que nos remete à Haraway (2009) e Anzaldúa (2019). A compreensão do termo corpo-território também adentra a militância urbana das mulheres dos movimentos pela agricultura urbana, enfatizando a relevância da soma das lutas e das resistências entre os povos urbanos e da floresta, mas também rurais tradicionais, assim como a troca e o aprendizado que dali advém:

Eu fui muito na aldeia dos Guarani, no Morro dos Cavalos e aí eu fui aprendendo um pouco sobre eles. E é realmente o que eles dizem a terra não é nossa, não é território nosso. Nós todos fazemos parte da mesma coisa, nós todos estamos aqui. Eu sou território, o território sou eu, é tudo a mesma coisa. É um ser só, mais ou menos isso que eu entendi. Então, essa coisa de fronteira é ilusão [...]. (E62MT – 10 IC:H).

A partir dessas imbricações, concebe-se “a cura”, que seria nada mais do que o restabelecimento do metabolismo social com a natureza, ou seja, o cerne do movimento agroecológico, sobretudo em áreas urbanas. A questão da cura, como algo que é construído a partir do corpo-território, está tanto nas narrativas dos povos originários quanto nas populações quilombolas.

E numa época a gente tinha bastante conflito aqui com parceiros como com vizinhos. E aí a gente foi num Congado com uma amiga minha. E aí a entidade lá, que era uma preta velha pediu para vir aqui. E aí a gente fez um trabalho de limpeza assim.[...] Essa preta velha falou, que o quê a gente está fazendo é a cura. Essa coisa do plantar e criar vida. E a gente tá aqui, quem somos nós? Vamos passar rapidinho, a terra vai ficar, vão vir outras entidades, outras pessoas, mas agora somos nós. (E49AU – 4/5 IC:C).

É por esse motivo que, para Cruz Hernández (2020), o corpo-território é uma epistême latino-americana e caribenha que emerge a partir da luta das mulheres dos povos originários, mas que congrega a luta de tantas outras mulheres que ressignificam o corpo e o espaço no cotidiano, a fim de pautar novas possibilidades de viver nesse chão. Possibilidades essas que restabeçam o metabolismo humanidade-natureza, que desmantelem as concepções binárias e construam o território a partir das relações da ética e do cuidado ecofeminista, por exemplo.

El territorio como cuerpo es un espacio de interacción cotidiana, histórica, material y simbólica en disputa. Un bastión fundamental para su defensa es la voz, las prácticas de resistencia y las estrategias individuales y comunitarias que las mujeres

organizadas ponen sobre la mesa cuando sienten amenazados su vida, su trabajo, sus saberes y sus espacios. (CRUZ HERNÁNDEZ, 2020, p. 57).

Teorizar a partir de experiências nossas, dos nossos territórios latino-americanos e caribenhos colonizados é uma reparação histórica, para aqueles que sempre foram oprimidos e subjugados por esse sistema. De fato, a questão da reparação histórica se desvela fortemente na fala de uma das mulheres entrevistadas, especialmente quando se trata de buscar por um novo paradigma de vida, de cura, que albergue a prática como processo de construção de conhecimento, a sustentabilidade e a justiça social de bases ecofeministas.

A gente não pode esquecer da nossa história. A gente não fez essa escolha, mas a gente vem desse lugar. Então, a reparação histórica é um lugar de luta constante. Então, eu acho que é por aí, entendeu? Eu não consigo viver sem pensar nessa reparação. Eu não consigo pensar em educação, sem pensar nessa reparação. Eu não acordo e vou dormir sem pensar nessa reparação. A reparação é um projeto de vida para mim e aí não é só meu. Como eu sou educadora é fazer isso realmente ser... em quem está no meu entorno, em contato comigo, ser realmente uma prática realmente um lugar em que você decide. Você tem que decidir pela reparação. [...] Eu quero saber que você decidiu na sua vida, daqui para frente, que você vai combater, que você vai fazer a reparação histórica, que você tem responsabilidade sobre isso. (E43MT – 7/8 IC:L).

Desse modo, trago algumas questões da historiadora brasileira Beatriz Nascimento (2006) para pensar a questão histórica e a configuração espacial e corporal inseridas no território. Torna-se também relevante para refletir e teorizar, a partir da história dos corpos-territórios brasileiros, tendo como base uma autora brasileira, já que atualmente essa teoria é mais difundida e desenvolvida principalmente sob a perspectiva de autoras andinas e caribenhas.

No filme *Orí* (1989), com textos e narração de Beatriz Nascimento e direção de Raquel Gerber, fica patente a intenção de escovar a história a contrapelo, de situar e de reposicionar a população negra como sujeita de si e da história. É, nesse sentido, que a autora traz um outro olhar sobre o que são os quilombos, esses territórios de resistência e de fuga que emergem da recusa de se fazer propriedade do outro, evidenciando a intrínseca correlação entre violência e os processos de acumulação do capital. Concebe o quilombo, no âmbito de um processo histórico e, portanto, não algo encerrado no passado, mas que possui uma continuidade no tempo e no espaço. Assim são representações sociais e espaciais que estão presentes nos nossos territórios, nas periferias, nas escolas de samba, nos terreiros de religiões de matriz africana, nas congadas. Porque o quilombo é o corpo negro; é a indissociação entre corpo-território-terra (NASCIMENTO, 2006) e da mesma forma é a natureza corporificada.

Por meio do vocábulo yorubá, *Orí* é que emergem essas interconexões que desmantelam as separações binárias. *Orí* significa cabeça, núcleo, aquilo que conecta o corpo com o espírito, a mente. No filme, remete ao entrelaçamento do corpo-memória com a terra-território no âmbito de uma concepção de coletividade, ou seja, Beatriz Nascimento e Raquel Gerber expandem o sentido da palavra ao tensioná-la numa dialética entre individual-coletivo, como potência de transgressão e de transformação, corpo negro-movimento negro, uma metáfora das relações de poder no corpo-espaço-corpo (RATTS, 2006).

Colocando todas essas questões em perspectiva, em Beatriz Nascimento, vemos que a concepção de quilombo e o significado de *Orí*, assim como aquele do corpo-território, são epistêmes que remetem a um materialismo corporificado. E, por isso, também se relacionam à natureza em nós encarnada, à práxis sensível da cotidianidade e dos movimentos sociais e, portanto, do metabolismo humanidade natureza.

Nesse sentido, a integração desses conceitos-epistêmes se insere no que Laó-Monte e Vásquez (2018) denominam de *dupla crítica em claves del sur*. É um processo de ressignificação de conceitos e da própria noção de conhecimento para e a partir do Sul global. Possui o intuito de promover a interconexão com o pensamento crítico eurocêntrico reconfigurado a partir das epistemologias do Sul. Para os autores, esse entendimento de uma dupla crítica decolonial reafirma a relevância da prática concreta na construção do conhecimento crítico emancipador no âmbito da coletividade. Concepções estas que muito se assemelham com aquelas de Paulo Freire (1978).

Assim, esse percurso entre corpo-território e materialismo corporificado insere-se justamente no âmbito da dupla crítica exposta pelos autores, que enfatiza a potência da experiência vivida, no cotidiano, no espaço, pelo corpo como elemento de construção coletiva não só do conhecimento crítico, mas também de uma prática libertadora, que repara e cura.

E como trazer essas questões para a teoria do corpo no espaço urbano? Verónica Gago (2020) nos proporciona essa aproximação ao trazer o corpo-território, como uma *ideia-força*, para a análise das assembleias feministas na Argentina. A autora estabelece esse entrelaçamento baseado no trabalho da ecofeminista Maria Mies (2022) e na relação de espoliação que o capital colonizador impõe aos territórios. A mesma dialética, singularidade-coletividade, corpo individual-corpo coletivo, que vemos em Beatriz Nascimento (1989), encontra-se em Gago (2020), na impossibilidade de concebê-los de forma fragmentada, separada.

Então, o corpo é território, é paisagem, é natureza, é um devir coletivo, é luta das mulheres e dos corpos dissidentes que produzem riquezas, mas aquelas baseadas no comum, na codependência, no afeto, nas trocas. É tudo aquilo que, de uma forma ou de outra, nos remete ao ecofeminismo e ao cotidiano das mulheres, especialmente daquelas envolvidas nos movimentos de agricultura urbana. O corpo território se consolida como uma ideia-força contrária à propriedade privada, contrária à ideia de ausência que o conceito de propriedade e proprietário produz e, portanto, conceito-chave para o entendimento não somente das crises e dos conflitos atuais, mas das alternativas a serem construídas. A falta não existe, não há carência de corpo nem de território (GAGO, 2020).

Mas de onde vem essa potência de migrar e de ressoar? Essa potência parte do princípio de que o corpo é o primeiro território, ele mesmo é espaço. Adrienne Rich (1994) expressa muito bem essas correlações que nos reportam novamente à questão do materialismo corporificado.

Comece, no entanto, não por um continente, um país ou uma casa, mas pela geografia mais próxima – a do corpo. Aqui pelo menos eu sei que eu existo, aquele ser humano vivo que o jovem Marx chamou de “a primeira premissa de toda a história humana”. [...] ³⁷

Não para transcender este corpo, mas para reclamá-lo. Para reconectar nosso pensamento e nossa fala com o corpo desse indivíduo vivo em particular, uma mulher. Comece, nós diríamos, pelo material, pela matéria, *mma* [mãe em inglês sul-africano³⁸], *madre* [mãe em espanhol], *mutter* [mãe em alemão], *moeder* [mãe em holandês], *modder* [mãe em inglês médio³⁹], etc., etc.

Comece por aquilo que é material. Retome a longa luta contra a abstração elevada e privilegiada. *Talvez este seja o cerne do processo revolucionário*, seja ele denominado Marxista ou do Terceiro Mundo ou feminista ou todos os três conjuntamente ⁴⁰ (RICH, 1994, p. 283–284, grifo nosso).

Iniciar pelo material, pelo corpo, como constitutivo primeiro desse ser social que somos, permite reformular os outros elementos desse quadro conceitual sobre o cotidiano e o território, no âmbito do ecofeminismo e do direito à cidade.

³⁷ Essa passagem de Marx que a autora cita é justamente a passagem da Ideologia Alemã já citada anteriormente.

³⁸ É um prefixo que significa mãe de para as etnias sul-africanas Sotho e Tswana (DSA, 2022).

³⁹ A etimologia da palavra está relacionada ao vocábulo mãe, em Middle English (OED, 2022).

⁴⁰ *Begin, though, not with a continent or a country or a house, but with the geography closest in—the body. Here at least I know I exist, that living human individual whom the young Marx called “the first premise of all human history”. [...]*

Not to transcend this body, but to reclaim it. To reconnect our thinking and speaking with the body of this particular living human individual, a woman. Begin, we said, with the material, with matter, mma, madre, mutter, moeder, modder, etc., etc.

Begin with the material. Pick up again the long struggle against lofty and privileged abstraction. Perhaps this is the core of revolutionary process, whether it calls itself Marxist or Third World or feminist or all three. ⁴⁰ (RICH, 1994, p. 283–284).

O que eu quero mostrar é que há um vai-e-vem entre essas duas epistêmes, que apesar de origens distintas, pensadas pela ótica da dupla crítica (LAÓ-MONTE; VÁSQUEZ, 2018), amalgamam-se. A noção de corpo-território converge para o materialismo corporificado e, portanto, para o ecofeminismo, como projeto político e práxis social que transforma e cura o metabolismo social humanidade-natureza. De forma geral, as mulheres dos movimentos pela agricultura urbana estão desempenhando esse papel e buscando essas transformações, mas isso tem implicações em seus corpos, na forma como vivem o cotidiano e o espaço.

4.1.2 A corporificação da experiência

Quando trazemos essa *geografia mais próxima* (RICH, 1994, p. 283) do corpo para a análise dos discursos e das experiências das mulheres que fazem a agricultura urbana em Florianópolis, em alguns discursos, vislumbramos o entrelaçamento entre corpo-individual-social e o território, sobretudo das mulheres militantes, que estão organizadas em coletivos e não somente participando de hortas comunitárias. A percepção do corpo como território reforça a noção do corpo imanente, como matéria que nos coloca em contato com o mundo concreto, imerso em sensações, ele media e carrega toda a experiência do corpo-espaço vivido.

A relação com o corpo, aqui entendido no sentido de espaço de mediação com os outros, consigo mesmo e com o território, apareceu de forma difusa nos discursos das mulheres da agricultura urbana. A dimensão da materialidade corpórea está fortemente associada à categoria da cotidianidade, das tarefas domésticas, principalmente com relação à sobrecarga de trabalho das mulheres agricultoras, apesar delas, em alguns momentos, apontarem os benefícios terapêuticos da atividade. Esse fato se apresentava como um paradoxo até mesmo para elas, como pretendo mostrar no decorrer da explicação⁴¹.

Eu sempre fiz tudo sozinha aqui na minha produção. [...] Então, era uma rotina bem intensa às vezes. E como eu tinha filha pequena para administrar... Também o meu esposo durante a pandemia, ali no começo, que foi do isolamento total ele tava trabalhando fora de Florianópolis, então ele quase não tava aqui eu tinha que levar a minha filha junto comigo para todos os lugares, porque ela não tinha escola. Então, ela fazia as entregas comigo, ela ficava muito tempo sozinha. E eu precisava fazer as coisas. Eu não posso esperar. Então foi um período bem intenso, bem difícil, mas acho que contribuiu também para o esgotamento total. Como eu passava o dia todo

⁴¹ Reafirmarei aqui a imbricação entre as categorias que estou analisando. Discutir a sobrecarga de trabalho das mulheres como uma categoria que remete ao corpo e não ao cotidiano foi uma escolha, porque esta poderia muito bem integrar as estruturas de análise da cotidianidade.

colhendo e eu não queria deixar minha filha tanto tempo sozinha, eu guardava e armazenava tudo na geladeira para embalar depois que ela dormia. Então, ia até três horas da manhã, quatro horas da manhã embalando e dormia em pé no galpão, de cansaço mesmo. Isso foi contribuindo cada vez mais para eu desistir no final, mas assim no fim das contas o que, o que realmente leva à desistência, mesmo, é a falta do retorno financeiro. [...] Isso começou a afetar outros cantos da minha vida. Minha relação com a minha filha, a minha relação comigo mesma. Então, era uma correria muito louca, era bem louca. Era bem enlouquecedor. (E36AU – 4/5 IC:A).

A partir desse relato, é legítimo questionar se em uma cidade do cuidado, em uma cidade ecofeminista, esse tipo de situação estaria acontecendo? Muito provavelmente não, estaríamos vivendo uma cidade em que as tarefas de cuidado e de reprodução fossem socializadas. O cuidado com as crianças, com os idosos, com as pessoas com deficiência (PcDs) seria partilhado entre todos. Como bem apontam autoras feministas (FEDERICI, 2022; KERN, 2021; VALDIVIA, 2018), o cuidado deve ser socializado, a responsabilidade pelas crianças deveria ser uma tarefa social para que pais, mas sobretudo as mães ficassem menos sobrecarregadas, podendo assim desenvolver atividades que lhes trazem prazer. No caso de E36AU, a produção agroecológica era um trabalho, mas também uma atividade prazerosa, a qual teve que ser abandonada devido à sobrecarga e à falta de retorno financeiro, dois pontos que estão relacionados às políticas públicas de valorização da esfera da reprodução social: as tarefas de cuidado e a produção de alimento agroecológica.

A gente participa de grupo de mulheres, e aí a gente fala sobre tudo, bate pau nos caras que são malas, vamos aprender a fazer chazinho... nesse grupo, a gente quer fazer uma coisa diferente, fazer um fortalecimento lúdico, porque as mulheres são muito mais sobrecarregadas, sabe? Porque no final o homem vai lá e planta, beleza! Mas a mulher vai lá e planta, beleza, ainda vai lá e faz a comida, cuida da roupa, atende o hospede, ainda limpa a casa e aí não dá. [...] percebo que a mulher ainda é muito sobrecarregada, muito por nossa culpa também, porque a gente se coloca nesse papel. Ter que dar conta de tudo. (E49AU – 19 IC:A).

O trabalho na agricultura, para essas mulheres, não se resume ao tempo despendido na roça ou aquele dependido no trabalho doméstico. Ele envolve as questões de militância e de organização coletiva, da mesma forma como ocorre com as mulheres em Siliprandi (2015) e Cisne (2015), a diferença é que essas autoras estudaram exclusivamente mulheres rurais organizadas em coletivos, no primeiro caso agricultoras que integram a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e no segundo aquelas do MMC.

Dessa forma, há relatos que evidenciam a sobrecarga de trabalho também devido às organizações sociais, da demanda de tempo necessária para a participação em atividades dos coletivos, dos grupos de certificação de orgânicos etc.

Mas é uma sobrecarga mesmo assim. A gente admitir que realmente tá sobrecarregada demora. Aí quando você admite também já tá envolvido em tudo. (E31AU – 4/5 IC:A).

Eu acho que a gente se sobrecarrega bastante, muito! Tem hora que a gente começa a pensar: porque que eu tô envolvida em tanta coisa? É que tu não dá conta de tudo. (E32MT – 13 IC:G).

Essas certificações exigem tempo, exige reuniões. [...] Tu tá no grupo, mas não consegue de fato participar, responder. E isso para mim já me gera uma angústia. [...] A demanda de participação é grande. [...] Aí quando tem reunião a vontade que dá é de desistir [...] Tem a certificação por auditoria, por uma empresa. Então, tu não tem a necessidade de participar de reuniões. Só que é um caminho mais individualista. É isso o que é difícil: é conciliar a demanda de participação de grupos e a demanda de trabalho. É muito complicado, sabe? E com a pandemia começou a ter um monte de reunião virtual, olha...[...]. (E27AU – 13 IC:G).

As vezes você precisa abdicar de algumas coisas e ter um tempo disponível para tá fazendo parte, mas eu acho que isso não chega a ser negativo não, é uma escolha. Uma escolha que a gente faz para poder estar contribuindo. (E36AU – 13 IC:G).

Uma percepção bem forte que ficou foi justamente essa questão da sobrecarga e da escolha em participar de coletivos. Mesmo já sobrecarregadas de trabalho, o envolvimento e a participação em grupos e coletivos era grande, principalmente das mulheres agricultoras e das militantes. A tal escolha me parecia sempre uma escolha que estava para além do pensamento individual, o pensamento coletivo era o que norteava.

O relato a seguir é bem paradigmático e reflete as nuances que abarcam lidar com as tarefas cotidianas, com os limites do corpo, com as tarefas da coletividade. Essa foi umas das entrevistas mais longas que realizei e fomos noite a dentro conversando até finalizar todos os tópicos do roteiro. Por ser umas das primeiras entrevistas, eu já estava esgotada, corpo e mente. Minha vontade era de parar e continuar em outro momento, vontade essa que não expressei, pois ela quis continuar. No relato, há aquela ideia da mulher que não para, que deve dar conta de tudo, e também da culpa que a consome. Por outro, há a noção do autocuidado, do estar tão atenta a si mesma e ao meio, à natureza, ao trabalho individual-coletivo que realiza; de considerar a si mesma como parte da natureza.

E aí a gente tenta dividir essa tarefa [do trabalho no sítio] com a [tarefa de cuidar de] R., que inclusive é nossa prioridade, depende da gente [...]. A gente tenta sair o menos possível de casa, mas acaba sendo todos os dias da semana, esse é o problema. [...] Mas como prioridade primeiro os animais e depois a horta e depois os afazeres de casa. Só que antes de sair para rua eu tenho que fazer a minha série, porque eu já tô toda quebrada. Você pode imaginar que uma pessoa que... já tem 49 anos, trabalhou sempre com o corpo, fez um monte de atividade física, e ainda trabalha com agricultura, é quebrada, eu tenho vários probleminhas. [...] G. [o companheiro] leva comida de casa, porque não tem sentido. Você plantar orgânico e comer comida

envenenada da cidade. Então, a gente toma esse cuidado assim. E aí eu sei como é que é: se for para mim, eu acabo não fazendo e ser for por ele, ele acaba não fazendo, entendeu? Então pode deixar que eu vou reservar tua comidinha. [...] Ela [a filha] já pode pegar ônibus, [...] mas é mais demorado esperar ela chegar do ônibus. Porque aqui não passa ônibus. [...] Terça-feira eu consigo me dedicar mais à plantação, é porque aí quando não tem mais ninguém para comer fica mais fácil. Faço uma comida mais rápida ou como o que sobrou do outro dia, mas sempre cuidando para comer comida mesmo. Nós agricultores acabamos assim: come um pãozinho que tá bom. Eu não gosto disso não, acho que a gente tem que comer de verdade! No almoço e na janta a gente tem que comer comida mesmo, não é lanche, nada. [...] Eu acabo ficando com as tarefas menos impactantes para o corpo, sabe? A horta pesada eu já não consigo mais e aí também tem aquela coisa: faz um pouquinho e para de fazer. [...] E a casa fica assim, quando der vai lavando as roupas aos pouquinhos. Porque lavar a roupa, é pendurar, é recolher, é dobrar. [...] Mas vai aos pouquinhos, vai e assim vai. E como eu invento muita coisa, às vezes a gente não consegue dar conta. Agora eu colhi e lavei araruta, fiz polvilho, mas M. [uma ajudante que trabalha no sítio] me ajuda. O milho, nossa! O milho, a gente colheu muito! Aí a gente fez farinha a gente deu para galinhas, a gente guarda para plantar, tudo isso dá trabalho! [...] Também tem muita coisa de articulação, com a FLORAM, com isso ocupa nosso espaço de tempo e também essas coisas de... vem CEPAGRO aqui, com você... sempre tem. [...] Então hoje já foram três coisas que me tiraram da função, por exemplo. Mas a gente sabe que faz parte. Nosso intuito é plantar, mas é também difundir. [...] Na quarta, a R. não vem [dormir], é bem legal porque a gente dá uma relaxada, assim. [...] As vezes a gente bota coisa a mais [nas cestas], mas nem sempre, porque tudo dá trabalho. Até mesmo fazer macinho [...] Sábado é o dia que a gente trabalha bastante na roça e faz muitas coisas na roça, de 15 em 15 dias a gente planta. Vão mais ou menos umas mil mudas a cada quinze dias, mais ou menos cinco bandejas de 200 mudas cada. Como a gente planta de maneira consorciada em sistema agroflorestal a gente consegue otimizar o espaço, o tempo, o adubo, a cobertura. [...] Sozinha eu geralmente não planto, mas ajudei ele esse domingo a plantar, porque tava corrido, [...] ajudei ele a terminar, mas eu evito porque para mim força bastante, porque é um trabalho de repetição, que trabalha com ombro, o pescoço. Aí domingo é isso, geralmente tenta terminar antes do meio-dia para depois dar uma relaxada, uma descansada, porque a gente percebe que é importante. (E49AU – 4/5 IC:A).

Está presente essa compreensão ampliada de trabalho, de que as tarefas implicam gasto de tempo e numa mediação com o próprio corpo e o espaço, isso reforça a relevância do *nexus* natureza-mulher-trabalho sobre o qual Salleh (2017) discute. Uma relação que faz emergir a noção corporifica da nossa codependência com a terra e a natureza (Figura 4).

Figura 4 – Agrofloresta crescendo e produzindo em área urbana



Acervo pessoal.

Em se tratando de trabalho na agricultura, essas dimensões também estão envolvidas, as mulheres dividem-se entre o trabalho doméstico e aquele na roça. Nesse sentido, o trabalho com a terra é desafiador, exige esforço e cuidados com o corpo, adquirir consciência corporal e saber os limites do próprio corpo. Algumas falam de um lugar privilegiado, possuem ajuda externa ou não vivem exclusivamente da agricultura. Uma realidade muito diferente daquela enfrentada por muitas mulheres rurais (SILIPRANDI, 2015; CISNE, 2015).

[...] eu percebo que tem uns cuidados que a maioria dos agricultores não tem, que é a questão da pele. A gente trabalha no sol, precisa ter os cuidados com a gente mesmo. [...] E é isso: cuidado mesmo com a saúde, da nossa saúde, [...] cuidado com a pele e o sol e também a questão de ergonomia. A gente tem que ter um trabalho de consciência corporal, porque senão a gente se machuca muito nesse trabalho, a coluna. (E27AU – 6 IC:G).

Eu sou muito trabalhadora. Então, cara, eu me quebrava. Estou toda quebrada por culpa minha, porque eu não soube fazer as coisas devagar. Se tem um canteiro cheio de espontânea pra tirar, num dia você vai tirar, mas no outro dia você não anda. E no dia que você não andou e ficou sem fazer alguma coisa a planta já cresceu. Então, eu aprendi a ser mais devagar, é melhor dar dois passos atrás, do que um a frente. [...] eu

tenho que me respeitar primeiro, sabe? [...] E assim a gente vai. Eu tô aprendendo isso e está sendo muito legal. (E49AU – 10 IC:D).

Apesar do trabalho desafiador e desgastante, elas deixam claro que ser mulher não consiste num impedimento para a realização do trabalho.

Eu acho que é... desafiador, porque é um trabalho de força, a gente tem limitações. Mas eu acho que isso não é um impedimento para a gente fazer, a gente consegue, consegue fazer tudo. Desde que tenha mais pessoas, mais de uma mulher fazendo aquela atividade. Então, não me sinto inferior, comparando com um homem. (DSC 19G: E36AU, E27AU, E36AC).

Uma questão central que perpassa essas falas é a da camaradagem entre mulheres, da amizade, da ajuda mútua, do compartilhar tarefas e aprendizados. Isso foi algo que inclusive eu senti nas experiências em campo, eu mesma aprendi muito no tempo que compartilhei com elas. Os espaços de horta comunitários são espaços de troca. Por certo, o fato de estarmos entre mulheres nos deixa mais seguras para interagir e trocar ideias e experiências, um sentimento de pertencimento como o que E56AC (4/5 IC:G) apresentou: “Eu me sinto em casa e muito feliz [...] gosto muito mesmo de participar na horta, me sinto em família”.

Kern (2021) afirma que esses laços de amizade e de solidariedade entre mulheres conformam a percepção e a vivência da cidade, o ambiente urbano potencializa essas conexões. A cidade feminista, para a autora, “[...] valoriza os relacionamentos das mulheres, descentraliza o núcleo familiar e permite que mulheres e moças ocupem o espaço e construam seu relacionamento a seu modo” (KERN, 2021, p. 120).

Quando eu e a N. estamos trabalhando juntas, na verdade, tem muita conexão. As vezes a gente nem precisa falar e a gente tá fazendo junto a mesma coisa ou uma vai complementando a outra no trabalho na lavoura. Então, essas coisas são boas, ter uma outra mulher para compartilhar isso. (E31AU – 19 IC:B).

De fato, a conexão que se forma entre mulheres associada à percepção corporificada do *nexus* natureza-mulher-trabalho faz com que surjam discursos que supostamente tenderiam a um essencialismo. Ao afirmarem, por exemplo, que a mulher tem vocação para o social, ou que a agricultura é feminina. Porém, esse “essencialismo” reflete o materialismo corporificado, as mediações e o trabalho a que mulheres e corpos feminizados são encarregados de fazer. Essa suposta vocação é uma construção social, como elas mesmo apontam, que se deu por meio das atividades que desempenham cotidianamente, que estão muitas vezes ligadas a uma elevada noção de consciência corporal-territorial.

Estar neste universo da agricultura urbana como mulher traz um sentimento bom de familiaridade com o termo “Mãe Terra”. Eu penso que a agricultura é feminina, no sentido de feminino do homem também. Porque o homem também é feminino. Como a gente também é masculino. A agricultura é percepção, é cuidado, é nutrição, é gerar. É tudo que a mulher é, é criatividade, então a agricultura tem tudo a ver com mulheres. (DSC 19 – D: E36AC, E47AC, E49AU).

Eu acho que a mulher tem muito esse envolvimento com o social, isso é muito forte. E na cidade, na agricultura urbana não tem como falar em agricultura urbana sem trabalhar as questões sociais. Tu vai lidar com periferia, tu vai lidar favela, vai lidar com a insegurança alimentar. Eu vejo que as mulheres elas tem um empenho diferenciado na questão do coletivo e na questão do cuidado, a mulher sempre teve esse papel do cuidado, da saúde, do alimento. Então, por ter um histórico de sempre tá correndo atrás, e ser historicamente inferiorizada, eu acho que a mulher tem uma força de luta maior, não sei. Eu posso estar até favorecendo o gênero feminino, mas eu acho que as mulheres têm uma visão diferenciada, a gente consegue de uma outra forma expor os ideais mais claramente, ou tem mais vontade, talvez. Então, eu acho que o papel dentro da agricultura, de modo geral, não só de Floripa, mas o papel da mulher como a pessoa a frente de uma proposta, eu acho que só pode somar e contribuir para um avanço em vários âmbitos, dentro também da agricultura, mas numa questão de sociedade como um todo. Eu acho que é fundamental a participação das mulheres, sempre vai ter um ponto a mais para agregar e contribuir. (DSC 19 – I: E36AU, E27AU, E55OG).

Essas falas não se tratam de questões e discursos

[...] essencialistas, com base em alguma falsa alegação de uma definição biológica de feminilidade. Em vez disso, questões que emergem da experiência cotidiana corporificada daqueles que incluem na categoria dinâmica e mutante “mulheres”. [...] Meu gênero é mais que meu corpo, mas meu corpo é o lugar da minha experiência, onde minha identidade, história e os espaços que vivi se encontram, interagem e se escrevem na minha carne. (KERN, 2021, p.21-22).

Todos esses pontos contribuem para a construção de um paradoxo do prazer em trabalhar com a terra, a agroecologia, e as dificuldades e os desafios enfrentados, sejam as limitações físicas do corpo, a sobrecarga de trabalho, as dificuldades financeiras, o machismo cotidiano e a falta de incentivo e de política pública. Esse aspecto paradoxal é mais evidente nas falas das agricultoras urbanas.

Tem dias que eu acho maravilhoso, na verdade quando você começa a ver os frutos. Que nem eu e meu companheiro a gente plantou umas couve-flor diferentes aqui, quando você ver algumas coisas assim fica bem no campo do lúdico mesmo. Porque é realmente aquele sentimento bonito, [...] mas dependendo se tem alguns momentos quando vira obrigação demais... no trabalho coletivo tem muito isso. Às vezes a gente tem que cumprir mais porque outros cumpriram menos então aquilo dá um sentimento de às vezes: ah, podia tá fazendo só para mim. Então é uma mistura de sentimentos. (E31AU – 4/5 IC:B).

Por ser tão gostoso e tão legal, às vezes a gente não consegue separar as coisas [descanso e trabalho], mas é preciso separar. (E49AU – 4/5 IC:B).

Eu curtia muito, mas depois acabou que o cansaço foi apagando as partes boas, foi ficando muito pesado. (E36AU – 4/5 IC:B).

Me sinto assim bem feliz! [...] Eu lembro que eu tinha um desejo de me transformar. Em me transformar numa mulher que conseguisse lidar com agricultura, com uma horta. Que eu tivesse essa segurança, porque era bem mais insegura. [...] Eu já tenho outra segurança, hoje em dia. É, vejo assim que, claro, a gente tem muito que aprender ainda, mas eu vejo que já sou uma parte dessa mulher que eu queria, que eu tinha vontade de me tornar. E é bem legal, sabe? Porque são muitos desafios mesmo. (E27AU – 4/5 IC:D).

Por outro lado, as mulheres que não tinham a agricultura como trabalho cotidiano, a questão da agroecologia e do contato com a terra como algo terapêutico, que lhes fazia bem foi o que despontou mais fortemente. Principalmente devido ao fato de que o contato com a terra e as hortas comunitárias ocorrerem em função do tempo e da disponibilidade que tinham, especialmente nos finais de semana, como uma atividade de lazer. Dessa forma, há uma relação direta entre o sentir-se bem, ser algo terapêutico e recreativo ao mesmo tempo.

Me sinto muito bem, muito bem mesmo. É uma terapia mental maravilhosa para quem gosta, para quem curte e tu esquece o tempo. Quando tu vê, tu ficou três horas lá! (E60AC – 4-5 IC:D, E).

E a gente vê o tanto que na pandemia isso virou uma prática terapêutica mesmo. [...] A relação que a gente tem com a planta é muito curativa. (E43MT – 4-5 IC:E).

No início, em setembro, quando eu comecei a ir [na horta] era o momento de respiro da pandemia. Me ajudou muito no meu processo de ficar sã, durante tudo que tava acontecendo. E de pegar sol mesmo, então para saúde física e mental, trabalhar o corpo, mexer o corpo também. (E32MT – 4-5 IC:E).

Foi uma terapia, assim no período da pandemia, porque botar a mão na terra, assim, é terapêutico. (E36AC – 4-5 IC:D).

Isso, de certa forma, corrobora com os resultados encontrados por Delgado (2017) em sua pesquisa em Viena. As atividades das mulheres em hortas comunitárias estavam mais relacionadas com objetivos recreativos e a busca por uma maior integração comunitária do que a produção em si.

Aqui há dois pontos a considerar. O primeiro é que as mulheres agricultoras comunitárias com quem conversei, em sua maioria, pertenciam a uma classe média-renda, e

não habitavam territórios periféricos em Florianópolis⁴². O acesso à alimentação para elas não era um problema, talvez por isso a produção de alimento não era exatamente a prioridade. Do contrário, acredito que o resultado teria sido diferente. Porém, outro ponto a considerar é que a motivação estava atrelada à produção e à distribuição de alimento não para si, mas para coletivos organizados que produziam marmitas solidárias ou faziam a distribuição da produção para outras pessoas. De fato, isso revela a realidade social brasileira, especialmente em pandemia (REDE PENSAAN, 2021).

[...] eu vejo que eu faço parte desse movimento [de agricultura urbana]. Eu não conheço muita gente porque o movimento é bem grande. Acho que isso é importante frisar. Tem muita gente que eu não conheço, que eu acompanho só pelas redes sociais. Porque não dá para a gente fazer tudo. O meu foco também é nas comunidades periféricas, nas comunidades quilombolas. Mas eu vejo que tem uma elite fazendo muitas coisas também, não só para elite. Mas eles estão se organizando para a partir dessa percepção da agricultura urbana: fazer marmita distribuir na rua com a pandemia. Então, acho que a gente tem conseguido ampliar, não só ampliar, mas a gente tem conseguido desaguar mais pela cidade, com muitos grupos. Então, o surgimento de grupos é muito importante. (E43MT – 19 IC:G).

Sentimento de estar contribuindo com algo positivo. São tantos problemas que a gente está tendo. Inclusive o grupo da horta surgiu nesse contexto da pandemia, de fome e insegurança alimentar. Então, é gratificante, uma sensação muito boa de estar colaborando para tentar resolver esses problemas, ajudando as famílias que precisam. É muito bom, muito gratificante como cidadã e também pessoalmente. (E36AC – 4/5 IC: D).

Eu acho que é isso que a horta tá fazendo principalmente. Produz comida, mas para as pessoas que não precisavam daquela comida, que podem comprar na feira orgânica. Teve um dia legal, a gente pegou uma colheita de aipim levamos no TISAC⁴³, então, esse foi um momento legal. (E32MT – 6 IC: C).

Olha, eu me sinto útil. Eu gosto de me sentir útil, me sinto mais parte quando estou mexendo na terra, mais parte do todo. (E39AC – 4/5 IC: F).

Encontra-se implicado, nesses últimos depoimentos, não somente a ideia de poder contribuir para a sociedade e a relevância do papel da mulher nesses processos sociais, mas essa concepção do fazer “parte do todo” a que se referem, leva-nos a pensar na totalidade. Sentir-se parte do todo é o sentir-se integrado à terra, ao corpo-terra-território, ou seja, das imbricações entre as relações sociais e naturais que estabelecemos com os outros e com a natureza. Nesse

⁴² A pandemia dificultou o contato com as pessoas. Apesar de ter tentado entrar em contato com mulheres que são referências em seus territórios, nos territórios periféricos de Florianópolis, onde há experiências com AU, não consegui nenhum retorno.

⁴³ TISAC é o Terminal de Integração Saco dos Limões, um terminal de ônibus desativado que foi ocupado e apropriado como casa de passagem indígena de Florianópolis, mas que carece de melhorias na infraestrutura de forma a abrigar adequadamente a população indígena.

ponto, convergimos novamente para refletir sobre a conexão com a natureza que as agricultoras sentem, e as implicações que isso têm nas ações e nos territórios: o restabelecimento do metabolismo sociedade e natureza, a cura ou o reconectar, como algumas mencionam. Esses aspectos podemos observar nos seguintes discursos.

Eu gosto muito da terra, porque eu sem a terra... Eu digo: gente! Eu preciso continuar fazendo aquilo que eu gosto! Porque a vida da gente... (E78AC – 4/5 IC:D).

Na minha experiência [...] cada vez que nos aproximamos mais da terra, para observar, plantar, cuidar, vamos criando mais vínculos e sentimentos de pertencimento ao todo. Hoje em dia, quando vou trabalhar na horta e arrumar o jardim, não vejo a hora passar. [...] É uma sensação de bem-estar, de estar conectado com o mundo natural (que sabemos fazermos parte). (E47AC – 4/5 IC:D).

[...] a prática, colocar em prática a partir das vivências. A gente não pode trabalhar uma situação sem ter conhecimento de que tudo o que a gente faz é para a gente: nós, seres humanos que estamos no planeta. Eu não sou uma ambientalista que vai colocar o meio ambiente em primeiro lugar, acima das pessoas. Eu não sou essa pessoa. Eu compreendo que as pessoas estão para o meio ambiente assim como o meio ambiente está para as pessoas. Para pensar meio ambiente a gente tem que pensar em pessoas, então o meu foco de trabalho são as pessoas, esse é um outro eixo: as pessoas. E a partir das pessoas vem as vivências vem os mutirões, vem as amizades. (E43MT – 6 IC:B).

Então, eu acredito que é possível a gente ainda fazer essa virada, porque a ladeira tá descendo rápido. [...] quando a gente descobriu os sistemas agroflorestais, agricultura sintrópica, a gente percebeu que é uma das formas da humanidade reconectar. [...] a gente acha que essa é a verdadeira revolução, para falar a verdade. A gente só vai fazer isso se reconectando! Então, essa é a grande motivação. Somos muito pequenos, somos um grãozinho de areia, somos quase nada, mas estamos aí fazendo o que a gente acredita e a gente acha que tá do lado certo da história, entendeu? (E49AU – 7/8 IC:C).

A compreensão da imanência entre seres humanos e natureza, entre corpo e território, produz não somente o discurso, mas a prática, ou seja, por meio das ações nos coletivos, em hortas comunitárias, essas mulheres transformam não só o território imediato em que agem, mas também as pessoas com quem interagem, outros corpos-territórios. De certa forma, é um trabalho de formiguinha (E49AU – 7/8), como elas falam, que vai alterando progressivamente corpo e mente, inculcando uma ética do cuidado, cooperativa que revoluciona a nossa relação cotidiana com a natureza na cidade.

4.1.3 Machismo cotidiano

Apesar de se sentirem capazes de desempenhar a maioria das tarefas que os homens realizam, o machismo e os momentos de misoginia são parte do cotidiano e condicionam a

forma como as mulheres se portam diante dos outros, como abstendo-se de realizar determinada tarefa por saberem que não serão levadas a sério, ou somente para evitar que determinadas situações ocorram. Nossas ações, muitas vezes são propositalmente pensadas para evitar assédios, abusos e estupros. Essas questões estão relacionadas à segurança dos espaços públicos e como isso influencia a forma como utilizamos o espaço, ou ainda como limita o uso do espaço urbano pelas mulheres (VILLAGRÁN, 2016).

Isso marca a forma como nossos corpos se portam, não somente os corpos feminizados, mas os corpos dissidentes como um todo. Trago isso, pois, por meio dos relatos, podemos perceber as nuances dessas determinações.

As vezes muito ofendida [por se sentir mulher e trabalhar com agricultura]. Muitas coisas eu não consigo fazer apesar de estar fazendo a maioria. Um pedreiro fazendo negócio comigo, eu mando meu pai ligar. Venda de animais, muitos caras não fazem a compra comigo. Então, essas coisas ainda me deixam indignada. Se eu mando um áudio e o cara vê que é mulher ele tenta me engambelar, entendes? Tirar para louca assim. Eu esculacho, já perdi venda para alguns. É triste. [...] Os caras acham que tu é mulher, tu é ralé. Tu é casqueira, entendeu? E que tu não sabe fazer negócio. E essas questões de maldades de homens, aqui, não vai ter muito. [...] Se eu tivesse no oeste catarinense é pior, eu morei lá no oeste e era bem pior, no interior. (E30AU – 19 IC:E).

[...] vi que em alguns momentos, eu fui abordada por alguns produtores [...], homens... E que a gente sente uma certa, não sei... e não foi só comigo, uma [...] presunção de inocência da minha parte, sabe? De que talvez poderia me passar para trás. Poderia arrancar coisas de mim por eu ser frágil, por eu ser frágil, maleável, boazinha. [...] Então, eu acho que culturalmente eles, os homens, acham que poderiam tirar algum tipo de vantagem por eu ser mulher. (E36AU – 19 IC:E).

Então, a gente sofre também discriminação. Em alguns momentos estava eu e o R., a gente falando sobre o trabalho com alguém e principalmente quando são homens eles costumam a ignorar a mulher. Já aconteceram algumas situações assim. [...] Há uma tendência de pensar que como a agricultura ela é pesada, então o homem vai desempenhar melhor o trabalho. (E27AU – 19 IC:E).

[...] eu já passei por algumas situações bem desagradáveis trabalhando com agricultura urbana, em relação ao preconceito de ser mulher. [...] Quando estava eu e meu colega, homem, e estávamos fazendo um trabalho, fomos atendidos por um outro homem e ele só se direcionou ao meu colega e não a mim. Como se ele [meu colega] soubesse muito mais que eu, como se ele fosse o agrônomo e eu não, [como se eu] tivesse ali só de acompanhante. Então, já passei por algumas dessas situações. Teve oficinas de compostagem que, por exemplo, estava eu e um colega meu, um homem e aí na hora de virar a bombona, porque a bombona ela é pesada, mas ela não precisa de tanta força, tem um jeitinho de virar. Então, basta pegar daquele jeito para virar a bombona na leira. E aí uma pessoa, um cara, fala: “Oh, agora você não precisa fazer, deixa que eu faço que agora é hora de mulher fazer a unha!” Aí teve umas situações assim.... (E35OG – 19 IC:E).

Essas situações relatadas desvelam, sobretudo, as implicações da dualidade público-privado, a mulher que sob os olhares masculinos, patriarcais, deve se resguardar aos espaços

privados, às tarefas domésticas da casa, do cuidado, enquanto ao homem pertence o espaço público, da troca com os outros, o espaço de conhecimento e de poder. Os relatos passam a mensagem de que esse universo, da agricultura, a elas não pertence, e que, por esse motivo, são confrontadas a todo momento por essa sociedade capitalista patriarcal. Isso faz parte das estruturas que conformam o controle social sobre as mulheres. Leslie Kern (2021, p.212) fala sobre o medo e a insegurança nas cidades como uma forma de controle social das mulheres e dos corpos feminizados, mas há outras estruturas, mais sutis, como a materialização dos machismos cotidianos aqui apresentados, que compõe o que a autora denomina de “rede entrelaçada de dominação”.

No que se refere aos coletivos, há dois relatos diferentes, num especificamente sobre um coletivo de agroecologia e outro sobre coletivos e espaços de militância em geral. De fato, essas questões de preconceitos e de machismos estão sempre presentes, o que difere é como a pauta feminista se apresenta nesses coletivos, se ela é uma prioridade nesses espaços ou não, e isso também está relacionado à questão de representatividade e de que tipo, se agrega conteúdo emancipatório ou não (FERNANDES, 2020).

[...] [o que eu continuo aprendendo] são homens em todos os lugares que eu fui, em todos os movimentos que eu participo, há sempre pelo menos um homem, no mínimo, que vem com machismo, grosseria, arrogância, autoritarismo para cima da gente. Não somente de mim, porque eu dou na cara. E aí vem querer me fazer de massa de manobra, querer que obedeça [...] hoje em dia eu tô muito mais esperta eu vejo eles manipulando o pessoal, eu vejo muito rápido e [...] vou falar para as pessoas e a maioria não me leva em consideração, não acredita no que eu tô falando alguns, alguns conseguem até ver isso, mas demora muito. (E62MT – 19 IC:E).

[...] Ali no coletivo tem bastante mulheres e por ser um coletivo de agroecologia, já tem essa questão de não ter diferenciação [entre homens e mulheres]. [...] Dentro do coletivo, já houve casos de pessoas serem expulsas de grupos, não no nosso, por ter sido relatado algum caso de violência contra a mulher, de violência doméstica. Então, isso não é tolerado dentro de um grupo de agroecologia, porque a igualdade de gênero é um dos pilares da agroecologia. Não pode haver essa diferenciação. E se existir algum caso de violência de gênero vai ser totalmente repudiado. (E36AU – 19 IC:E).

Uma outra questão que desponta, no primeiro relato, é o fato de incomodá-la não ser ouvida quando evidencia a outros determinadas atitudes machistas no movimento. Isso pode estar relacionado a uma negação das atitudes machistas dentro de movimentos de esquerda, que deveriam ser progressistas, emancipatórios e, portanto, feministas. Em última instância, essas atitudes de negação podem se transformar em um processo, no qual a mulher duvida de si mesma e das percepções que ela teve daquela experiência e, conseqüentemente, isso pode levar ao silenciamento. São por esses e outros motivos que as mulheres envolvidas em movimentos

sociais, em coletivos, têm essa percepção de que ser mulher, e reafirmo, ser mulher em sua corporeidade é um ato de resistência e de enfrentamento.

4.1.4 Ser mulher é resistir, é lutar

As percepções que trazem sobre serem mulheres, nesses espaços de agricultura urbana, não é tão diferente do ser mulher em qualquer outro espaço em que historicamente predominam os homens, principalmente quando se trata daqueles que têm a dimensão do público e do produtivo ligado ao trabalho.

Como é ser mulher e trabalhar, já bastava. Porque a gente está constantemente tendo que enfrentar os machismos. Eu acho que ser mulher é ter que enfrentar o patriarcado. Ser mulher é basicamente ter que enfrentar o patriarcado e derrubar ele, a todo custo. E não deixar nunca ele crescer para cima da gente. Eu acho que é isso. Eu demorei bastante tempo da minha vida para aceitar isso. Então, eu não tinha essa visão do patriarcado, eu entendia mais como machismo, como controle, posse. Entendia o mecanismo, sabia que era uma coisa querendo controlar, querendo dizer como é que tinha que ser e querendo definir basicamente a vida das mulheres. Mas não associava a isso. Tive que passar pelo processo todo de educação, no momento que eu vi... Eu já tava lutando há muito tempo, só não tinha o nome de feminismo, patriarcado, não tinha os nomes... As denominações não estavam existindo mas a luta já existia fazia tempo. Primeiro a gente acha que vai dar para... mulher. Mulher sempre acha que vai dar para chegar num diálogo, num ponto possível, mas chega aquela hora que você vê que não vai acontecer e aí a gente tem que ir para cima. Estar no frente e estar no frente com outras mulheres. Não ficar sozinha. (E43MT – 19 IC:K).

Segundo Paulilo (2016), as militantes do MMC utilizam o termo patriarcado como referência a algo que remete ao tradicional, a algo antigo, talvez até mesmo arcaico e não como um termo associado à subordinação das mulheres. No relato acima, além de mostrar o processo de compreensão de si como feminista, desvela a compreensão do patriarcado como algo sistêmico e que implica subordinação das mulheres, diferentemente do que foi encontrado por Paulilo (2016). Isso pode ter ocorrido pela maior difusão das ideais feministas nos ambientes urbanos, como a própria autora aponta. Relevante frisar que essa discussão sobre o patriarcado é muito extensa, e não entrarei nesse aspecto, porém vale reafirmar a posição da TRS, sobre a importância de se pensar num sistema histórico unitário, imbricado entre capitalismo e patriarcado (FERGUSON; MCNALLY, 2017).

A questão de gênero, para muitas das mulheres entrevistadas, apresentava-se como um fator relevante, principalmente com relação ao caráter de resistência e de enfrentamento. Eram determinantes nos discursos, como aquele já apresentado:

Na verdade, a gente como mulher trabalhando, seja lá no que for, é um grande desafio. A gente confronta, enfrenta e tropa com o machismo o tempo todo, todos os dias, nas mais diversas relações de trabalho. E na questão da agricultura urbana, também não é diferente, talvez por isso eu seja um pouco dura, talvez por isso eu seja realmente meio mandona, sabe? [...] Então, eu como coordenadora, como mulher, eu tenho que botar os bofes para fora eu tenho que mostrar resultados, assim maravilhosos, para poder buscar o olhar dos diretores desses espaços, seja lá onde for que a gente esteja e aqui também não é diferente, que aqui também tem os machos aí que rondam. Eles tem que olhar e dizer: “pô, aquela mulher lá ela é foda, aquela bicha faz ó!” [...] Aonde eu chego, eu chego para transformar para fazer a coisa acontecer e depois assim eu não posso ter cara de muito queridinha de muito amiguinha, porque senão eles atropelam. (E51AC – 19 IC:K).

Nesse discurso, destacam-se características que são completamente opostas daquelas historicamente construídas como um ideário de ser mulher, forjado por meio de um processo violento de subjugação e de dominação. De fumaça e cinzas, iniciou-se um processo de consolidação de um ideal de mulher, que a tornou instrumento não somente do marido, mas também da Igreja e do Estado (FEDERICI, 2017). Portanto, a mulher dócil, dona do lar, que cuida da casa, dos filhos, da família não condiz com aquela que confronta, sendo dura e mandona. Isto faz parte do processo de desconstrução de um modelo estereotipado de ser mulher e não somente no que se refere às características comportamentais, mas também no que tange à multiplicidade da categoria mulher.

De fato, essas expressões do discurso nos remetem a um comportamento tido como típico do sexo masculino, que também foram socialmente construídos. O que pretendo apontar é uma similaridade com o que Siliprandi (2015) encontrou em seu trabalho. As mulheres com as quais a autora trabalhou afirmaram que, ao apresentarem comportamentos mais próximos daqueles dos homens, eram menos discriminadas, ou seja, essas atitudes estão relacionadas diretamente ao masculino e a uma dimensão de poder. Se comportar tal qual os homens se comportam confere poder, como se essas características fossem intrínsecas àqueles que detêm o poder. Mas não existiriam outras dimensões de poder?

No discurso, fica patente que as mulheres devem fazer muito mais do que os homens para ganhar o mínimo de visibilidade ou de credibilidade, e por mais que o façam, ainda assim são duplamente: invisibilizadas e sobrecarregadas. O relato a seguir exemplifica o exposto:

Aconteceu que para uma das reuniões, todas as mulheres fizeram o que elas tinham ficado de fazer e os homens não. E aí a gente ficou indignada, levamos isso para o grupo, que a gente tava sentindo aí uma questão de gênero, que não tava legal. Fizemos uma reunião para conversar sobre tudo isso, foi uma boa reunião, todo mundo falou o que tinha que falar. [...] Geralmente os caras não levam muito bem quando a

gente fala de questão de gênero, caras de esquerda tem problemas em assumir isso. Mas eles levaram numa boa. Foi uma reação ok. [...] Mas agora a situação já melhorou um pouco, os caras estão tentando ajudar mais, colocar mais. Estão tentando não deixar tanto nas nossas costas. Não sei como vai ser no futuro. [...] eles [os homens] sempre trazem e lembram a gente do fato de que [o coletivo] é trabalho para eles, eles sempre trazem isso. Não podem fazer num horário porque não é horário de trabalho, não vão participar porque estão de férias do trabalho. Sendo que para C. também é trabalho, mas ela nunca fala isso, nunca coloca dessa forma. Tanto que ela não tem férias, trabalha feito uma louca sempre. Mas é uma coisa que é trazida só por eles sempre. Que eu já observei e fico muito chateada. Então, é um comprometimento diferente, a gente se compromete muito mais, para além de ser trabalho ou não ser. (E32MT – 19 IC:A).

De fato, não foram todas as entrevistadas que trouxeram uma percepção própria, individual das implicações das estruturas opressoras a que são submetidas como mulheres no cotidiano. Muitas delas, disseram se sentir bem e respeitadas nos espaços que frequentavam, e não perceberam qualquer atitude opressora para com elas nas hortas comunitárias (APÊNDICE E – Quadro 17). Isso pode ser devido a dois fatores, o primeiro é que nesses lugares, por haver uma maior participação das mulheres, elas sejam mais respeitadas. O segundo é que pode ser que elas não percebam certas atitudes machistas, preconceitos, como bem mencionou por E62MT. Vale frisar que se tratam de questões da estrutura da sociedade patriarcal e que, por esse motivo, o machismo não se restringe aos homens, muitas mulheres estão imbuídas de pensamentos e de atitudes machistas.

Diante disso, quanto a se perceber feminista e as nuances de opressão, quero trazer outros depoimentos.

[...] o feminismo para mim ele é um pouco mais abrangente, como ele procura as igualdades de direitos, igualdades sociais, então ele abarca também os indígenas, os negros, os LGBTs [...] então, ele tá muito forte em tudo e nesses espaços. [...] só que eu ainda vejo muitas mulheres [...] não percebendo o machismo no dia a dia, nas coisas, nos detalhes. Eu tô percebendo muito, sabe? De repente a minha cabeça abriu para isso e aí eu vou dando toques. É o que eu posso, mas mesmo assim em comparação comigo quando eu era jovem de 20 ou 30 anos. Nossa... a diferença é gigante, muito gigante. Ah, e aí eu conheci uma moça francesa [...] ela me apresentou uma mulher francesa que criou praticamente o ecofeminismo [refere-se a Françoise D'Eaubonne] [...] Eu não conhecia e achei muito legal. Então, foi aí que eu vi, que realmente eu sou uma ecofeminista. Foi só esse ano [2021] que eu descobri isso. (E62MT– 19 IC:K).

Eu não sou uma militante dessa linha, do feminismo, dessa abordagem assim. Eu sempre me vi muito forte. Mas sem estar dentro de um espaço de luta. Porque eu fui uma pessoa que desde cedo foi morar no campo, depois quando me separei tive que buscar meus caminhos, voltei a estudar, sempre ocupei meus espaços. Então, é lógico, que eu faço parte de um lugar privilegiado. Por assim dizer, não sou negra, não sou mulher da periferia. [...] Mas eu enquanto pessoa que participa desses espaços não sinto que eu faço parte de um movimento feminista [...]. Não é algo que é próximo a mim nem algo que eu tenho interesse em estar participando por achar que, enfim, cada um tem o seu

espaço de luta. E não é esse meu espaço de luta. Talvez eu seja mais da linha moderada. [...] Sabendo da perspectiva da sua pesquisa eu quis trazer esse elemento do meu não envolvimento diretamente com o movimento feminista. Para ficar caracterizado, eu queria evidenciar isso para ti. Eu contei um pouco da minha história dos espaços que eu ocupo. Eu me vejo assim como uma pessoa que também foi extrapolando muitos limites. Poder voltar a estudar mais tarde acho que isso foi criando uma referência também. Poxa, nunca é tarde para voltar a estudar! [...] Então, eu vejo que esse papel que eu tenho também de mostrar que não há um limite de idade, não há um limite de condição para poder fazer as coisas é interessante, que é possível mesmo aos 55. (E55OG – 19 IC:J).

De fato, nenhuma das mulheres com quem conversei estavam envolvidas em movimentos feministas, nenhuma delas mencionou participar de qualquer coletivo feminista. Porém, de certa forma, há uma compreensão da relevância do feminismo na agricultura urbana, na agroecologia e nos movimentos sociais em geral.

O depoimento de E55OG é muito emblemático sob o ponto de vista contextual ecofeminista. Apesar de não estar envolvida no movimento feminista e, por esse motivo, ela não se vê como feminista, se vê no âmbito de uma linha mais moderada, toda a sua história foi marcada por questões típicas pelas quais muitas mulheres passam: engravidou, casou, foi morar no campo, divorciou-se, voltou a estudar muito tempo depois, extrapolando esses limites que são sociais e que são impostos a muitas mulheres. E essa experiência de vida a marcou, no corpo, na forma como percebe a si mesma no mundo, como vê outras mulheres. Não é porque não milita formalmente num movimento organizado feminista, que não seja uma mulher que luta pelas mulheres, considerando o trabalho que realiza com agricultura urbana, nos movimentos sociais, não há como separar essas dimensões. Esse aspecto nos remete ao que Costa (2019) encontrou ao trabalhar com mulheres da Marcha das Margaridas. Ainda que integrassem um movimento organizado de mulheres, algumas delas não se reconheciam como feministas, mostrando a complexidade e a relevância do contexto quando se trata de identidade e de identificação.

4.2 COTIDIANO

4.2.1 Cotidiano e história

O cotidiano é o elemento que introduz a esfera do tempo, o tempo concebido como tempo histórico, um *continuum*. O que se desenrola, na esfera do cotidiano, é resultado do passado e, ao mesmo tempo, são as asas do futuro, a escrita da história material humana

(MARX, 2011). Dessa forma, a superação da separação inerente ao binarismo história-cotidianidade é obra do materialismo histórico, por meio dele se compreende o processo da humanidade como uma imbricação entre cotidianidade e história (KOSIK, 1976). E é a partir dessa inseparabilidade que devemos analisar e compreender a relação das mulheres da agricultura urbana da Grande Florianópolis com a construção de si como indivíduo social, e, conseqüentemente, das relações com o trabalho, a agroecologia e a produção do espaço.

O que converge para a questão do olhar ecofeminista e, portanto, contextual (ROSENDO, 2022), nesse sentido, também se relaciona à historicidade dos processos cotidianos, “contra a tendência do pensamento dominante e as vaidades da filosofia eurocêntrica que vê ‘tudo a partir de nada’, uma perspectiva ecofeminista é histórica” (SALLEH, 2017, p. 245)⁴⁴.

De fato, percebe-se a relação dialética cotidianidade-história nas palavras dessas mulheres, principalmente quando relataram suas experiências da infância e da adolescência, no que se refere à relação com o meio ambiente em que cresceram, assim como a relevância da experiência para a constituição de si, de suas escolhas que vieram a fazer posteriormente como mulheres agentes nos movimentos de agricultura urbana. São esses processos cotidianos, corriqueiros, que tecem a nossa história.

Uma parte bem importante da minha infância foi a minha relação com os meus primos. A gente ia para o meio do mato e tinha a casa mal-assombrada da cidade, essas coisas assim. E eu acho que isso foi bem chave para a minha formação e para as minhas escolhas depois. E também essa coisa da produção, do alimento sempre esteve presente na minha vida. A cozinha também, minha vó era altas cozinheira. Sempre gostei de entrar na cozinha. Então, foram coisas da minha educação que eu fui trazendo com possibilidade de profissão. Eu também adorava ir na feira com minha mãe para fazer as compras e eu sabia qual que era a laranja que não estava seca e era doce e a minha tarefa em casa era molhar as plantas. A gente acha que não, mas tudo vai nos conduzindo na vida. Também lembro que ficava as vezes um mês direto lá [no sítio] só com os meus avós. Eu passava o dia na função. Então, quando eu não tava na horta, tava no galinheiro, pegava os patinhos e ficava cuidando dos patos o dia inteiro. Mas eu gostava muito, assim. Eu acho que deu, assim, uma aproximada. Eu acho que talvez nunca teria passado pela minha cabeça fazer alguma coisa relacionada à agricultura se eu não tivesse vivenciado isso quando era criança. Fazendo uma retrospectiva mais profunda, certamente meus pais plantaram essa semente lá atrás, no estilo de vida deles, em especial meu pai. Essa semente estava lá adormecida e os caminhos que trilhei as fez germinar e brotar. Então, essa memória que eu tenho do passado, da infância, da adolescência tá muito atrelada a essa questão também da agricultura, que sempre teve muito presente na minha vida. (DSC 2/3 – D: E49AU, E36AU, E55OG, E43MT, E32MT, E47AC).

⁴⁴ *Against the tendency of dominator thought and the vanities of eurocentric philosophy, which sees 'everything from nowhere', an ecofeminist standpoint is historical* (SALLEH, 2017, p. 245).

Por meio desse discurso coletivo, pode-se observar como a percepção do espaço da infância e da adolescência por meio da experiência corpórea, sensorial, é fundamental na construção dos sujeitos e como essas mulheres são cientes que essas experiências foram relevantes para o que se tornaram hoje, sejam elas agricultoras, trabalhadoras ou militantes da agroecologia, da agricultura urbana e periurbana. Isso evidencia o que Joan Scott (1999) afirmou,

Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz. (SCOTT, 1999, p. 27).

O resgate de momentos da infância e da adolescência proporcionou uma reflexão acerca da relevância dessa fase na percepção do processo de constituição como indivíduo, como uma ferramenta para refletir sobre a própria história. Da mesma forma, possibilita compreender as implicações que esses valores produzidos por meio dessas experiências têm no processo social (MARCUS, 2014).

Na modificação existencial o sujeito do indivíduo desperta para as próprias potencialidades e as escolhe. Não muda o mundo, mas muda a própria posição diante do mundo. A modificação existencial não é uma transformação revolucionária do mundo; é o drama individual de cada um no mundo. (KOSIK, 1976, p. 90).

Kosik (1976) desvela os mecanismos desse movimento de si para o mundo e vice-versa. Por certo, essa dialética é um processo em constante construção e mutação que se inicia desde o momento que nós agimos sobre o mundo, sobre a natureza, sobre os espaços, já desde nossa infância.

Em se tratando de mulheres que tiveram sua vida ligado ao meio urbano, as realidades foram bem diferentes daquelas apresentadas por Siliprandi (2015) e Cisne (2015), cujo foco eram as agricultoras rurais organizadas em movimentos de mulheres (ANA e MMC, respectivamente). De fato, a questão da privação, da escassez e das dificuldades envolvendo o cotidiano rural e a posição sociofamiliar da mulher não constituíram parte central nos relatos. Evidenciou-se, por outro lado, o caráter lúdico da agricultura no período da infância e da adolescência, tenha essa experiência se desenvolvido no meio familiar ou mesmo no âmbito do entorno, nas relações de vizinhança.

Fui criada por uma família totalmente urbana, mas os meus avós maternos eram agricultores, então eu sempre tive uma ligação com horta, sempre teve muita frutífera e roça de feijão, de milho de mandioca, tinha abacateiro, tinha maçã, tinha pera, tinha pêssego. Apesar de parecer estranho viver na cidade e ter tudo isso, mas eles tinham um terreno grande, então tinha a possibilidade. Então, eu sempre tive esse contato. Cada um dos netos tinha sua própria horta para plantar o que queria, pegava na enxada e fazia... Vivia sempre dentro do galinheiro adorava cuidar dos bichos e tal. Também convivi com a casa da avó, com parreira no quintal, com plantação de milho, com jardim com zabumbas e pequenas margaridas coloridas. Lembro-me que era uma casa açoriana branca com janelas azuis e que no solo, entre as flores tinham várias conchas de berbigão e pelo jardim a terra se misturava a areia da praia, pois moravam muito perto da orla da baía sul. Durante a infância, meu pai nos levava para conhecer áreas rurais, visitar sítios, ver as paisagens bucólicas, conhecer uma vida mais simples e criar esta conexão fora da cidade e visitar estes lugares, acredito que este fato foi marcante. E uma memória que eu tenho de adolescência é que eu morava numa rua em São Paulo que naquela época já era uma rua muito movimentada, a Avenida Sumaré. Lá com os meus 16 anos tinha uma horta gigante num terreno, era o terreno de uma senhora portuguesa. Ali que a agricultura começa a surgir na minha vida. Então essa ruralidade existia para mim na cidade já lá na minha adolescência. E eu cresci nesse universo, mas eu nunca me vi agricultora, sempre fiz agricultura em casa, mas hoje em dia se fala em agricultura urbana, mas antigamente não se falava. (DSC 2/3 – B: E49AU, E36AU, E43MT, E60AC, E47AC, E36AC, E55OG).

Além do aspecto lúdico relacionado aos espaços naturais, à prática da agricultura e ao cozinhar, uma outra questão que emerge é a relação urbano-rural e a desmitificação de incompatibilidade entre agricultura e urbanidade, separação essa que foi criada e aprofundada pela forma como habitamos as cidades. Então, antes existia uma horta em plena Avenida Sumaré, em São Paulo, hoje isso parece inconcebível. Essa *estranheza* de habitar a cidade e mesmo assim ser possível produzir parte do próprio alimento ou estar próximo dessa produção, essa ideologia vai sendo desconstruída, superada, no mesmo movimento de totalidade que rompe com a dicotomia urbano-rural e com a alienação que envolve os processos de produção do que se come, assim como da relação com a natureza que nos alimenta. Esse é um dos pontos visados por essas mulheres, uma das motivações que as impele a agir (APÊNDICE E – Quadro 7).

Ainda considerando os aspectos lúdicos da infância, uma outra questão que emergiu refere-se às brincadeiras, que podem reforçar e naturalizar os papéis de gênero.

Ainda me vem na memória as brincadeiras de colher amora, goiabas nos pés e depois usá-las para brincar de casinha e fazer comidinhas, usando estas frutas e folhas. Eu gostava de brincar de fazer comida, pegar as couves e cortar, fazer bolo com as flores. Então brincava muito no quintal fazia casinha, brincava de casa justamente de fazer comida, passava o dia brincando, trabalhava também, ajudava em casa, fazia serviço da casa, tinha as obrigações. (DSC 2/3 – H: E60AC, E47AC, E36AC).

Devemos compreender essa questão considerando a imbricação entre a estrutura da família nuclear heterossexual e a reprodução da força de trabalho no âmbito do capitalismo.

Assim, desde a infância, meninos e meninas recebem uma educação sexista, ou seja, aquela que não apenas diferencia os sexos, mas educa homens e mulheres de forma desigual. [...] Meninas são educadas para lavar, cozinhar, passar, cuidar dos(as) filhos(as) e do marido e serem submissas, passivas e tímidas. Meninos são educados para serem fortes, valentes, decididos e provedores. Cabe, portanto, às mulheres, no sistema patriarcal que foi incorporado pelo capitalismo, a responsabilidade com o trabalho reprodutivo, sem o qual a produção social seria fortemente dificultada já que ele garante, em grande medida, a reprodução da força de trabalho. (CISNE, 2015, p. 76).

Nós somos ensinadas desde muito cedo, seja por brincadeiras ou na escola, o nosso lugar no mundo, o papel que devemos desempenhar, mas como sempre esses processos do cotidiano são naturalizados. Estamos alienados da complexidade dessas relações, não enxergamos que aquilo serve para a manutenção de um sistema opressor que sobrecarrega mulheres e corpos feminizados, sobretudo no que se refere às tarefas de cuidado.

Por outro lado, seus relatos mostram que é possível habitar a cidade de uma outra maneira. Mesmo hoje com a urbanização intensa de Florianópolis, elas praticam a agricultura urbana (Figura 5), a relação com a terra e a natureza, nem que seja em casa, na sacada do apartamento, nas hortas comunitárias. Demonstrando que a cidade é uma obra construída por pessoas e suas histórias de vida, pela materialização de seus desejos e de suas motivações (HARVEY, 2014).

Se há uma produção da cidade e, das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução dos seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. (LEFEBVRE, 2001, p. 52)

As mulheres da agricultura urbana da Grande Florianópolis não só constroem a cidade, mas a realizam quebrando paradigmas e preconceções do que significa ser mulher e habitar o urbano, do que significa a natureza e a agricultura na cidade, possibilitando a emergência de um cotidiano que não é aquele pautado pela alienação.

Figura 5 – Composição de cesta agroecológica, a maioria dos produtos são produzidos em Florianópolis e alguns, como a melancia, vêm de parcerias com outros produtores agroecológicos



Acervo pessoal.

4.2.2 Cotidiano e alienação

Uma categoria relevante para fundamentar a discussão sobre materialidade e cotidiano é o conceito de alienação, que é amplamente discutido por teóricos marxistas sob diversas perspectivas, nem sempre unívocas. Assim, é interessante evidenciar como essa categoria, associada à noção de cidadania e ao direito à cidade, é balizadora para essa discussão: a relação entre as pessoas e delas com o cotidiano e o espaço, seja o espaço construído ou o espaço natural.

Tanto para Lefebvre (1981) quanto para Santos (2006a), no cotidiano sob a égide do capitalismo, se expressam as contradições, sendo uma delas a coexistência da alienação e do germe da desalienação.

Eis uma vida cotidiana bem decupada em fragmentos: trabalho, transporte, vida privada, lazeres. A separação analítica os isolou como ingredientes e elementos químicos, como matérias brutas (quando na verdade resultam de uma longa história e implicam uma apropriação da materialidade). Eis os sentidos, o olfato, o paladar, a visão, o tato, a audição, uns atrofiados, outros hipertrofiados. Eis, funcionando

separadamente, a percepção, a inteligência, a razão. Eis a palavra e o discurso, o escrito. Eis a cotidianidade e a festa, esta última moribunda. Com toda a certeza, e com a máxima urgência, é impossível continuar nessa situação. [...] *Apenas uma praxis, em condições a serem determinadas, pode se encarregar da possibilidade e da exigência de uma síntese, da orientação na direção desse objetivo: a reunião daquilo que se acha disperso, dissociado, separado, e isso sob a forma da simultaneidade e dos encontros.* (LEFEBVRE, 2001, p. 102, grifos nosso).

Acredito que esse trecho seja paradigmático para os conceitos que trago neste trabalho. Ele costura a relação entre as categorias corpo, espaço e práxis cotidiana no âmbito do materialismo histórico dialético. Também alberga uma aproximação com a teoria ecofeminista em três pontos. Primeiramente, no que se refere à uma crítica epistemológica da construção do pensamento moderno ocidental, ao pensamento binário, que não compreende a totalidade dialética da realidade. Essa crítica ao pensamento binário, inclusive quando se trata da separação sujeito-objeto ou mesmo daquelas visões que compreendem sociedade e espaço como entidades isoladas. O autor apresenta uma ideia muito semelhante daquela apresentada pelas ecofeministas, que é a oposição e a supervalorização de uma unidade do par binário em relação à outra, excluindo a potência da complementaridade, de uma troca viva e dialética entre os pares. Assim,

O "binarismo" já não tem nada a ver com as concepções maniqueístas da luta implacável entre dois princípios cósmicos; ao tornar-se mental, retira da vida, do pensamento, da sociedade (do físico, do mental, do social, do percebido, do concebido) tudo aquilo que conforma a atividade viva⁴⁵ (LEFEBVRE, 1981, p. 49, tradução nossa).

O segundo ponto de aproximação refere-se à crítica ao conhecimento parcelar que inclusive prioriza determinados sentidos em detrimento de outros, ou seja, um tipo de conhecimento que não valoriza os saberes do corpo, e, nesse ponto, se contrapõe a questão do tempo duradouro (SALLEH, 2017), do conhecimento sinestésico que ocorre por meio da prática. O terceiro ponto diz respeito ao sentido da práxis, como o elemento que constrói a síntese, novas possibilidades de vida e de relações sociais com o espaço.

Da mesma forma, a alienação retroalimenta os fenômenos que concernem à ruptura metabólica. Quanto mais alienado, estranhado de si e do mundo, mais evidente é a cisão do metabolismo humanidade-natureza, da mesma forma, quanto mais se aprofunda a separação cultura e natureza, tanto mais alienados estamos de nós mesmos, como indivíduos

⁴⁵ *Le "binarisme" n'a plus rien a voir avec les conceptions manichéennes de la lutte acharnée entre deux principes cosmiques; devenu mental il évacue de la vie, de la pensée, de la société (du physique, du mental, du social, du vecú, du perçu, du conçu) tout ce qui fait l'activité vivante* (LEFEBVRE, 1981, p. 49).

codependentes de nosso meio. Como consequência das relações capitalistas, a natureza é compreendida como uma externalidade, ou seja, como um mero substrato do trabalho, como um meio necessário a uma finalidade produtiva, economicista (MELLOR, 1997). Em suma, nas palavras de Marx (2010, p. 85, grifo do autor): “Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência *humana*.”

Nesse sentido, a superação tanto da ruptura metabólica quanto da alienação, só se dará por completo quando as relações históricas de produção se transformarem, isso não impede que se instalem fissuras, novas possibilidades que sinalizem para a desalienação e uma conjunção entre humanidade e natureza. Mézáros (2014, p. 40) evidencia a alienação como uma construção que se dá num processo histórico, o mesmo podemos inferir sobre a ruptura metabólica. É um processo no qual a humanidade alienou-se da natureza e de si mesma. “De um modo similar, ‘a transcendência da alienação’ é um conceito inerentemente histórico, que visa a execução bem-sucedida de um processo que leva a um estado de coisas qualitativamente diferente”. Então, se é historicamente construída, é também historicamente que a superamos, ou seja, é no fazer cotidiano que as desmantelamos.

É evidente que a história e a questão da alienação estão relacionadas, o cotidiano é o tempo do horizonte histórico (CISNE, 2015). É, nesse sentido, que a cotidianidade aponta para um processo de desalienação, de sensibilização do ser, para o descortinamento de um outro mundo, no qual o ser livre é justamente aquele que vê a essência das coisas para além de sua aparência, e esse movimento reverbera nos espaços, eles se espacializam (SANTOS, 2012). Contudo, o cotidiano também reflete contradições existentes em nossa sociedade, é essa superfície rugosa dissonante sobre a qual a alienação se fixa, dificultando uma compreensão crítica da realidade, mas, ao mesmo tempo, são em suas rugosidades que se constrói a consciência crítica, a sensibilização e a mudança radical da sociedade e do espaço (CISNE, 2015).

Milton Santos (2006b) nos apresenta claramente essa questão da dupla temporalidade (cotidianidade), essa contradição inerente. Para o autor, há aquela dimensão temporal do *just-in-time*, do tempo real, diríamos do tempo que marca o valor de troca, que abarca a racionalidade única do capital, que fomenta por meio das propagandas o desejo e o imaginário que se satisfaz pelo consumo, inclusive do urbanismo como produto. É no âmbito dessa perspectiva que Lefebvre (2001, p.32) aponta para o cotidiano como um “conto de fada”, ou seja, as engrenagens do capital, ao mesmo tempo em que remodelam os sistemas de dominação,

aumentam o nível de exploração das pessoas, seja como aquelas que produzem mercadorias e espaços, seja como aquelas que consomem produtos e espaços.

E há a outra dimensão do tempo apresentada por Santos (2012, p. 71), do cotidiano vivido, do cotidiano que quebra com as racionalidades hegemônicas, o “lugar da descoberta [...] a escola da desalienação”. O autor ainda fala em um *tempo empírico* (SANTOS, 2006a, p. 173), um tempo que gesta mudanças e possibilidades, no qual surgem novas materialidades e relações. Essa noção de cotidiano imprime um novo passo, que é o do tempo metabólico humanidade-natureza, que restaura o tempo do corpo-território e incorpora a noção de tempo duradouro (*enduring time*), tal qual apresentada por Salleh (2017) e tal qual evidenciado por Santos (2006a) de um tempo empírico. Aqui, vemos uma conotação de tempo associada à noção de reprodução da vida e ao cuidado que contradiz as concepções de tempo no âmbito da sociedade capitalista, ou seja, que não são pautadas pela ideia proprietária de uma ausência ou falta, de forma semelhante como ocorre com a questão do corpo-território exposto por Gago (2020).

Dessa forma, o tempo duradouro é o tempo da desalienação, é a imbricação entre tempo-espaço-corpo, na qual opera o conhecimento sinestésico que valoriza o saber sensorial por meio do corpo no espaço e do corpo como espaço. Nessa relação, aquilo que se sobressai é o processo e não o produto, mais especificamente o processo que desvela a plena consciência: o que sabemos e fazemos como “seres ecológicos materialmente corporificados” que somos (Salleh, 2017, p. 166). Assim, para a autora, essas são qualidades que ainda se expressam em trabalhadores marginalizados, mulheres do Sul global, principalmente agricultoras e povos tradicionais, inclusive as mulheres dos movimentos de agricultura urbana da Grande Florianópolis, ou seja, grupos que têm suas atividades de produção e de reprodução relacionadas à restauração da relação metabólica com a natureza.

É importante, nesse ponto, fazer uma ressalva. Não pretendo romantizar uma ideia de que por somente terem suas atividades de reprodução da vida ligadas à terra, à natureza, esses indivíduos são naturalmente conscientes de seu papel histórico e sejam engajados politicamente, ou seja, que tenham conseguido romper com o caráter alienante do sistema. Ser agricultora, agricultor, mulher no terceiro mundo, marginalizados, não torna ninguém ciente de sua relação metabólica com a natureza, desalienado de si e do Outro. O que considero relevante é que há sim indivíduos no âmbito desses grupos, nesse caso de coletivos de agricultura urbana, que fazem de seus trabalhos uma plataforma de resistência e semeiam ideias e práticas que

promovem a transformação de si, dos outros e dos territórios, em sua maioria quando organizados em movimentos sociais.

De fato, a concepção de tempo duradouro não funciona para os fins do capitalismo, aliás, é esse tipo de relação com o cotidiano que precisa ser destruído para se construir o tempo do *just-in-time*, o tempo cujo sinônimo é o lucro e a acumulação, em contraposição aquele do conhecimento corporificado e do cuidado. Partindo da tese apresentada por Lefebvre (1981), de que o modo de produção constrói numa relação dialética a sociedade e o espaço-tempo, o tempo duradouro foi suplantado pela lógica produtivista. Por esse motivo, o tempo progressivo ou duradouro não é o tempo da metrópole, das cidades, tal qual a conhecemos, pelo contrário, o tempo da metrópole é o da fragmentação, é o tempo que favorece a alienação. E isso não quer dizer que não haja outros tempos na metrópole ou que não é possível reverter essa lógica. A agricultura urbana agroecológica, por exemplo é uma forma de tecer relações que ressignificam a cidade-campo, o espaço, o tempo e o próprio corpo, além do morar, do comer, do se relacionar. Gesta-se um novo paradigma de espaço-tempo-corpo, gesta-se uma nova concepção de cidade e de urbano, e esse criar está diretamente relacionado ao trabalho e às lutas coletivas, especialmente das mulheres.

O trabalho coletivo possibilita vislumbrar novas formas e tempos de se viver na cidade, instaurando as fissuras no cotidiano fragmentado, na vida decupada, utilizando a expressão de Lefebvre (2001). Assim, todas essas questões apresentadas nos remetem ao trabalho das mulheres da agricultura urbana na Grande Florianópolis, o que as impele e as motiva é um entrelaçamento entre desejos e vontades pessoais, como sentir-se bem, aprender, contribuir e construir coletivamente uma transformação, tanto das pessoas quanto da relação com o território e a natureza (APÊNDICE E – Quadro 7). Isso evidencia a compreensão de que agroecologia e agricultura urbana se faz no coletivo e que esse fazer coletivo traz mudanças benéficas para todas as pessoas, os territórios e a cidade.

E como um coletivo organizado a gente tem mais credibilidade em solicitar e buscar soluções mais amplas para toda uma categoria. Porque uma pessoa sozinha, ela não tem voz, se organizando a gente consegue no mínimo, pelo menos pautar as demandas dentro de alguns locais, como no Conselho de Segurança Alimentar [Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis – CONSEAS]. [...] Então, eu acho que o ponto mais positivo de tá organizado num coletivo é isso, é você conseguir se fazer ouvir em algumas instâncias que sozinha você não conseguiria. E isso é importante para conquistar avanços que não são só nossos, são dos agricultores, da agroecologia como um todo. (E36AU – 13 IC:B).

Eu acho que a mudança principal foi eu me envolver com algo maior. Antes eu nunca tinha participado de algo que pudesse ter reflexos mais amplos, do que a minha própria vida, assim. Com essa experiência da produção e do envolvimento no grupo [...], isso me estimulou, me fez entender melhor como fazer, como participar e me deixou mais aberta a esse tipo de envolvimento. Então, eu me sinto hoje mais pronta do que eu me sentia antes. [...] Essa experiência me fez ver como tudo é uma questão de organização. E de priorizar coisas, a partir do momento que você se envolve com uma causa maior. Tem que movimentar. Não dá para ficar ali só parada. (E36AU – 10 IC: E).

Nas práticas de compartilhamento cotidianas, que são a essência do trabalho coletivo, residem o paradigma da transformação e do ato de desvelar a potencialidade dos espaços como criação da coletividade, da cidade como obra comum (STAVRIDES, 2020). Estar e conviver com o outro, ouvir e ser ouvido, compartilhar práticas, espaços e experiências, gera conexões entre as pessoas e delas com o território, seja o espaço da horta, seja da cidade como um todo. Esse processo demonstra a relevância dos espaços coletivos de agroecologia na cidade, na incorporação de novas práticas e vivências, um movimento que sinaliza um conhecimento fluido que emerge das relações (NÓR, 2019).

O envolvimento com as pessoas do bairro, da comunidade, foi muito bom. A horta me proporcionou isso, um ponto comum que fez a gente se encontrar e se unir para trabalhar. Esse convívio, essa a troca, que é poder aprender muito, muito, muito, muito. No pouco tempo que eu passo lá, sempre tem uma outra pessoa com quem a gente conversa, compartilha experiências sempre ensinam alguma coisa, eu aprendo bastante, é ótimo, a gente precisa disso, a gente precisa, porque nós não somos sozinhos, nós não somos uma ilha como Florianópolis, nós não somos. Nós precisamos dessa convivência, e ali é um espaço que proporciona isso, porque tu convive com pessoas mais novas, da minha idade e pessoas que são mais velhas. Então tu tem essa pluralidade de idades ali dentro e isso é muito interessante, isso é muito bom. E a gente troca não só a terra, troca sei lá, receita, conselho, qualquer coisa a gente troca. Fazemos muitas amizades e conhecemos outras pessoas, tenho outras experiências. A gente fica mais aberta para a vida, a gente fica mais aberta para a vida... E aqui, vou te contar, aqui uma escuta a outra aqui, me sinto a vontade até de contar piada. Em casa não, em casa eu sou mais trancada. Achei meu lugar, verdade. (DSC 6/13 – B: E60AC, E36AC, E51AC, E39AC, E56AC).

A troca também propicia maior conhecimento tanto técnico quanto das condições do cotidiano, a compreensão e a imersão em outras realidades. Isso retroalimenta as motivações como alguma delas colocou. Uma motivação pessoal em contribuir, em estar próximo da natureza, ou mesmo buscar uma alimentação mais saudável a levaram a um determinado coletivo, porém isso tende a ganhar outros contornos, as motivações coletivas vão se desvelando no processo.

Ah sim, mais uma vez eu mesmo me reporto a vivência, a mudança comportamental muito mais do que conhecer técnicas e resgatar alimentos antigos e plantar araruta e

trazer a semente da mostarda roxa que veio não sei da onde, não sei quantas gerações e, isso e aquilo. Tudo isso é muito importante, mas eu acho que a vivência, a vivência com essas pessoas que fazem parte do grupo que me ensinam muito assim, muito, muito. Desde ter paciência com alguns. [...] Tem gente de todo tipo. Tem gente que chega invadindo, tem gente que chega pedindo, tem gente que chega criticando, tem gente que chega somando. Saber lidar com as diferenças, sabe? Com as pessoas diferentes, essa vivência, essa prática, eu não teria isso em um outro espaço, em um outro trabalho, poder praticar isso. (E51AC – 10 IC:I).

De fato, elas afirmam que a agroecologia abre para outros mundos e realmente abre. As interconexões que a agroecologia propicia, assim como o ecofeminismo, de compreensão de que tudo está conectado, o que você come, o que bebe, onde mora, os espaços que frequenta, as pessoas com quem convive, tudo isso tem implicações políticas cotidianas, que compreendem escolhas pessoais, mas que não estão de forma alguma dissociadas de uma coletividade.

As pessoas me procuravam, eu conheci vizinhos que eu não conhecia. O pessoal se interessava em vir conhecer. Então, me fez ter um sentimento muito maior de comunidade quando eu comecei a ir na horta, porque eu não conhecia ninguém do bairro, não trocava ideia com ninguém no bairro. Agora trocamos muitas ideias sobre plantas, receitas, entre outras questões ambientais que acabam aflorando na conversa. E também a gente acaba colaborando com as famílias do próprio entorno da horta que recebem o que a gente colhe. A coisa mais prazerosa nesse trabalho é ver o impacto nas outras pessoas, sabe? E eu acho que participando desses coletivos, teve muitas contribuições, como as trocas que possibilita, o espaço aberto de diálogo e de ação. É como se meu mundo tivesse se expandido um pouco, se expandiu do apartamento para o bairro. Na cidade também, tudo se amplia tudo se expande, você conhece pessoas e lugares novos, tudo xuuu.... (DSC 15 – A: E36AU, E32MT, E47AC, E27AU, E55OG, E43MT).

O desvelar desse mecanismo aponta para uma outra lógica: aquela do comum e do cuidado, e acredito que ambos conformam as bases para se construir uma cidade ecofeminista. Essa cidade ecofeminista é aquela na qual o direito à cidade se consolida, nos direcionando à construção de uma nova hegemonia no âmbito do planejamento urbano e do fazer cidade.

4.2.3 O direito à cidade

No que se refere ao espaço-tempo-corpo urbano, a categoria que apresento como o amálgama para essas discussões é a do direito à cidade. Este é, sobretudo, práxis, foi concebido no âmbito da luta política que se teoriza e, atualmente, é o estandarte que sinaliza a resistência, a rebeldia, o engajamento por direitos, pela cidadania, contra a lógica alienante e opressora do sistema, e, por conseguinte, da cidade segregadora e excludente. A inserção do direito à cidade

na categoria do cotidiano foi uma escolha, que se justifica pelas convergências que aqui se evidenciam.

O texto-manifesto *O direito à cidade*, escrito por Henri Lefebvre (2001, [1968]), reflete o momento histórico em que foi escrito e publicado, expressando a efervescência dos anos 1960. De fato, muito daquilo que o autor traz contém esse caráter popular e insurgente. Além disso, é paradigmático que tenha sido publicado no ano do centenário da publicação d'O Capital⁴⁶, já expressando seu caráter de radicalidade que conecta a conjuntura da época ao estudo de Marx sobre o capitalismo (HARVEY, 2014).

Já no início do texto e fazendo uso da categoria marxiana de valor, Lefebvre (2001) nos apresenta a cidade como obra, no sentido do monumento, da obra de arte, produzida coletivamente, na qual os valores de uso suplantam os valores de troca. E, nesse ponto, o autor compreende o uso e a obra no âmbito da celebração da festa.

A própria cidade é uma *obra*, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro). (LEFEBVRE, 2001, p. 12, grifos do autor).

Então, em que ponto se dá essa aproximação do direito à cidade com o tempo, a categoria do cotidiano? A cidade como o espaço da obra e da festa é o elo entre esses elementos. A festa, no sentido da celebração, possui uma temporalidade que lhe é específica, representa o lugar onde nos demoramos, permanecemos, o lugar do tempo pleno, duradouro. Perdemos esse tempo da festa ao nos submetemos ao tempo do *just-in-time*, do trabalho alienado, do desempenho e do produtivismo. Nossa vitalidade é consumida pela mercantilização da vida (HAN, 2017).

O espaço-tempo da festa e da obra se imbricam no ato da criação, da produção de si na dialética com o Outro e o espaço. Quem traz essa ideia de que a essência da festa é participar da criação, de produzir algo, é Karl Kerenyi (1999). Assim, a essência da dialética festa-obra, no que se refere ao direito à cidade, é participar do ato de criação da cidade, do espaço urbano, numa temporalidade outra, que não a do capital. Em Lefebvre (2001), o sentido da obra está em

⁴⁶ O ano do centenário de publicação d'O Capital foi 1967, mesmo ano que Lefebvre publica um artigo, na revista *L'Homme e la Société*, intitulado *Le droit à la ville*, um dos capítulos do livro homônimo que viria a ser publicado em 1968 (HARVEY, 2014).

apropriar o tempo, o espaço, o corpo por meio do desejo de transformar, de criar realidades nas quais o usufruir se sobressaia. Assim, a vida cotidiana pode ser transformada pela temporalidade da festa (Figura 6). “Já é tempo de rompermos com essa casa mercantil. Já é hora de transformar essa casa mercantil novamente numa moradia, numa casa de festas, onde valha mesmo a pena viver.” (HAN, 2017, p. 128).

Figura 6 – Dia de mutirão “o espaço da horta se transforma em festa”



Acervo pessoal.

De fato, o desejo aqui expresso por Lefebvre adquire contornos concretos no trabalho de Gago (2020), quando esta desvela o desejo feminista de transformar tudo por meio da ocupação das ruas e das reivindicações das mulheres. Da mesma forma, desponta quando os espoliados reivindicam esse direito coletivo que é o de usufruir da cidade, o “[...] direito a mudar o mundo, a mudar a vida e a reivindicar a cidade de acordo com os seus mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 65). Esse desejo do qual falam torna-se potência nas ruas, transforma-se em rebelião. “Nas ruas o desejo transborda, gritando a impossibilidade de manter a impossibilidade do real, grafitando de vida as paredes cinza da ordem moribunda. Devemos apostar na rebelião do desejo. Aqueles que se apegarem às velhas formas serão enterrados com elas” (IASI, 2013, p. 83).

Dito isso, considero importante discorrer sobre alguns aspectos que justificam a persistência e a reivindicação dessa práxis, que é o direito à cidade, na atualidade. O termo tem uma potência prático-crítica que nos possibilita retomar às raízes, ao mesmo tempo em que

informa a luta presente e futura. Devido a uma construção polissêmica (MARCUSE, 2009), é também um termo em disputa, uma vez que é reivindicado por diferentes atores sociais, institucionais e acadêmicos. Para Tavolari (2016), busca-se uma predefinição teórica, academicista do conceito de direito à cidade, que promove um afastamento da realidade, dos movimentos sociais, perdendo-se o caráter múltiplo, agregador e aberto que Lefebvre (2001) apresenta. É, nesse sentido, que Harvey (2014, p. 20) aponta para o direito à cidade como um “significante vazio”, um conceito em disputa, cujo teor e significado dependem de quem o reivindica e de que forma o reivindica. Assim, é necessário retomar e enfatizar a perspectiva crítica, de modo a delimitar de que direito à cidade estamos falando, e, para tanto, é sempre necessário nos referenciarmos a Lefebvre (TAVOLARI, 2016).

Voltando a Lefebvre (2001, p. 117-118 grifos do autor), “[...] o *direito à cidade* se afirma como um apelo, uma exigência. [...] Só pode ser formulado como *direito à vida urbana* transformada, renovada”, que possibilita o pleno uso do espaço, inserindo-se numa perspectiva emancipatória, cujo protagonista é a classe trabalhadora, explorada, oprimida, mulheres e grupos subalternizados. Dessa forma, o direito à cidade é a ferramenta para a superação da vida urbana alienada, do espaço-tempo pautado pela propriedade privada. Para o autor, insere-se no âmbito de um processo de utopia experimental revolucionária. Em outras palavras, o horizonte utópico a que se refere é aquele de uma sociedade completamente transformada no âmbito do comunismo, ou seja, uma sociedade sem classes, livre da opressão e da exploração. Almejar o direito à cidade é parte de um processo, é um caminho no âmbito de uma reivindicação mais ampla e radical, e não somente um objetivo em si mesmo (HARVEY, 2014). Desvelar essa dimensão utópica é fundamental para informar as lutas e as reivindicações cotidianas.

4.2.4 Agricultura urbana, agroecologia e direito à cidade

Procuro explicar como a agricultura urbana e periurbana de bases agroecológicas é uma das formas de radicalização da práxis do direito à cidade, especialmente se inseridas em um horizonte utópico de transformação no âmbito de um materialismo ecofeminista. Assim,

O materialismo aponta a necessidade portanto, da junção de dois princípios opostos: não existe pensamento sem utopia (sem exploração do possível) e não existe pensamento sem referência a uma prática que, do ponto de vista do debate urbano se associaria à produção do habitar e do uso dando *sentido à apropriação* como ato essencialmente humano (criativo). (CARLOS, 2020, p. 353, grifos da autora).

A noção de agroecologia como conceito une a agricultura urbana ao ecofeminismo. Também se consolida como uma prática cotidiana que visa à produção de um habitar, conforme nos coloca Carlos (2020), que valoriza os usos e a apropriação dos espaços ao mesmo tempo convivendo e procurando superar a noção de cidade-mercadoria. Torna-se fundamental, por conseguinte, compreender a que se refere à agroecologia e à agricultura urbana. Assim sendo, para este trabalho, quais são as bases que conformam o direito à cidade que congrega a práxis feminista e ecológica, que traz a questão da agricultura, da agroecologia e da soberania alimentar para a questão urbana?

A agroecologia está associada ao repensar e colocar em prática uma outra relação entre humanidade e natureza não somente no âmbito da produção e do consumo de alimento. Considera questões tais como de classe, de raça e de gênero, de soberania alimentar, de saberes e de cultura populares (GUHUR; SILVA, 2021), ou seja, insere-se numa economia política da reprodução da vida sana, isto é, em consonância com o metabolismo da natureza. A agroecologia é uma práxis transformadora, que promove mudanças em vários níveis, do pessoal ao coletivo, essa compreensão de agroecologia é o que direciona e motiva as mulheres da agricultura urbana.

Eu acho que a agroecologia, em geral, é uma coisa bem revolucionária e muito política. Então, eu acho que quando tu começa a entrar tu começa a se envolver cada vez mais com os movimentos e não só com um, mas com vários. Como se o mundo todo fosse se abrindo, isso foi uma mudança bem importante. Foi mais ou menos ali que eu comecei a me envolver em vários movimentos e também era uma coisa que eu já tava querendo fazer há muito tempo. Eu acho que eu sempre tive uma coisa para coletividade para trabalho coletivo em geral, mas que eu não tava conseguindo fazer por causa [...] da falta de tempo de sempre. [...] E aí eu acho que quando eu comecei com a coisa da agricultura, comecei a aprender sobre tudo isso e pesquisar a agroecologia foi como se esse novo caminho se abrisse. E eu comecei a me envolver em todos esses movimentos, que era uma coisa que eu queria. E aí uma coisa vai levando a outra. (E32MT –10 IC:E).

No que diz respeito à agricultura urbana e periurbana, não se restringe territorialmente somente à produção de alimento no espaço da cidade. As relações e as interconexões territoriais e sociais estão no fundamento da agricultura urbana, assim como a busca pela superação das dicotomias cidade-campo e cidade-natureza. Assim, a agricultura urbana se refere a:

[...] relações sociais, políticas, culturais, econômicas e ecológicas estabelecidas nos território urbanos e metropolitanos, que envolvem agriculturas. É uma agricultura que existe em múltiplas escalas, como hortas e quintais, pomares, agroflorestas, assentamentos metropolitanos, quilombos, comunidades indígenas e em territórios

pesqueiros como atividades produtivas e de subsistência alimentar, as quais, em sua maioria, associadas aos espaços de moradia. A AU é reivindicada, em uma diversidade de contextos, enquanto possibilidade de construção do direito à cidade e à alimentação saudável e adequada. A terra urbana é seu chão principal, e uma diversidade de sujeitos dão múltiplos sentidos à prática de AU. É por meio de uma visão sistêmica e polivalente que se propõe uma leitura sobre o que é AU. (LUIZ; SILVA; BIAZOTI, 2021, p. 51).

Dessa forma, essas práxis, em certa medida, já nos colocam em marcha para a noção apresentada por Lefebvre (2001) de uma outra vida urbana, completamente transformada, uma utopia de cidade. Para Marcuse (2009), o direito à cidade lefebvriano assinala para a compreensão de uma sociedade urbana que não se baseia na dicotomia entre rural e urbano, uma sociedade renovada, na qual esse binarismo é superado, uma concepção que converge para a prática da agroecologia no espaço urbano e periurbano. Sendo assim, a agricultura urbana e periurbana baseada na agroecologia é uma das chaves para se fazer valer o direito à cidade. E, nesse sentido, vai ao encontro do que Harvey (2014) formula, de que as soluções são engendradas nas contradições do cotidiano, no aqui e no agora, nas margens do sistema. As alternativas e as resistências já estão aqui. Essa ideia de que as respostas e as soluções estão presentes no nosso cotidiano também aparece em Milton Santos (2006b), Kern (2021) e ecofeministas como Mies; Shiva (2021), Salleh (2017) e Siliprandi (2015).

A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis a felicidade? É isso que interessa. (LEFEBVRE, 2001, p. 110).

Esses questionamentos são válidos também ao pensarmos as correlações entre agricultura, urbano-rural, espaço e gênero. A produção de alimentos de forma agroecológica regida por chaves ecofeministas torna-se esse horizonte utópico de uma sociedade que se transforma e, ao se transformar, transforma o espaço. Dessa forma,

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2012, p. 74).

É devido a esse motivo que Lefebvre (2001, p. 84) concebe a cidade como o *locus* tanto da festa quanto da insurgência, o espaço da luta. “A cidade impede os poderes de manipularem à sua vontade os cidadãos-cidadãos, indivíduos, grupos, corpos”. A festa, a expressão da comunalidade, se funde com a insurgência, e vemos isso no dia a dia, na construção de espaços subversivos que borram o espaço das verticalidades (SANTOS, 2006a), o espaço concebido (LEFEBVRE, 1981). Como exemplo, podemos citar os espaços que são construídos pelas mulheres dos movimentos de agricultura urbana, os espaços da horta, de protesto, feministas, das feiras, dos mutirões e das cozinhas solidárias.

Participar de mutirões agroecológicos foi uma experiência muito importante no processo do trabalho, pois além de possibilitar o aprendizado com outras pessoas sobre agroecologia, produção de alimentos, compostagem, culinária, política, permite uma imersão no território onde ocorre, conhecermos outros lugares, outras realidades e, até mesmo, outras formas de viver na cidade. O mutirão representa essa dimensão da festa, da solidariedade, da construção coletiva, é um processo que trabalha corpo e mente simultaneamente, no qual se desvela o corpo-território de cada um pela coletividade.

As festas, as feiras (Figura 7) e os mutirões de agroecologia nos transformam, transformando a cidade, subvertendo a lógica do cotidiano reificado, desvelando a cidade que pulsa por meio da troca, do encontro com o outro.

Figura 7 – Barraca em feira de agroecologia



Acervo pessoal.

Sábado passado a gente fez a nossa primeira feira festiva. Então a gente chamou produtores e artesãos locais aqui do bairro, tem um monte. Pessoas que trabalham com comida, fazem comida vegana, e nós ali da horta. E aí chamamos o coletivo de arte, veio oficina de dança afro, capoeira, música. Cara, foi uma feira tão linda, tão linda! Veio um monte de gente. E assim... o retorno das pessoas, ver o quanto elas gostaram. E perguntavam: quando que vai ter de novo? Que lindo, que demais! É uma forma das pessoas saberem que tem a horta aqui no bairro e saberem que podem levar o seu verdinho para a casa. (DSC 15 – A: E27AU).

Como essa utopia de cidade se relaciona com o direito à cidade? Primeiro, devemos concebê-lo no âmbito de sua radicalidade, como uma reivindicação baseada numa concepção de ampla multiplicidade de direitos (MARCUSE, 2009), ou seja, não somente de moradia, de localização, de transporte, de alimentação, de saúde, de espaço público, de natureza, de transparência, de participação e de democracia, mas uma conjunção de todos esses elementos; é uma totalidade complexa, "[...] na qual cada uma das partes faz parte de um único todo do qual se exige o direito"⁴⁷ (MARCUSE, 2009, p. 193, tradução nossa). Assim, podemos afirmar que a agricultura urbana agroecológica, tanto concebida no âmbito do espaço da festa e como espaço da insurgência, contribui para a construção de uma utopia de viver a cidade, que rompe com as dicotomias, com a visão parcelar e produtivista do espaço, que rompe com a ideologia da cidade mercado e do desenvolvimentismo.

⁴⁷ "[...] in which each of the parts is part of a single whole to which the right is demanded" (MARCUSE, 2009, p. 193).

4.2.5 A pandemia

A pandemia não foi um assunto contemplado no roteiro das entrevistas, entretanto foi um tema que logicamente emergiu nas conversas. Diante disso, é relevante trazer a percepção das mulheres da agricultura urbana com relação a esse momento.

A pandemia é um evento que repercute sobremaneira na vida cotidiana de todas as pessoas, inclusive no que se refere a esta pesquisa. No entanto, para as mulheres da agricultura urbana entrevistadas, também proporcionou novos hábitos, novas possibilidades de vida, e, nesse sentido, trouxe aspectos positivos a elas. Dentre eles, o aspecto terapêutico, já abordado no tópico *Corpo e Epistemologias Materialistas*.

[...] a gente veio morar aqui [no sítio], mesmo, em março de 2020 com a pandemia. (E49AU – Pandemia IC:A).

Aí entrou a pandemia, a faculdade parou. [...] E começou a dar uma inquietação. [...] Nossa, a gente [ela e o companheiro] tem que arrumar uma coisa para fazer, a gente está muito parado. Aí a gente resolveu ir atrás de terreno para poder já trabalhar com esse modelo de cestas. Foi na pandemia, junho, julho [2020]. [...] mas deu bem certo, ainda mais na pandemia. A gente viu que [...] justo quando a pandemia entrou, a procura por uma alimentação mais saudável aumentou. A gente vê que tá precisando, tá precisando disso, sabe? A pandemia não foi um problema, nessa área. (E27AU – Pandemia IC:A).

[...] só se fortaleceu mais ainda com a questão da pandemia porque todo mundo sabe da necessidade de alimento, muita gente passando fome, desemprego, gente precisando. Aí a gente começou a plantar e alcançar para esse pessoal que faz marmita solidária. E aí juntou tudo. Juntou a necessidade de cultivar os alimentos orgânicos, de estudar a saúde, alcançar para quem precisa. E cada vez mais foi crescendo, [...] esse braço forte da agroecologia ele está muito forte muito firme e parece que cada vez mais forte. (E51AC – Pandemia IC:A).

Nos depoimentos acima, percebe-se que a pandemia impulsionou e, até mesmo, motivou determinadas pessoas e grupos. Diante disso, é provável que a pandemia tenha sido um ponto de virada no que se refere à mudança de hábitos de cuidado pessoal, na forma como se relaciona com o trabalho, com a moradia, com a natureza e com o espaço da cidade. Mas essa mudança ocorreu também no âmbito da coletividade. O que vemos com algumas mulheres da agricultura urbana é que a dialética individual-coletivo é muito presente, dado o engajamento em lutas e movimentos sociais. Para algumas delas, foi um fator que realmente emergiu no decorrer da pandemia, proporcionando além das mudanças de comportamentos pessoais, como

o cuidado com a casa e com a alimentação, levou também a um maior envolvimento em coletivos e movimentos sociais.

[...] então eu sempre quis ter uma horta em casa, eu sempre tive vontade, mas nunca botei em prática porque sempre tava com outras prioridades e ia deixando de fazer. E aí com pandemia, me mudei para esse apartamento que tem uma sacada bem grande e sempre quis fazer uma horta, mas fui morar fora. [...] Ah então quando eu voltei eu pensei acho que vai ser agora, com essa pandemia, tô em casa e não tô conseguindo trabalhar eu acho que esse é o momento. [...] Comecei com três vasos de barro pequeno, que eu achava que era muito grande, que era muita coisa! E aí quando você começa você não para mais. [...] Foi nesse processo que eu comecei a me aproximar [...] então, fiz curso sobre Mata Atlântica, de jardinagem, de agroecologia, de compostagem. A gente comprou uma composteira. Então, tudo começa a vir junto também, organicamente. [...] E aí vai indo, aí tu começa a entrar de cabeça, não sai mais! Quanto mais tu vai, mais tu quer aprender. Pesquisando sobre opções de cestas orgânicas para assinar e projetos de co-agricultura ou células de consumo consciente [...]. Foi na mesma época que eu me cadastrei para fazer parte do coletivo eu comecei a participar da horta aqui, foi tudo meio junto. (E32MT – Pandemia IC:A).

A pandemia intensificou as desigualdades de gênero, infligindo uma maior sobrecarga física e psicológica às mulheres, sobretudo em mulheres periféricas, racializadas e migrantes, já que elas realizam a maior parte do trabalho do cuidado, seja no âmbito doméstico ou não (VALDIVIA; COLLECTIU, 2020). Somados a isso, há ainda a questão da violência doméstica e da elevação na mortalidade materna devido à covid-19, fatos que também devem ser compreendidos sob a perspectiva da interseccionalidade (PAHO, 2021).

Eu estou num momento muito oscilante, mas eu acho que é momento social que todo mundo está tendo taquicardia, converso com outras pessoas sobre isso. Essas coisas de ansiedade, de pânico, só uma alimentação saudável. [...] eu tenho que administrar a questão das minhas filhas, [...] da minha mãe, saúde, médico, [...] e ainda a gente passa por tantos conflitos nos territórios que às vezes eu tô indo para lá e eu tô com taquicardia pensando que quando chegar lá eu não sei como vai estar. Que treta a gente vai ter que desenrolar. Eu acho que é um momento muito, muito delicado da humanidade. Eu acho que a gente que tá na luta, tá muito fudido, mesmo fazendo terapia, mesmo com um chazinho. O negócio tá muito sinistro. [...] A gente não tá conseguindo encontrar esse lugar da paz, não sei quem tá conseguindo eu não sei como é que tá conseguindo. Eu não tô em paz, não está rolando isso. [...] a gente está com uma doença coletiva. [...] A gente não tá subindo para chegar no ápice, no movimento da roda a gente está descendo. Ladeira a baixo. Então é importante também a gente pensar na forma do que está acontecendo. A gente está colapsando, o sistema está colapsando, o capitalismo não está dando conta. (E43MT – Pandemia IC:C).

Além das questões de sobrecarga emocionais e físicas, o consequente afastamento entre as pessoas levou a um processo de desmobilização de determinados setores da militância, entretanto também houve o estabelecimento de outros laços de solidariedade, como aqueles dos

coletivos que preparam marmitas solidárias para as pessoas em situação de rua. Esse aspecto de desmobilização da militância também repercutiu nos discursos.

[...] quando não tinha pandemia a gente se encontrava a cada mês em uma mesma propriedade, cada um levava alguma coisinha para a gente fazer um café, uma confraternização antes e depois da reunião. Então, era um momento de muita troca, era muito bom. E depois com pandemia todo mundo se afastou, foi uma imposição que a gente precisou respeitar e demorou para gente conseguir tomar a decisão de voltar. [...] Mas a presença, a conversa cara a cara é outra história, o envolvimento é muito maior. As reuniões virtuais são ótimas, possibilitaram as coisas de continuarem acontecendo, mas cria um distanciamento. Por vezes, as reuniões estão muito esvaziadas, meio sem rumo. A pandemia atrapalhou muita coisa. Não é igual, a troca não é a mesma; muito bom, mas não é igual. Além disso, nesses momentos eu acho que existe uma dificuldade muito grande da participação das pessoas. É, a gente passa o tempo todo aqui ocupado, é incrível! Se deixar é o dia todo. A gente tá bem contente e ansioso para retomar e poder fazer os avanços, mais rápido. A gente consegue encaminhar as coisas com mais facilidade, todos juntos. (DSC Pandemia - B: E36AU, E55OG, E32MT).

A pandemia nos mostrou a importância de se considerar o cuidado e a reprodução social como elementos centrais na vida das pessoas e da necessidade de se trazer essas questões para o planejamento urbano, assinalando para uma mudança de paradigma, uma verdadeira ruptura que tenha como objetivo uma cidade ecofeminista sana, na qual a interseccionalidade é central na busca por justiça social e ambiental (TRIGUERO-MAS; ANGUELOVSKI; COLE, 2022).

4.3 ESPAÇO-TERRITÓRIO

O espaço-território é o elemento que finaliza a tríade de categorias: o corpo como primeiro elemento, a “geografia mais próxima” (RICH, 1994, p. 283); o cotidiano como elemento de historicidade temporal e o espaço-território onde as imbricações e as análises culminam, não no sentido de finalização e de encerramento, dado que não há um início nem um fim, pelo contrário, é no espaço-território que nos fazemos sociedade, nos constituímos como seres sociais, transformando-o e sendo transformado. “[...] é no espaço que se pode ler a realidade e as possibilidades concretas de realização da sociedade. Esse é também o plano da vida cotidiana e do lugar. *Aqui explodem os conflitos que sinalizam as contradições vividas.*” (CARLOS, 2020, p. 351, grifos nosso).

Assim sendo, pretendo discorrer sobre o espaço-território levando em consideração a questão da produção do espaço no âmbito da totalidade, assim como aquilo que concerne às

particularidades de Florianópolis, ou seja, salientarei os conflitos e as contradições referentes ao município, especialmente com relação às perspectivas e às opiniões das mulheres da agricultura urbana e os rumos que a cidade vem tomando.

Antes de entrar especificamente nas particularidades de Florianópolis, quero trazer algumas questões contextuais e conceituais. Primeiramente, explicar o porquê de utilizar o binômio espaço-território e não um ou outro somente. Para isso, é necessário situar o que é espaço e o que é território, para esse trabalho e como se imbricam. Entende-se esse binômio como duas unidades conceituais uma mais ampla, o espaço, em sua dimensão dialética com a sociedade, isto é, que é produzido socialmente em todas as suas contradições e o território, dimensão espacial definida a partir da espacialização das relações de poder e que justamente por esse motivo vem sendo reivindicado por movimentos sociais latino-americanos feministas, camponeses, quilombolas, indígenas, periféricos, não somente como categoria de luta e de resistência perante a espoliação, mas em sua materialidade, pois alberga noções de identidade e de pertencimento (ALENTEJANO; CHUVA, 2021). O binômio tem como intuito enfatizar essa relação de produção social do espaço e das territorialidades no âmbito da sociedade e de suas contradições e de seus conflitos.

Da mesma forma, trazer a noção de território abarca o que Svampa (2019) denomina de giro ecoterritorial. Para a autora, a partir de 2003, a questão da territorialidade ganha novas dimensões por meio da diversidade dos movimentos socioambientais que congregam visões indígenas e comunitárias com a questão do bem viver, dos comuns, da autogestão comunitária, assim como do feminismo. São esses os motivos que justificam a imanência e o uso do termo espaço-território.

Vejamos, primeiramente, não exatamente o que é o espaço, esse conceito polissêmico, mas o que implica falar em espaço, que espaço é esse e o que significa tomá-lo como categoria analítica, para então, posteriormente, adentrarmos na questão do território. A noção de espaço que quero trazer é aquela do espaço lefebvriano, pois tem como base a concepção materialista histórica dialética e concebe o espaço como algo também imanente ao corpo, resultando numa análise corporificada das relações sociais (RAMOS, 2021). Por isso possibilita trazer outras perspectivas de análise da produção do espaço que congregue o sensível, o corpóreo à materialidade social histórica, à produção e à reprodução em sua inseparabilidade (SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2019).

A concepção de espaço de Lefebvre (1981) envolve grande complexidade, por hora, para este trabalho, o que nos interessa abordar são dois pontos, o primeiro é a questão da

corporeidade imbricada na análise do espaço social, do corpo que é espaço e faz espaço, num processo de mútua constituição e produção.

[...] Lefebvre destaca a necessidade de corporificar o espaço, mas *o corpo sendo espaço e espacializando o mundo*, isto é, corpo que o define, crie suas direções, seu conteúdo e se manifeste materialmente. Corpo e espaço se convertem um no outro. Não dá para falar de corpo sem pensá-lo espacialmente, nem de espaço sem pensar no corpo. (RAMOS, 2021, p. 9).

Esse é justamente um dos pontos que potencializa a obra de Lefebvre como uma fonte para uma análise feminista (SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2019) e ecofeminista do espaço.

O outro ponto é o que Lefebvre (1981) denomina de espaço abstrato e de espaço diferencial. Em Milton Santos, isso se assemelha à análise das horizontalidades e das verticalidades. A ideia não é dicotomizar essas noções, mas é afirmar que essas dimensões do espaço existem e convivem em suas diferenças, gerando espaços alternativos (espaço diferencial) ao espaço hegemônico (abstrato), onde se desenvolvem relações de solidariedade, de amizade, de participação, de comunalidade, não sem suas próprias contradições (SANTOS, 2006b; LEFEBVRE, 1981). Nunca devemos nos esquecer que sempre há contradições dada a heterogeneidade, o mesmo ocorre com as mulheres dos movimentos de agricultura urbana da Grande Florianópolis, conformam um grupo heterogêneo e, portanto, as contradições e as divergências existem.

Assim sendo, o espaço abstrato é aquele espaço hegemônico regido pelas regras da ideologia dominante, que foi se conformando desde as origens do capitalismo, com a acumulação primitiva. Nessa passagem histórica, bem elucidada pelo marxismo, o trabalho se transforma em trabalho alienado, abstrato, e o espaço em espaço abstrato. Nisso, temos que esse espaço anula as diferenças, sejam da natureza, decorrentes dos processos históricos ou mesmo relacionados à conformação do indivíduo corpóreo, como as da sexualidade, da raça, do gênero e da etnia. O que impera é a noção de troca e de mercadoria, da acumulação e dos agentes que operam em prol do lucro e das elites, sendo o papel do Estado relevante para tal (LEFEBVRE, 1981).

De fato, é o espaço abstrato que emerge como consequência da ruptura metabólica, subsumido à lógica de dominação, de controle pelo dinheiro, é o espaço no qual se perpetuam os processos de reificação.

Fazendo um paralelo, o espaço abstrato aproxima-se do que Milton Santos (2006b) denomina de verticalidades, conformando o espaço cotidiano pautado pela velocidade, pela

disciplina e pela obediência, e, em última instância, um cotidiano no qual a alienação não só do espaço se constrói, mas a alienação de si mesmo, do próprio corpo e dos Outros, humanos e não-humanos. Representa pontos no espaço que são fisicamente separados, mas pautados pelos fluxos da lógica do capital que os unem em rede de informações e de interesses econômicos. É a representação do espaço racional hegemônico, das estruturas de poder. Assim, o paralelismo com o espaço abstrato lefebvriano é bem evidente.

Por outro lado, temos o espaço diferencial que se tece a partir das contradições do espaço abstrato. É um novo espaço que surge nas e pelas diferenças, no qual as diversidades somam-se. Enquanto o espaço abstrato é homogeneizante, o espaço diferencial congrega e unifica o corpo individual ao corpo social (LEFEBVRE, 1981).

O corpo é um dos elementos mais importantes na filosofia lefebvriana, já que é ele que produz a potência para produzir o ‘espaço diferencial’, capaz de fazer frente ao ‘espaço abstrato’, cada vez mais dominado pela tecnificação, fragmentação e homogeneização. (SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2019, p. 73).

Em contrapartida, Milton Santos (2006b) fala em horizontalidades que representam o espaço contínuo, o espaço banal, de todos. É o espaço que faz despontar as solidariedades, assim como os processos de resistência à ordem dominante e, por conseguinte, emancipatórios.

As horizontalidades pois além das racionalidades típicas das verticalidades que as atravessam, admitem a presença de outras racionalidades que as atravessam [...]. Na verdade, são contra-racionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantem nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades. (SANTOS, 2006b, p. 110).

Assim, os espaços insurgentes e o direito à cidade estão no âmbito da construção do espaço diferencial, melhor dizendo, a potência do espaço diferencial e horizontal é que faz o direito à cidade em sua perspectiva revolucionária. É no espaço diferencial, das horizontalidades, que se desvela o “movimento dos homens lentos” (SANTOS, 2006b, p. 147) e os comuns (STAVRIDES, 2020), ou seja, outras formas de relação com o lugar e as pessoas emergem dessas contradições cotidianas.

É nesse âmbito de luta de classes, do “movimento de homens lentos”, na luta contra a espoliação de corpos e da natureza que se concebe a agroecologia, a agricultura urbana e as pessoas que as produzem, principalmente as mulheres. Retomo uma das falas aqui já apresentadas, quando uma das mulheres afirma que ali estava a revolução para ela, que ali, no

que ela fazia no cotidiano, estava o paradigma que poderia mudar a nossa relação com a natureza, com nós mesmos e com os outros.

E, de certa forma, foi isso que encontrei na vivência que tive nas hortas urbanas em Florianópolis e nos mutirões, sobretudo com relação à presença e ao papel das mulheres na construção desses espaços, apesar de também perceber os conflitos internos e externos, das contradições que ali mesmo aparecem, como o conflito entre grupos e movimentos, e deles com o Poder Público, principalmente com relação à administração municipal. De qualquer modo, é um caminho, uma semente que aos poucos vai germinando e propagando nos territórios.

Adentrando às questões que concernem ao território, devemos ter em mente o conceito no âmbito da discussão sobre espaço abstrato e espaço diferencial. Para Haesbaert (2009), não se trata, portanto, de fazer uma distinção exata ou fixa dos conceitos de espaço e de território dado a inseparabilidade, a imanência do binômio, uma vez que território é um dos elementos, das categorias do espaço.

Milton Santos (2006b) traz grandes contribuições para a noção de território, principalmente quando o define como *território usado*, ou seja, no âmbito de uma relação intrínseca e inseparável daqueles que dele se apropriam e o constroem no dia a dia.

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencimento àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em *território usado*, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2006b, p. 96-97, grifo nosso).

Essa noção de território está atrelada ao processo de reprodução da vida e, nesse sentido, se aproxima das abordagens ecofeministas, principalmente se considerarmos as mulheres da agricultura urbana e sua relação com o território, em última instância com o corpo-território. Trazer a noção de território contida no corpo-território significa dar complexidade ao conceito, pois implica congrega a questão do conflito, da decolonialidade, dos processos de despossessão, da financeirização da vida e da destruição massiva da natureza como bem de consumo (GAGO, 2020).

Implica em não nos esquecermos das dimensões de classe, de gênero e de raça, que desvelam os movimentos de disputa em torno dos projetos de sociedade, de emancipação, de luta anti-opressão. Essas dimensões constitutivas da luta de classes também refletem os embates sobre o espaço-território, sobre a dialética urbano-rural, sobre a visão de cidade e os projetos que contemplam tal visão.

A luta de classes? Ela intervém na produção do espaço, produção da qual as classes, frações e grupos de classes são os agentes. A luta de classes, hoje mais que nunca, pode ser lida no espaço. De fato, somente ela impede que o espaço abstrato se expanda ao planeta, literalmente apagando as diferenças; somente ela possui uma capacidade diferenciada, aquela de produzir diferenças [...]. As formas dessa luta são muito mais variadas que antigamente. Dessas formas fazem parte, certamente, as ações políticas das minorias⁴⁸. (LEFEBVRE, 1981, p. 68).

Então, conforme nos mostra Lefebvre (1981) e Alentejano e Chuva (2021), quando se trata de território, sempre há diversos projetos que refletem os interesses de diversos grupos sociais, não há um projeto único, o território abarca a ideia do conflito, já que estamos em uma sociedade dividida em classes sociais com interesses e ações políticas muito distintas.

4.3.1 Florianópolis, território em disputa

Nesse âmbito, consideramos Florianópolis como um território em disputa, que apresenta conflitos relacionados às diferentes visões que se têm da cidade, que emergem da luta de classes. É, nesse sentido, que desponta a luta pela agricultura urbana, pela segurança e pela soberania alimentar, pelo direito à produção do espaço urbano. As perspectivas e os projetos das mulheres e dos movimentos sociais envolvidos se chocam com os projetos e as ideias da classe dominante para a cidade.

De qualquer forma, a questão da agroecologia e da agricultura urbana está muito arraigada no território, foi através do apelo da sociedade civil, de movimentos sociais, de instituições públicas, que foram possíveis a articulação e a fundação da Rede Semear Floripa de Agricultura Urbana, em 2015. Isso possibilitou que se avançasse em políticas públicas e arrecadação de recursos para a promoção da agricultura urbana no município, principalmente com a aprovação do Programa Municipal de Agricultura Urbana (PMAU, 2017) e outras leis que se seguiram como a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO, 2018), a Lei da Compostagem (2019), a Floripa Zona Livre de Agrotóxico (2019), e a emenda à Lei Orgânica que confere à natureza titularidade de direito (2019). Embora todas essas leis tenham sido propostas por um único representante, pelo Mandato Agroecológico do Vereador Marquito

⁴⁸ *La lutte des classes? Elle intervient dans la production de l'espace, production dont les classes, fractions et groupes de classes, sont les agents. La lutte des classes, aujourd'hui plus que jamais, se lit dans l'espace. Avrai dire, seule elle empêche l'espace abstrait de s'étendre à la planète gommant littéralement les différences; seule elle a une capacité différentiante, celle de produire des différences [...]. Les formes de cette lutte sont beaucoup plus variées que jadis. En font partie, bien sûr, les actions politique des minorités.* (LEFEBVRE, 1981, p. 68).

(2017-2020; 2021-2024), elas demonstram o interesse e a demanda da sociedade no que se refere à busca por uma Florianópolis que congregue agroecologia, justiça socioambiental e o reestabelecimento do metabolismo social com a natureza. Isso sem mencionar os conselhos e o fórum de representação da sociedade civil, como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis (COMSEAS), o Fórum Catarinense de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FCSSAN), o Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) e a Frente Parlamentar Ambientalista na Câmara de Vereadores.

No VII Encontro Municipal de Agricultura Urbana (2021), Eduardo Rocha, presidente do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), afirmou que esse movimento em Florianópolis, de avanços de políticas públicas, principalmente relacionadas à agricultura urbana e à agroecologia, vai na contramão do que vem acontecendo no Brasil. De fato, no âmbito federal, principalmente a partir de 2019 (num processo que se iniciou efetivamente com o golpe de 2016), se consolidou o desmonte de políticas socioambientais atrelado ao avanço sobre os processos de destruição massiva da natureza, dos povos e dos territórios tradicionais.

Essa realidade, da luta de classes, territorializada na cidade, é vivenciada e compreendida por meio dos discursos das mulheres dos movimentos de agricultura urbana. Para elas, o que está sendo realizado e as ações que ocorrem hoje ainda são insuficientes para conter o avanço dos processos de destruição da natureza, dos territórios na cidade, levado a cabo pelo poder dominante do setor imobiliário e das elites. Demonstrando que não basta ter uma legislação avançada aprovada, são necessários, sobretudo, incentivos financeiros, orçamentários para que possam realmente serem efetivadas com políticas públicas.

Mesmo que os movimentos que estão querendo cuidar da cidade tenham aumentado, porque tem muito mais gente hoje em dia fazendo isso. Só que, esse outro lado que destrói também aumentou. Não vou dizer pra ti que não tem ações interessantes, tem, mas as ações interessantes são mínimas perto do resto todo que está acontecendo. Tá uma guerra tão maluca, assim, bem difícil. Então me sinto perturbada pelo sentimento de que não é suficiente para poder evitar outras destruições maiores. (DSC 16 – J: E62AC, E60AC, E47AC).

Vale frisar a heterogeneidade das mulheres que integram o movimento de agricultura urbana em Florianópolis. Há aquelas que acreditam que “Tá complicado, nós não temos força para mudar” (E60AC). Enquanto outras encaram a luta como a única alternativa, e a mudança de

paradigma como horizonte utópico possível. E são justamente essas pessoas que resistem nos territórios contra o avanço da espoliação urbana, da marginalização e da precarização da vida.

Eu não posso deixar de fazer as coisas que eu acredito. Vai, batalha ali pra Lei da Compostagem, da Agricultura Urbana, das cozinhas comunitárias. Eu acho que nós somos as resistências da cidade. Porque tem gente que tem consciência que tá trabalhando pra fazer a coisa acontecer de forma diferente com mais cuidado. A gente não pode mais aceitar que pessoas e espaços sejam marginalizados dentro da sociedade. Por que não adianta você ter desenvolvimento econômico e você não ter justiça social, não adianta nada. Precisaria de uma movimentação muito maior e muito mais barulhenta. E também a gente conseguir representantes mais fortes e em mais volume, que tenham o interesse de fazer a cidade prosperar para todos. E não só para quem tem, para aquela lógica que todo mundo já conhece. Então, vamos continuar na luta e a gente tá tentando, mas sabe como é difícil de barrar essas coisas. Mas não podemos desistir. Porque imagina se a gente, se todo mundo for embora e deixar a cidade só para eles, a gente tem que fazer a resistência aqui. Então, eu ainda acredito. A gente tem muito que batalhar para não deixar destruir. A gente tem que se preparar realmente para o combate. Eu só consigo pensar nessa forma, assim. Eu olho para frente e vejo combate, entendeu? E a partir do combate eu me organizo. Eu me sinto o tempo inteiro numa guerra, eu me sinto em guerra, em estado de sítio. (DSC 17 – E: E55OG, E36AC, E43MT, E36AU, E49AU, E32MT, E51AC).

É interessante observar os jogos de interesse e de poderes, e como as mulheres da agricultura urbana percebem os rumos que a cidade vem tomando, posicionam-se e agem no dia a dia em relação a isso. Suas visões e suas opiniões desvelam o movimento contraditório entre produção do espaço como valor de troca e produção do espaço como valor de uso (LEFEBVRE, 2001). Evidentemente, a ideologia da cidade mercadoria choca-se com a realidade cotidiana da reprodução social do espaço urbano, do espaço pelo seu uso, pela realização dos sujeitos na sociedade (CARLOS, 2019).

Contraditoriamente a sociedade releva outro momento, aquele dos usos do espaço (objetivando a reprodução da vida) que a prática espacial vai desvendando. Nessa direção, a contradição fundante da produção espacial (produção social/ apropriação privada) desdobra-se na contradição entre produção de um espaço orientada pelas necessidades econômicas e políticas (em suas alianças possíveis), e a reprodução do espaço com condição, meio e produto da reprodução da vida social. [...] aqui os sujeitos entram em conflito em torno da reprodução do espaço no conjunto da sociedade, na cidade. (CARLOS, 2019, p. 65).

Há uma narrativa dominante sobre a cidade: “Florianópolis sustentável, cidade inteligente, ilha da magia, refúgio natural, aqui tem qualidade de vida!”. É esse o discurso que impera, com o intuito de atrair investimentos externos, refletindo no ordenamento do espaço. Por exemplo, na ideia de que é preciso verticalizar a cidade para que se solucione o déficit habitacional, para que a cidade não cresça desordenadamente e de forma clandestina sobre áreas de preservação. Esse discurso está por traz das alterações que foram propostas para o Plano

Diretor de Florianópolis, como o aumento do gabarito de 4 para 10 pavimentos em áreas não centrais, encabeçado por movimentos que defendem os interesses dos grupos imobiliários, como o FloripaAmanhã e o Floripa Sustentável. É isso que vemos nos seguintes discursos, o primeiro da coordenadora do Floripa Sustentável e o segundo um editorial da mídia local.

A aprovação dessa revisão do Plano Diretor é muito importante para a cidade. Para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Sem essa revisão, muito em breve, Florianópolis terá grandes problemas com moradias, que hoje é sério com a moradia social. Essa revisão contribuirá muito para deslanchar o processo da moradia popular. Temos muita urgência. (ROLEMBERG, 2021, p. 18).

A cidade precisa saber para onde quer ir. A responsabilidade deve ser de todos. E a revisão do Plano Diretor é peça-chave nessa mudança de postura coletiva. Parada no tempo, com investimentos travados, Florianópolis precisa avançar. (GRUPO ND, 2021, p. 10).

É aquela máxima: “vamos crescer para repartir o bolo”, e sabemos que isso é uma grande falácia, sem contar a contradição em clamar pela sustentabilidade e, ao mesmo tempo, propor um intenso adensamento da Ilha de Santa Catarina, atrelados à privatização de espaços públicos, como no caso do megaempreendimento da Marina de Florianópolis. Nesse sentido, esse discurso dominante usa da questão social e da sustentabilidade como mercadoria, como uma forma de promover a capacidade mercadológica da cidade, a capacidade de expansão, o crescimento e a acumulação de capital nas mãos das elites. Quando Harvey (2014, p. 132-133, grifos nossos) trata da urbanização do capital, é justamente isso que quer dizer. “A reprodução do capital passa por processos de urbanização de inúmeras maneiras. Contudo, a urbanização do capital pressupõe *a capacidade de o poder de classe capitalista dominar o processo urbano*”. Fica o questionamento: Quem tem muita urgência? Os habitantes marginalizados que não gozam do direito à habitação, à cidade plena ou a classe capitalista?

E para dominar o processo urbano vale tudo: utilizar dos aparatos do Estado, da ideologia, da mídia, dos valores, das visões culturais e políticas da população. A ideologia do crescimento e do progresso como algo supostamente bom, benéfico, é o que move essa dinâmica. Sendo uma das questões que mais tocam as ecofeministas, essa ideologia é destrutiva, compreende a natureza como mercadoria infinita, destrói laços comunais e territoriais (MIES; SHIVA, 2021). De fato, a urbanização regida pelo capital não foge a essa lógica. “A urbanização capitalista tende perpetuamente a destruir a cidade como um bem comum social, político e habitável” (HARVEY, 2014, p.156).

Por outro lado, quando confrontamos esses discursos com a realidade do mercado imobiliário em Florianópolis, que foi a terceira capital com a maior valorização imobiliária do Brasil, ficando somente atrás de Vitória (ES) e Maceió (AL) (NSC, 2022), percebemos que, independente da revisão do Plano Diretor, a cidade está avançando, “ela” sabe para onde está indo, mas, nesse caso, a responsabilidade não é de todos e não são todos que comungam com essa visão de cidade. Então, o que os agentes do capital imobiliário querem é justamente perpetuar uma ideia única de cidade (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000), estampá-la na revisão do Plano Diretor, continuar promovendo a expansão urbana e a verticalização, condenando invasões de populações vulneráveis em áreas de preservação, perpetuando o racismo ambiental, mas aprovando condomínios de alto padrão em áreas verdes. Nada mais é do que a ideologia do progresso ratificada pelo Estado, como forma de perpetrar os interesses das elites.

Florianópolis foi vendida nessa ideia de uma capital como uma [referência de] qualidade de vida. A gente é uma cidade reconhecida como uma cidade desenvolvida a nível de Brasil porque a gente tá no sul, mas o sul não é isso tudo. E eu acho que aqui todo mundo, as autoridades, os dirigentes, eles adoram dizer que aqui em Florianópolis, ah! É sustentável, ecológico que a gente pensa no desenvolvimento que a gente protege o meio ambiente. Ou eles adoram fazer uma horta comunitária botar na televisão, tirar foto e depois abandonar. Vira as costas e vão embora, não dá sustentação nenhuma para aquilo. Eu acho que é um grande faz de conta, sabe? Mas daquilo que se refere à autoridade pública, mesmo é muito fuzuê para pouco incentivo real. E esses políticos conservadores só pensam em fazer lobby e só pensam em trocar favores com empresários que destroem com toda a nossa possibilidade de crescimento, de progresso real. Porque progresso para eles é dinheiro e para gente é outra coisa. E ficam exaltando os bilhões em investimento para o crescimento da cidade, mas a que custo? E a maioria dos prefeitos sempre trabalharam para construtoras, sempre deram muito mais força para especulação imobiliária. Então, eu vejo que a prefeitura tem um foco totalmente esquisito. A secretaria de desenvolvimento urbano tá focada em muitas intervenções e demolições. Derrubaram um prédio com 30 apartamento lá nos ingleses, porque não tinha alvará, não tinha habite-se, nada disso. Por que em vez de demolir, não pode ser voltado para habitação social? Enquanto as invasões aqui estão em áreas de proteção permanente. Mas não é assim: chegar e derrubar tudo. (DSC 16 – F: E36AU, E550G, E43MT, E62AC, E51AC).

O fato de Florianópolis possuir leis avançadas no que se referem às políticas para a agricultura urbana, assim como para o meio ambiente, não significa que seja um território progressista, pelo contrário, há um embate ideológico pelo projeto de cidade. Dessa forma, a ideologia do progresso, muitas vezes, está associada a ideias reacionárias, conservadoras e ecofascistas.

Floripa é essa cidade mega reacionária e provinciana. Onde eu moro, o pessoal é muito conservador, tem umas ideias não muito condizentes com as nossas. A gente tem aqui no bairro um pensamento fascista, racista. Eu não estou em grupo nenhum. Eu já fui, já participei de grupo do bairro e eu tive que sair exatamente por questão de violência, entendeu? Eu acho que só tá piorando. Então, a gente tem aquele medinho do fascismo. O fascismo dá medo mesmo! Eu não faço muitas coisas que eu gostaria de fazer porque eu tenho receio. Eu dei vários passinhos para trás. Selei minha boca e escolho bem o que eu vou falar e aonde eu vou falar para eu não ficar uma pessoa marcada, perseguida. A gente não pode brincar também, porque a maior parte aqui é conservadora. A esquerda aqui é muito pouca, é muito pouca, mesmo. (DSC 16 – D: E43MT, E36AC, E32MT).

A experiência das mulheres na agroecologia, nos movimentos de agricultura urbana, choca-se com esses ideais hegemônicos, assim como com o conservadorismo e o fascismo, que estão presentes em todas as esferas sociais, nos grupos de bairros, nos vizinhos e nas instituições, inclusive no âmbito dos movimentos de agricultura urbana que participam, como elas mesmo apontaram. Todas essas questões podem afastar muitas mulheres e outros grupos da participação política, da vida pública, como foi mencionado no discurso acima. Os processos de participação devem ser construídos coletivamente, de forma a proporcionar a inclusão de sujeitos nas decisões sobre as políticas públicas, sobre os rumos da cidade e dos territórios.

4.3.2 Florianópolis, um grande desafio

É, no mínimo, curioso que as percepções das mulheres da agricultura urbana sobre Florianópolis são, em sua maioria, negativas. O fator negativo da expansão imobiliária ofuscou as potencialidades do município para a agricultura urbana e periurbana ou para a emergência de um novo paradigma de se pensar a cidade. A percepção de uma urbanização incessante que se desdobra no território dominou o discurso. Muito do que apontaram sobre a percepção do espaço e do território está relacionada às consequências da expansão imobiliária como: a gentrificação, a desigualdade socioespacial, a falta de espaços públicos e a baixa qualidade de vida (APÊNDICE E – Quadro 14).

A gente tá urbanizando tudo. Passa ali no Campeche, é Fort Atacadista, é Casa da Água, é condomínio disso, é condomínio daquilo. Eu vou passando de carro e é: construção, construção e uma atrás da outra... é construção, construção. Eu fico apavorada com isso. Nós estamos perdendo, com essa urbanização desenfreada, falta de cuidado, de planejamento. Nós vamos ficar cercadas de prédio, cercados! Então, eu vejo isso, vejo e fico preocupada com todos esses grandes empreendimentos que estão acontecendo, essa busca ávida por construção, construção, construção. Porque a exploração imobiliária é muito grande. Todo mundo quer vir morar em Florianópolis, todo mundo quer fazer condomínio, todo mundo quer fazer casa, todo mundo quer... tá bem complicado. E querem triplicar a população de Jurerê Internacional, mas

vamos chegar lá como? De helicóptero? Por que? Meu Deus! Não tem mais para onde as pessoas irem! E tá crescendo muito descontroladamente, a cidade cresce, cresce sem essa preocupação de se cuidar desses recursos naturais. Floripa como um todo tá crescendo desse jeito meio desordenado. Cadê a terra, gente? Cadê as áreas de agricultura? Então, é muito forte. O dinheiro desse mercado imobiliário. Sei lá, cara, tá tudo errado nessa ilha. Mas deveria ter sido assim melhor planejado isso. (DSC 16 – A: E49AU, E36AU, E27AU, E55OG, E32MT, E62AC, E60AC, E36AC, E51AC).

Um fator atrelado a essa problemática do crescimento acelerado da cidade que inclusive aparece no discurso é a questão das áreas rurais no município. Com a aprovação polêmica do *Plano Diretor Participativo*, de 2014⁴⁹, o macrozoneamento rural foi extinto, dessa forma, Florianópolis passou a se constituir como um território em toda a sua extensão urbanizável. Porém, há sim no município bairros com características rurais e o fato de não haver área rural delimitada ainda é questionado por aqueles que vivem nessas localidades, é injusto a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre um imóvel com características e dimensões rurais, que não possuem infraestrutura urbana. Além disso, esse fato dificulta o acesso às políticas públicas pelos pequenos produtores, como o acesso a financiamentos rurais. Os produtores esbarram nas burocracias, apesar de ser possível fazer incidir o Imposto Territorial Rural (ITR) em imóveis em áreas urbanas⁵⁰ ao invés do IPTU.

Dessa forma, a lógica presente no Plano Diretor de 2014 reflete a ideologia do progresso, mostrando como ela é intensamente arraigada no nosso cotidiano. As áreas rurais, assim, seriam consideradas um atraso ao desenvolvimento do município, carregando o estereótipo do camponês atrasado, sem conhecimento, ou seja, que não converge para o que seria a essência do município, como cidade inteligente, criativa. Giovana Ferreira (2018) demonstra muito bem esse argumento atrelando-o à noção de expansão urbana, à ideia de um projeto único para o município, sobretudo nos mostra que há uma intensa troca entre ruralidade e urbanidade em Florianópolis, singularidades espaciais que se conformam mutuamente num processo de constante transformação e ressignificação desses espaços. Uma dessas ressignificações que a autora encontra são as hortas urbanas, que emergem como uma ruralidade reinventada no solo urbano.

⁴⁹ O Plano Diretor Municipal Participativo de Florianópolis (PDMPPF) teve um longo processo de elaboração, culminando em uma aprovação relâmpago no final de dezembro de 2014. Após a aprovação, se deu um intenso processo de judicialização devido ao não cumprimento da legislação e à falta de participação popular efetiva (SIQUEIRA; CHAVES; GONÇALVES, 2020).

⁵⁰ A destinação do imóvel é o que define se se incidirá IPTU ou ITR. Caso o imóvel esteja relacionado à alguma produção agropecuária, extrativista ou da agroindústria, é possível fazer incidir o ITR. Vale ressaltar que o IPTU é um imposto municipal e o ITR é um imposto federal (MADALENA, 2021).

Relevante ressaltar que a questão da inexistência do macrozoneamento rural não é percebida de forma igual por todos, principalmente daqueles que vivem em bairros com características rurais (FERREIRA, 2018). Isso ocorre, inclusive, entre as mulheres do movimento de agricultura urbana.

E tem essa questão de Florianópolis não ter zona rural, em termos de Plano Diretor. A gente vem debatendo isso há muito tempo no coletivo. A questão do IPTU, das propriedades. Porque a gente tem muita gente produzindo e atendendo Florianópolis dentro de Florianópolis. Muita coisa vem de fora, lógico, mas a gente tem uma produção de alimentos em Floripa muito grande, de base agroecológica. E essas pessoas estão todas em sítios e elas precisam ser reconhecidas como produtores rurais. Então, a primeira coisa que eu falo é que apesar de ser considerada agricultura urbana, a gente tá numa área que é rural. Não tem luz pública, não tem escola, não tem posto de saúde perto, não tem coleta de lixo, que são premissas de quem está num lugar urbano. A gente tem 19 hectares, se for pagar IPTU de 19 hectares a gente tem que vender a terra e ir embora. Então exigem coisas que pequenos produtores não têm condições de conseguir. Você tem que ter a nota fiscal eletrônica porque senão não consegue acessar os programas do governo. Tem produtor rural, pequeno produtor, que não tem computador, que não sabe fazer, que não vai fazer. E isso exclui os produtores de acessar muitas coisas, desconto de energia elétrica, políticas de compra de alimentos para escolas, por exemplo. Eu acho que é uma coisa que tem que ser revista. Então, a cidade é urbana, mas ela também tem seus nichos rurais e eles devem ser valorizados porque eles são ponto de equilíbrio ecológico, eles são pontos de equilíbrio social e ambiental. Eles geram emprego, geram renda. (DSC – Floripa não tem área rural: E49AU, E36AU, E43MT).

Não sei se é essa a questão de dividir: Florianópolis ter área urbana e rural. Porque é uma cidade pequena, tem especulação imobiliária. Podem agora ser considerado como área rural, mas daqui a pouco passa a ter só o círculo daquelas propriedades, entendeu? Porque o que eu acho é que tem que ter política pública para o urbano, porque a gente está em uma cidade urbana. Por que eles querem ser considerados como área rural? Porque paga menos luz... Então, está ligado a política pública. Se tem agricultura urbana, uma vez que tu conseguir comprovar que trabalha com agricultura urbana tu tem que ter facilidade: pagar menos água, pagar menos luz, entendeu? Então, eu acho que a gente tem que brigar pelas políticas públicas e não para ter ou não área rural. (DSC – Não é uma questão de ter ou não zoneamento rural: E27AU).

Então, não há um consenso, há inclusive contradições que se desvelam nos discursos. A delimitação de áreas rurais facilita sim a vida do produtor, o acesso às políticas públicas e aos incentivos governamentais. Por outro lado, afirmar que somente facilitar o acesso à política pública, independentemente de ser rural ou urbano, seria o suficiente, isso renega a relevância do macrozoneamento rural para a ecologia e a resiliência dos ecossistemas, sejam eles rurais ou urbanos. Nesse sentido, devemos pensar no âmbito da complexidade ecológica sistêmica, de interdependência entre remanescentes vegetacionais: áreas de proteção ambiental, Unidades de Conservação (UCs), áreas de agricultura agroecológica e hortas urbanas. O fluxo genético entre comunidades bióticas dessas áreas é relevante para a biodiversidade, inclusive para os sistemas

agroflorestais, para a produtividade e o equilíbrio ecológico de áreas produtoras de alimentos. Sem mencionar o fato de que as áreas rurais poderiam funcionar como uma barreira à especulação imobiliária e ao crescimento urbano.

Contudo, a agricultura urbana agroecológica que praticam se insere na crítica a essa lógica do espaço abstrato, do capital, da destruição da natureza. De fato, visam à cura, na reestruturação das relações entre sociedade e natureza, entre cidade e natureza, entre cidade e campo. Compreendem que há limites, que é impossível visar um crescimento ilimitado. Além disso, a maior parte de Florianópolis é insular e possui uma determinada capacidade de suporte, e isso é ignorado quando se pensa em crescimento e desenvolvimento acima de tudo. Então, quando as agricultoras falam que sentem e, quero enfatizar, sentem no corpo-território, que dói ver as mudanças que se processam na cidade, no espaço, é porque elas compreendem, em graus diferentes, essa dinâmica destruidora do capital.

Eu tenho uma relação de amor e ódio com Florianópolis, eu fico bastante preocupada. Pois eu vi essa transformação acontecendo. E, assim, dá um pouco de tristeza, sabe? No que está se transformando a Ilha. Porque isso é uma ilha, ela é limitada. Limitada em todos os recursos, então, tem um limite geográfico, um limite de água. A capacidade de suporte é bem pequena e nada se faz. Por isso eu sinto uma pena muito grande. É verdade, eu sinto sim. Porque eu acho que nós estamos perdendo muita coisa aqui em Florianópolis principalmente da parte natural, da natureza, da parte ambiental. Nós estamos perdendo muito, uma pena, uma pena... e é uma coisa que tu não reverte. Já tiraram guarapuvu dali. Já tiraram um monte de coisa. Eu tenho uma decepção grande. E me dói muito ver essas mudanças rolando, esses empreendimentos que tá saindo no morro, que eu vejo daqui de casa também, foi uma área gigantesca que agora a terra está exposta. E quando você aprende e sabe todo o impacto que isso gera no ecossistema e tudo... Não é só que vão construir um empreendimento, é muito maior que isso. Por isso, hoje em dia, eu me sinto muito mal por ter nascido aqui, essa cidade está cada vez mais jogado às traças, tá assim muito, muito maltratada. E eu noto a decadência da cidade, tá uma coisa impressionante, em todos os sentidos. Tem dias que eu tenho medo de sair de casa, por tristeza. Então, Florianópolis, para mim, é um grande desafio, eu encaro todos os dias como um grande desafio. É muito difícil para mim morar aqui, aceitar esse lugar, sabe? (DSC 16 – B: E49AU, E43MT, E32MT, E62AC, E60AC, E36AC).

Essas mulheres percebem, de forma geral, o potencial de Florianópolis no que se refere aos atributos naturais, assim como o potencial para a agricultura urbana de base agroecológica sustentável. Muito diferente do discurso de sustentabilidade no âmbito do capitalismo verde que vende a ideia de desenvolvimento sustentável, ou seja, desse oxímoro, já muito criticado pelas ecofeministas (MIES; SHIVA, 2021), não há como aliar sustentabilidade e crescimento econômico, são completamente incompatíveis. Por isso, a relação de amor e de ódio, entre as potencialidades e o que realmente se processa no território.

Aqui tem muitas propriedades agroecológicas e tem um movimento muito interessante: tem feira, turismo de base comunitária, educação ambiental, tem o Jardim Botânico, hoje tem uma horta ali de plantas medicinais, tem os espaços [as hortas] do sul da Ilha. No norte da Ilha tem o Quinta das Plantas que também transformou vários espaços. Algo muito rico. Então com esses movimentos eu vejo que muitos espaços foram se transformando até as pessoas se interessando por fazer esses espaços com uma perspectiva mais humanizada, um morador apoia o outro dentro do que o outro tá desenvolvendo. O que realmente ainda dá essa cara e essa estrutura de sustentabilidade, de agricultura urbana e coisa do gênero são esses coletivos que existem que são muita gente corajosa junta. Mas a percepção que eu tenho aqui é que poderia ter bem mais hortas do que tem, eu vejo assim que tem esse potencial, tem potencial da cidade virar um referencial em agricultura urbana. (DSC 16 – G: E27AU, E35OG, E43MT, E51AC).

Florianópolis é esse território contraditório que tem uma imensa potencialidade para se tornar referência em agricultura urbana agroecológica, apesar de não haver uma articulação completa entre os grupos e as iniciativas. Mesmo entre os grupos há divergências, contradições que devem ser superadas para que, de fato, se lute coletivamente pela implementação da política de agricultura urbana que existe no município, assim como pela construção de um projeto de cidade que vise à justiça social e à sustentabilidade. Essa é uma barreira que precisa ser transposta para que o novo Plano Diretor, que vem sendo revisado, de fato represente toda a pluralidade e o mosaico de territórios que é Florianópolis.

5 RUMO A UM URBANISMO ECOFEMINISTA

As bases teóricas e as práticas do ecofeminismo têm muito a contribuir tanto para a crítica ao urbanismo e ao planejamento urbano hegemônico quanto para o urbanismo feminista. Então, quais seriam as bases de um urbanismo ecofeminista?

Uma cidade ecofeminista é uma cidade *reencantada* (FEDERICI, 2022), onde se reestabelece a festa como potência criadora (KERÉNYI, 1999), que gesta uma outra racionalidade que não a produtivista, da acumulação e do lucro. Uma racionalidade e uma sensibilidade que se conformam pela ecodependência e pelo reestabelecimento do nosso metabolismo com a natureza, da relação com os outros e com o nosso próprio corpo, na qual se potencializam as capacidades coletivas de se imaginar e construir alternativas (FERNANDES, 2020). Uma cidade ecofeminista pauta uma sustentabilidade concreta assentada na materialidade da vida cotidiana de seus habitantes.

Uma cidade ecofeminista é aquela que coloca os processos de reprodução da vida como centrais ao planejamento urbano. As lutas pela reprodução social priorizam a vida cotidiana comum, potencializando os arranjos sociais e de cuidado que já existem nos territórios (KERN, 2021), ou seja, que rompem com as binaridades público-privado, produção-reprodução, rural-urbano, humanidade-natureza.

Uma cidade ecofeminista é pautada na ética do cuidado como um princípio cotidiano que direciona as tomadas de decisões.

En definitiva, propone la recuperación de los valores del cuidado, para universalizarlos, aplicándolos a la escala del cuidado de los ecosistemas. Es decir, los valores del cuidado de las personas se amplían al cuidado de la sociedad y de la naturaleza; pero ello no ha de suponer en absoluto una vuelta tecnofóbica y nostálgica a una sociedad pretecnológica de cuidados que sean responsabilidad exclusiva de las mujeres (MONTANER; MARTÍNEZ, 2020, p. 56).

Uma cidade ecofeminista é participativa e representativa, construída por pessoas comuns, que vivem a cidade em toda a sua plenitude, sejam mulheres, pessoas racializadas, trans ou com deficiência. Por pessoas cientes de seu lugar de opressão e do lugar de opressão do outro. Na cidade ecofeminista, as mulheres são forças sociais determinantes, não que a elas caibam o papel de solucionar os problemas urbanos, ou de mediar a relação sociedade-natureza, mas que deixem de ser invisibilidades nos processos de participação política e de produção de espaços de vida.

Uma cidade ecofeminista é um espaço em constante construção, não é um fim em si mesmo, é um processo que se constrói pela dialética humanidade – natureza – espaço. Um transforma em função do outro, nunca deixando de lado que há um horizonte, um norte (ou seria um Sul?): o dismantelamento da estrutura que mantém as opressões (ROSENDO, 2022). As reformas, as pequenas conquistas, o fazer passo a passo na cotidianidade são fundamentais para se alcançar esse lugar, são ações que se somam e agregam transformações (FERNANDES, 2020).

Uma cidade ecofeminista é ciente da totalidade e compreende que soluções de desenho urbano não são panaceias para problemas estruturais, há limites no planejamento urbano.

[...] não acho que podemos confiar na política urbana e no planejamento para sustentar ou gerar tipos de espaços que permitam que relacionamentos não tradicionais floresçam. [...] Resumindo, não há uma solução única que venha inteiramente de mudanças em nossas formas construídas. Como tantas outras questões urbanas e além delas, mudanças sociais também são necessárias. [...] É verdade: não existem soluções diretas. (KERN, 2021, p.117-211).

Eu acredito que já existe o germe de uma cidade ecofeminista hoje, na Grande Florianópolis. Muitos desses pontos elencados são objetivados e até mesmo contemplados em alguns territórios. Demonstrando que nas cidades há uma gama de práticas contra-hegemônicas que emergem como potencialidade para a criação coletiva de algo novo (HARVEY, 2014). As hortas urbanas e os espaços nos coletivos são exemplos nos quais o cuidado extrapola a esfera doméstica, tornando-se um princípio cotidiano que integra comunidades, evocando um senso de reponsabilidade e de pertencimento (NEWALKAR; WHEELER, 2017). São espaços em sua maioria coordenados por mulheres, como a Cíntia da Revolução dos Baldinhos, Jucélia, Shirlen e Helena do Quilombo Vidal Martins, Dona Celma da Servidão dos Lageanos, Dona Neusa da Casa de Passagem Indígena e a Kerexu da Terra Indígena Morro dos Cavalos, assim como mulheres agricultoras urbanas e militantes que participam da construção coletiva, e muitas outras que colocam a reprodução da vida, a coletividade e o cuidado como princípios fundamentais no cotidiano.

A busca por um outro paradigma não se faz sem luta, resistência, persistência, não que queira enaltecer ou romantizar esse aspecto da luta, da violência, mas essa é a realidade de quem se coloca contra um sistema que exclui e oprime a grande maioria das pessoas.

[...] você tem que engolir a seco a palavra luta. Porque a maioria do grupo falou: é luta, é luta, é luta. Até o fim a gente vai lutar! Sendo violento ou não, a luta deve

existir. Mas é óbvio que é violento, mas ninguém tá questionando se é violento ou não é violento. O que é violência para você? Que mundo você vive? (E43MT).

Aqueles que constroem a luta e a resistência diante dos processos de opressão, de espoliação, de exploração, geralmente não veem com bons olhos as perspectivas futuras, especialmente no que se refere às mulheres da agricultura urbana de Florianópolis.

No momento não tenho uma expectativa muito otimista com a gestão atual da cidade, mas acredito que seja um momento do Brasil e do mundo. Então, as minhas perspectivas futuras, eu não vejo assim muito boas, é difícil. Porque essas mudanças são difíceis de serem feitas, vai ser trágico, vai ser sofrível. Por isso eu não sou uma pessoa otimista, tá? Eu não sou... do dia que eu nasci até agora eu tenho visto muita coisa se perder, muita coisa importante se perder. E eu tenho muita preocupação, porque eu não sei o que vai ser. Eu não tenho muito otimismo, mas é que a minha visão é essa: eu vejo um campo minado entendeu? Quando eu olho pro futuro eu não vejo paz e tranquilidade que a gente ainda consegue acessar. Eu sinceramente não tenho boas previsões. (DSC 17 – K: E36AU, E55OG, E43MT, E47AC, E60AC).

De fato, *o pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade* representa muito bem esse universo complexo que as mulheres enfrentam. Essa expressão aparece em várias passagens em Gramsci (LIGUORI; VOZA, 2017), dentre elas: “É preciso, ao contrário, dirigir violentamente a atenção para o presente assim como é, se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade” (GRAMSCI, 2017, p. 295). Assim, atentas ao presente, elas compreendem que o futuro não é promissor e que somente pela luta e pela resistência é possível enfrentar esse caminho árduo. Nesse sentido, o pessimismo engajado faz o enfrentamento (FERNANDES, 2020), sendo aquilo que move muitas delas contra os processos de destruição dos territórios e da natureza devido à expansão urbana acelerada, lutando por políticas públicas e incentivos aos agricultores, pela ruralidade de Florianópolis, pelo patrimônio histórico e cultural do município, pela soberania alimentar, entre tantas outras reivindicações que são contempladas pelos movimentos de agricultura urbana e de agroecologia.

São esses arranjos que desvelam a luta dessas mulheres pelo direito à cidade e não por acaso elas mesmas se veem como protagonistas nos movimentos de agricultura urbana de Florianópolis. A questão da reprodução social e do cuidado como atividades historicamente relegadas às mulheres e ao espaço doméstico se confrontam com o forte engajamento nas lutas pela transformação social.

Eu acho que a gente tem uma participação ativa de uma militância feminina aqui [em Florianópolis] no movimento da agricultura urbana, eu percebo isso, tanto nas discussões mais políticas, a gente vê no coletivo que tem várias mulheres. Tem bastante mulher envolvida em liderança, que desenvolvem trabalhos em comunidade,

como a Cíntia da Revolução dos Baldinhos. Então, eu vejo que há uma forte participação das mulheres nesses espaços. Nas redes, nas dinâmicas, em vários encontros de plantas medicinais, de mudas, de produções orgânicas, de óleos essenciais, entre outros subgrupos das hortas. Se não é maioria, tá muito forte, são muito ativas, muito ativistas. As mulheres são maioria sempre! Nos mutirões, todos os dois que eu fui, só tinha mulher! Quando você percebe que a maioria é de mulheres, acho que a gente está muito mais querendo se engajar e mudar as coisas, a gente está muito mais inconformada, sinto que a gente é muito mais radical que eles. A gente tá querendo muito mais agir mesmo, partir pra ação e eu acho que a gente também tem uma vocação muito melhor pra ação coletiva mesmo, porque a gente tem uma vocação muito melhor pra conversar pra resolver problema, eu acho. Eu sinto que é um meio muito mais feminino, tem muito mais mulheres engajadas, mas ao mesmo tempo, no geral, nas coordenações são só homens. Então, acho que é um reflexo da sociedade que a gente vive e do patriarcado. Só que eu acho que é a gente que está fazendo a agricultura urbana em Florianópolis. Somos a maioria, as mais ativas, eu acho que tem que tem tudo a ver a agricultura urbana com as mulheres, elas que estão tocando isso aqui! (DSC 19 – F: E30AU, E27AU, E55OG, E32MT, E62AC, E47AC, E36AC).

Da mesma forma, elas possuem um projeto de cidade em mente.

Tem muitos espaços que daria para transformar em hortas, daria para envolver a comunidade muito mais, ir para outros lugares do bairro, encontrar esses espaços e ocupar, envolver as comunidades e que as pessoas de fato possam plantar e usar isso na subsistência delas. Daria para fazer na cidade inteira, enfiar horta onde dá, envolver as pessoas para que cada vez mais elas tivessem mais autonomia e segurança alimentar. E para isso precisa ainda de bastante subsídio do governo. Mesmo hortas comunitárias precisam ter gente cuidando, gente trabalhando. Tem que ter uma certa remuneração para pessoas que se comprometessem a estar ali cuidando da compostagem do bairro, das hortas, para quem faz agricultura urbana ou para quem consegue ceder espaços que não estão sendo usados, dar uma remuneração para pessoa que faz esse tipo de trabalho. Eu acho que poderia ter pontos de coleta de resíduos orgânicos em todo bairro, assim como estimular as pessoas a fazer, a plantar e a separar resíduos. Ou seja, criaria mais infraestrutura para que estas hortas ou praças fossem espaços de aprendizado e de visita da família de forma mais frequente. Então, tem que se criar políticas públicas para o reconhecimento dos agricultores urbanos, para que fosse incentivado a produzir aqui e conseguir acessar as políticas públicas como agricultor urbano, conseguir acessar os créditos para poder ter um carro para transportar alimento, comprar um triturador, ferramentas ou que tivesse um local onde tu pudesse pegar emprestado, sabe? É isso que significa o apoiar, ter um apoio. Eu acho que a gente tem que brigar pelas políticas públicas, precisa de política pública para isso. Por exemplo: “Ô, Fulano não tira o teu engenho [de farinha de mandioca] porque tu vai ganhar um salário mínimo para manter esse engenho e continuar fazendo a tua produção”. Tem que se destinar áreas para agricultura e destinar para outras coisas também, deveria ter políticas públicas que delimitassem melhor esses territórios, cuidasse mais dessa população que está tanto tempo aí. (DSC 17 – B: E49AU, E27AU, E35OG, E43MT, E32MT, E47AC).

De fato, as mulheres são as mais afetadas pelos problemas ecológicos, pela crise econômica e social, considerando também as implicações da interseccionalidade, das questões de classe, de raça e de sexualidade, no entanto são aquelas que vêm gestando alternativas contra hegemônicas a essas crises, que vêm lutando pela vida digna para todos (SHIVA; MIES; HERRERO, 2019). Diante disso, desvelar o protagonismo das mulheres e apoiá-las é

fundamental para a emergência de outras possibilidades de mundo. Não que elas devam assumir esse papel sozinhas, mas é algo que já desempenham e que, muitas vezes, são invisibilizadas. A luta contra o cercamento do solo urbano e a conseqüente devastação da natureza conformam uma luta ecofeminista e é uma luta que as mulheres dos movimentos de agricultura urbana já fazem, em seus grupos e coletivos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crises e as contradições marcam nossa vida cotidiana, são resultantes de um sistema que visa à exploração ilimitada da natureza e dos indivíduos, com o intuito de promover a produção e a acumulação infinita do capital. Por outro lado, é na luta e na resistência a sua hegemonia que emergem alternativas aos processos de exploração e de espoliação que ocorrem nos territórios (SOLÓN, 2019). O ecofeminismo como práxis associado ao direito à cidade nos fornece elementos não somente na análise das condições presentes, mas também na construção dessas alternativas.

Com efeito, a agricultura urbana de bases agroecológicas, o direito à cidade e o ecofeminismo materialista se contrapõem à exclusão dos sujeitos como portadores de conhecimento, assim como da separação entre teoria e prática-ação. Dessa forma, assimilam a noção de uma totalidade complexa e interdependente, de uma ecologia da práxis social que engendra outras formas de habitar o espaço urbano.

É, nesse sentido, que desponta a vivência das mulheres que constroem os movimentos de agricultura urbana na Grande Florianópolis. Mesmo tratando-se de um grupo heterogêneo, com algumas mais engajadas em atividades coletivas e sociais (como as agricultoras urbanas e as militantes), as relações que estabelecem entre elas, com a comunidade e com o território onde atuam, repercutem no espaço citadino e na luta pelo direito à cidade como espaço de reprodução da vida, de apropriação comum, pelas pessoas comuns, e não como espaço fundamentalmente da reprodução do capital (HARVEY 2014).

A potência do trabalho que desempenham na agricultura urbana se encontra muito mais atrelada ao papel como coletividade, entende-se que esse fazer coletivo é muito mais relevante do que estar ou não em posições de liderança. As motivações pessoais, como a maternidade, a busca por aprendizado, pelo bem-estar e pela alimentação saudável imbricam-se com as motivações mais amplas, que, muitas vezes, despontaram posteriormente com a agroecologia, tais como: a reparação histórica, a reconexão com a terra, a contribuição na produção de alimento agroecológico e a reforma agrária e urbana. Esse entrelaçamento individual-coletivo desvela a potência criadora das mulheres como forças sociais ativas.

Os desafios que enfrentam são variados, mas o principal deles é a luta contra o projeto de cidade única para Florianópolis, liberado pelos setores da elite, do setor imobiliário e do Estado. Esse projeto hegemônico, que exclui as áreas rurais e, por conseguinte, os saberes rurais

e que tem como resultado uma intensa urbanização da Ilha de Santa Catarina, ratifica-se na proposta de um novo Plano Diretor que não considera os limites ecológicos, nem mesmo a participação dos moradores nas decisões sobre o planejamento urbano. Da mesma forma, impedem que o orçamento municipal contemple e incentive as iniciativas agroecológicas, a implantação das leis já aprovadas, a valorização dos coletivos e dos movimentos sociais. Apesar disso, essas mulheres seguem trabalhando e resistindo, mesmo com os preconceitos e os machismos cotidianos e a sobrecarga de trabalho. O pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade expressam a motivação e informam a luta para muitas delas.

A prática das mulheres apresenta-se como alternativa contra-hegemônica ecofeminista já existente nos territórios. Assim, as mulheres da agricultura urbana, por meio do trabalho de seus corpos-territórios com agroecologia, da participação nos movimentos, nas hortas urbanas, nas representações dos conselhos municipais, como o de segurança alimentar e nutricional, lutam pela construção de uma perspectiva de cidade renovada (LEFEBVRE, 2001), de uma vida urbana transformada pela agroecologia.

Essa vida urbana transcende o binarismo campo-cidade, rompendo as amarras da alienação e visando à mudança de paradigma, ou seja, o reestabelecimento do metabolismo sociedade-natureza. A agricultura urbana agroecológica fixa-se no território como festa, são as feiras festivas, os mutirões, os eventos nas hortas urbanas, as visitas e as trocas de experiências entre os produtores, são essas atividades que transformam o tempo e o espaço urbano, gestando um espaço diferencial (LEFEBVRE, 1981), das horizontalidades (SANTOS, 2006b). São experiências que escrevem outras formas de habitar a cidade, colocando a reprodução social e o cuidado como aspectos fundamentais para se pensar a cidade no cotidiano (VALDIVIA; COLLECTIU, 2020). Nesse sentido, o direito à cidade como horizonte utópico está atrelado a essa imbricação, estando os processos de reprodução social e do cuidado no centro das decisões sobre a vida na cidade, a reconexão com a natureza é simultaneamente um meio e um resultado para tal.

Todo trabalho tem suas limitações e procuro elencar algumas delas aqui. O percurso foi marcado pelas adversidades enfrentadas ao longo da pandemia, principalmente no que se refere à questão do afastamento social e às dificuldades em contatar as mulheres. Um trabalho de campo mais amplo implicaria em um maior envolvimento entre pesquisadora e as sujeitas da pesquisa, possibilitando alcançar outras vozes, territórios e classes sociais, ou seja, outros corpos-territórios que se somariam à pluralidade das mulheres envolvidas nos movimentos de

agricultura urbana, mas isso não foi possível em tempo hábil para o desenvolvimento do trabalho.

Assim, o exercício do “diário pessoal” foi uma forma pensada para trazer uma maior conexão, porém não funcionou da forma esperada dado que não houve tanta aderência à atividade. Isso pode ter ocorrido devido à sobrecarga de trabalho de algumas mulheres, como ficou bem claro ao longo do trabalho. De qualquer forma, as entrevistas desvelaram as perspectivas e as experiências profissionais e coletivas de um grupo de mulheres que constroem a agricultura e a agroecologia na Grande Florianópolis, demonstrando a riqueza e a potência desse fazer feminista.

Dessa forma, este trabalho buscou um entendimento mais geral sobre as mulheres que constroem os movimentos de agricultura urbana na Grande Florianópolis. Há trabalhos que tratam de hortas urbanas (COUTINHO; COSTA, 2011; NÓR, 2019; SAGAE, 2020), ou feminismo e hortas comunitárias (DE CARVALHO; BÓGUS, 2020; DELGADO, 2017), mas ainda há poucos estudos que tragam uma perspectiva generificada, ecofeminista das agricultoras que produzem alimentos nas cidades, cujo trabalho é fundamental não só para a alimentação e a ecologia urbana, mas para a economia feminista. Além disso, há a potência de se estudar mais profundamente as imbricações entre a pandemia, os territórios, a questão das cozinhas comunitárias sob a perspectiva ecofeminista materialista enfatizando o nexo mulher-natureza-trabalho.

Acredito que esses sejam alguns pontos que merecem ser melhor estudados em pesquisas futuras, não somente para desvelar a potência radical, revolucionária e desejante das mulheres e do feminismo (GAGO, 2020), mas também como estímulo e inspiração para que nos movamos rumo à uma práxis coletiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para uma imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária: Elefante, 2016.

ALENTEJANO, P.; CHUVA, L. Território. *In*: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (org.). **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular: Escola Politénica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

ANZALDÚA, G. La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. *In*: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **Cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: Um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARRUZZA, C. Funcionalista , determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, Campinas, v. 10, p. 39-60, 2018.

BARRAGÁN, A. M, A. *et al.* Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. *In*: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pensamento Feminista Hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

BELTRÁN, E. P. Ecofeminismo. *In*: SOLÓN, P. (Org.). **Alternativas sistêmicas**: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismos, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. *In*: **Obras escolhidas vol.I**: Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, v. 45, p. 1-21, 2011. Disponível em: http://docs.fct.unesp.br/grupos/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRITO, J. M. S. de; LAUER-LEITE, I. D.; NOVAIS, J. S. de. **Discurso do sujeito coletivo na prática**. Porto Seguro: Universidade Federal do Sul da Bahia, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/350715321>. Acesso em: 23 ago. 2022.

CABNAL, L. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. *In*: **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. Madrid: Acsur Las Segovias, 2010.

CARLOS, A. F. A. da. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direto à cidade”. **Revista**

Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 349-369, 2020.

CARLOS, A. F. A. da. “Organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; ESPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2019.

CARVAJAL, J. P. **Ativista boliviana Julieta Paredes fala sobre feminismo comunitário**. Entrevista cedida à: Pública, 2020a. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes/>. Acesso em: 2 mar. 2021.

CARVAJAL, J. P. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. *In*: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020b.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO (CPISP). **Vidal Martins**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://cpisp.org.br/vidal-martins/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

COSTA, C. de L. O sujeito no feminismo: revisitando (novamente) os debates. *In*: DALCASTAGNÉ, R.; LEAL, V. M. V. L. (Org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010.

COSTA, M. da G. Conhecimento e luta política das mulheres no movimento agroecológico: diálogos ecofeministas e descoloniais. *In*: ROSENDO, D.; OLIVEIRA, F. A. G.; CARVALHO, P.; KUHNEN, T. A. (Org.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019.

COUTINHO, M. N.; COSTA, H. S. de M. Agricultura urbana: práticas espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 81-97, 2011.

CRUZ HERNÁNDEZ, D. T. Mujeres, cuerpo y territorios: entre la defensa y la desposesión. *In*: HERNÁNDEZ, D. T. C.; JIMÉNEZ, M. B. (Org.). **Cuerpos, Territorios y Feminismos: Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas**. Quito-Ecuador: Instituto de Estudios Ecologistas el Tercer Mundo, Ediciones Abya-Yala, Libertad bajo palabra y Bajo Tierra Ediciones, 2020.

CRUZ HERNÁNDEZ, D. T. **Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos**. Lima: Revista Solar, 2016. Disponível em: <http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2018/05/Solar-12-1-09-08-17.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DE CARVALHO, L. M.; BÓGUS, C. M. Gender and social justice in urban agriculture: the network of agroecological and peripheral female urban farmers from São Paulo. **Social**

Sciences, London, v. 9, n. 8, 2020.

DELGADO, C. Agricultura urbana, espaço de protagonismo feminino: Dinâmicas e potencialidades. Revista **Faces de Eva**, Lisboa, n. 37, p. 63-81, 2017.

DIAS, M. O. L. da S. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *In*: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ENCONTRO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA (ENAU). Carta Política do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU). Agricultura urbana e direito à cidade: cultivando saúde e comida de verdade. *In*: **Coletivo Nacional de Agricultura Urbana - CNAU**. Rio de Janeiro, 2015.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**, volume I. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, S. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

FERGUSON, S.; MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 29, p. 23-59, 2017.

FERNANDES, S. **Se quiser mudar o mundo: um guia político para quem se importa**. São Paulo: Planeta, 2020.

FERNANDES, S. **Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FERREIRA, G. C. **O rural e o urbano: ruralidades, meio ambiente e expansão urbana em Florianópolis**. 2018. Tese (Doutorado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOSTER, J. B. Marx's theory of metabolic rift: Classical foundations for environmental sociology. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 105, n. 2, p. 366-405, 1999.

FRAÇOISE, V. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FRASER, N. Capitalismo, Feminismo e a Astúcia da História. *In*: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

G1-SC; NSC-TV. **Beach clubs, mercados e esportes**: veja os projetos do parque e da marina em Florianópolis. Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/10/25/beach-clubs-mercados-e-esportes-veja-os-projetos-do-parque-e-da-marina-em-florianopolis.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2022.

GAARD, G. Ecofeminism Revisited: Rejecting Essentialism and Re-Placing Species in a Material Feminist Environmentalism. **Feminist Formations**, Baltimore, v. 23, n. 2, p. 26-53, 2011.

GAGO, V. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GILLIGAN, C. **In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development**. Cambridge M.A: Harvard University Press, 1982.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, vol. 3: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRUPOND. Sem revisão, Plano Diretor trava Florianópolis. **Nd+**, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/opinioao/editorial/sem-revisao-plano-diretor-trava-florianopolis/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

GUHUR, D.; SILVA, N. R. da. Agroecologia. *In*: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Org.). **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular: Escola Politénica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

HAESBAERT, R. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

HAN, B.-C. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARAWAY, D. Artigos saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 23 ago. 2022.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *In*: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito a cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. Direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 29, jul./dez. 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey_direito_a_cidade.pdf. Acesso em: 23 ago. 2022.

HERRERO, Y.; CEMBRANOS, F.; PASCUAL, M. (Org.). **Cambiar las gafas para mirar el mundo: Una nueva cultura de la sostenibilidad**. 1. ed. Madrid: Libros en Acción, 2011.

HERRERO, Y. Miradas ecofeministas para transitar a un mundo justo y sostenible. **Revista de economía crítica**, [S. l.], n. 16, p. 278-307, 2013.

IASI, M. L. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, E. *et al.* (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

KERÉNYI, K. **La Religión Antigua**. Barcelona: Herder, 1999.

KERN, L. **Cidade Feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KHEEL, M. A contribuição do ecofeminismo para a ética animal. In: ROSENDO, D.; OLIVEIRA, F. A. G.; CARVALHO, P.; KUHNEN, T. A. (Org.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

KING, Y. Curando as feridas: feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. (Org.). **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUHNEN, T. A. Marcha das Margaridas: apontamentos para um (eco)feminismo latino-americano. **Revista Sul-Sul**, Barreiras, v. 1, n. 1, p. 124-147, 2020.

LAÓ-MONTES, A.; VÁSQUEZ, J. D. Crítica decolonial de la filosofía y doble crítica en clave de Sur. In: MORANA, M. (org.). **Sujeto, decolonización. transmodernidad: debates filosóficos latinoamericanos**. Madrid: Iberoamericana, 2018.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG: Artmed, 1999.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 2. ed. Méjannes-lès-Alès.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C.; MARQUES, M. C. da C. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1.193-1;204, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bLYcq4qWYBJnrfZzbVrZmJh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2022.

LEFF, H. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário Gramsciano**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LÖWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, p. 79-86, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000100006&nrm=iso. Acesso em: 23 ago. 2022.

LÖWY, M. **Treze teses sobre a catástrofe ecológica iminente**. [S. l.], 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596235-treze-teses-sobre-a-catastrofe-ecologica-iminente-artigo-de-michael-loewy>. Acesso em: 7 jan. 2021.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

LUIZ, J. T.; SILVA, U. C.; BIAZOTI, A. R. Agricultura urbana. *In*: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (org.). **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

LUXEMBURGO, R. **A Socialização da Sociedade**. Berlin: Luxemburg Internet Archive, 1918. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1918/12/socializacao.htm>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MADALENA, H. **Tributação do imóvel rural em zona urbana: IPTU x ITR**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/348389/tributacao-do-imovel-rural-em-zona-urbana-iptu-x-itr>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MAGALHÃES, G. S. *et al.* Costura como método de investigação da cidade. **V!RUS**, São Carlos, v. 20, 2020. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=5&item=106&lang=pt#sdfootnote2anc>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MALLORY, C. What's in a name? In defense of ecofeminism (not ecological feminisms, feminist ecology, or gender and the environment): Or "Why ecofeminism need not be ecofeminine—but so what if it is?" **Ethics and the Environment**, Bloomington, Indiana, v. 23, n. 2, p. 11-35, 2018.

MARCUS, C. C. Environmental Autobiography. **Room One Thousand**, UC Berkeley, v. 2, n. 2, p. 31-42, 2014. Disponível em: <https://escholarship.org/content/qt1rr6730h/qt1rr6730h.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MARCUSE, P. From critical urban theory to the right to the city. **City**, [S. l.], v. 13, n. 2-3, p. 185-197, 2009.

MARTÍNEZ, Z. M. **Mujeres, Casas y Ciudades**: más allá del umbral. Barcelona: DPR-

Barcelona, 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&co_obra=2233. Acesso em: 23 ago. 2022.

MARX, K. Gênese da renda fundiária capitalista. *In*: **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O 18 De Brumário De Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELLOR, M. Eco-Feminism and Eco-Socialism: Dilemmas of Essentialism and Materialism. **Capitalism Nature Socialism**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 43-62, 1992.

MELLOR, M. Un socialismo verde y feminista: la teoría y la práctica. **Ecología política**, Barcelona, v. 14, n. 14, p. 11-22, 1997.

MERCHANT, C. **The Death of Nature**: women, ecology and the Scientific Revolution. San Francisco: Harper and Row, 1990.

MERCHANT, C. The Scientific Revolution and The Death of Nature. **Isis**, Chicago, v. 97, n. 3, p. 513-533, 2006. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/508090>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIES, M. **Patriarcado e acumulação em escala mundial**: mulheres na divisão internacional do trabalho. 1. ed. São Paulo: Ema Livros: Editora Timo, 2022.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

MIÑOSO, Y. E.; CORREAL, D. G.; MUÑOZ, K. O.. **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

MONTANER, J. M.; MARTÍNEZ, Z. M. **Política e Arquitectura**: por un urbanismo de lo común y ecofeminista. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2020.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NASCIMENTO, B.. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. *In*: RATTIS, A. (org.). **Eu sou Atlântica**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2006.

NEWALKAR, R.; WHEELER, A. Ecofeminist Ethics for Sustainable Urban Public Space. **The IAFOR International Conference**, Honolulu, 2017.

NÓR, S. **Reflexões sobre a agricultura urbana**: estudo dos allotments. Anais do IV Encontro latino americano de agricultura urbana e periurbana. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1RfbXx5TaHGmvo10S3F7UbvTDYmczudyE/view>. Acesso em: 23 ago. 2022.

NSC, Estúdio. Mercado aquecido: valorização imobiliária em Florianópolis é destaque. **NSC Total**, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/mercado-aquecido-valorizacao-imobiliaria-em-florianopolis-e-destaque>. Acesso em: 25 ago. 2022.

ORI. Direção: Beatriz Nascimento; Raquel Gerber. Texto e Narração: Beatriz Nascimento. São Paulo, Brasil: Angra Filmes, 1989.

PAHO. **Gendered Health Analysis COVID-19 in the Americas**. Washington, D.C.: Pan American Health Organization, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/8-3-2022-pandemia-covid-19-afetou-mulheres-desproporcionalmente-nas-americas>. Acesso em: 24 ago. 2022.

PAULILO, M. I. S. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 296-316, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p296>. Acesso em: 25 ago. 2022.

PERES, L. **Casa de Passagem não sai do papel desde 2016**: luta mobiliza indígenas no TISAC. Florianópolis, 2021. Disponível em: <http://www.professorlinoperes.com.br/pagina/1158/casa-de-passagem-natildeo-sai-do-papel-d>. Acesso em: 24 ago. 2022.

PICHETTI, D. Ato “Assina Moisés”: mais uma vez governador não assina a titulação do território e a comunidade Vidal Martins é negligenciada. **UFSC à Esquerda**, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://ufscasquerda.com/noticia-ato-assina-moisés-mais-uma-vez-governador-nao-assina-a-titulacao-do-territorio-e-a-comunidade-vidal-martins-e-negligenciada/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the mastery of nature**. New York: Routledge, 2002.

PLUMWOOD, V. Nature, Self, and Gender: Feminism, Environmental Philosophy, and the Critique of Rationalism. **Hypatia**, Cambridge, v. 6, n. 1, p. 3-27, 1991.

PULEO, A. Del Ecofeminismo Clásico Al Deconstructivo: Principales Corrientes De Un Pensamiento Poco Conocido. In: AMORÓS, C.; MIGUEL, A. de (org.). **Teoría feminista**: De la Ilustración a la globalización. De los debates sobre el género al multiculturalismo. Madrid: Minerva, 2014. v. 3.

PULEO, A. La utopía ecofeminista. In: TAMAYO, J. J. (org.). **La utopía, motor de la historia**. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 2017. p. 117-136.

PULEO, A. Perspectivas ecofeministas da ciência e do conhecimento: a crítica ao viés andro-antropocêntrico. **Em Construção**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 163-173, 2019.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história: masculino, feminino, plural. *In*: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

RAMOS, É. C. M. O que é a ciência do espaço em Lefebvre? Desdobrando sua genealogia espacial. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 25, n. 2, 2021.

RATTS, A. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

REDE PENSAAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. [s. l.: s. n.]. Disponível em: <http://www.olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

RICH, A. Notes toward a Politics of Location (1984). *In*: **Blood, bread and poetry: selected prose 1979-1985**. New York, London: W. W. Norton & Company, 1994.

ROLEMBERG, P. Florianópolis encerrará o ano sem alterar o Plano Diretor. **Nd+**, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/florianopolis-encerrara-o-ano-sem-alterar-o-plano-diretor/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

ROSENDO, D. *et al.* **Ecofeminismos: pensamentos teóricos e práticas interseccionais**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

ROSENDO, D.; KUHLEN, T. A. Ecofeminism. *In*: LEAL FILHO, W.; AZUL, A. M.; BRANDLI, L.; ÖZUYAR, P. G.; WALL, T. (org.). **Gender Equality**. Cham: Springer International Publishing, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-70060-1_41-1. Acesso em: 24 ago. 2022.

ROSENDO, D. **Práxis Ecofeminista: mulheres, clima e extrativismo**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/praxis-ecofeminista-01/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

SACHS, I. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 12, n. 33, p. 151-165, 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *In*: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SAGAE, E. Agricultura urbana no planejamento das cidades e a participação social. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, Paranaguá, v. 2, n. 1, p. 45-51, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/raei/article/view/3188>. Acesso em: 8 mar. 2021.

SAITO, K. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica à economia política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

SALLEH, Ariel. **Ecofeminism as politics**. 2. ed. London: Zed Books, 2017.

SALLEH, A. Ecosocialismo-Ecofeminismo. **Ecologia Política**, Barcelona, v. 2, p. 89-92, 1992.

SALLEH, A. Nature, Woman, Labor, Capital: Living the Deepest Contradiction. **Capitalism Nature Socialism**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 21-39, 1995.

SALLEH, A. Ecofeminism as sociology. **Capitalism, Nature, Socialism**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 61-74, 2003.

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo: as afirmações das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006a. Disponível em: http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_es. Acesso em: 24 ago. 2022.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006b.

SCOTT, B. K. *et al.* **Women in Culture: An intersectional anthology for gender and women's studies**. 2. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2017.

SCOTT, J. W. Experiência: tornando-se visível. *In*: SILVA, A. L. da; LAGO, M. C. de S.; RAMOS, T. R. O. (org.). **Falas de Gênero: teorias, análises, leituras**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

SHIVA, V.; MIES, M.; HERRERO, Y. **Por qué las mujeres salvarán el planeta**. Barcelona: Rayo Verde, 2019.

SHIVA, V. Reduccionismo e regeneração: uma crise na ciência. *In*: MIES, M.; SHIVA, V. (org.). **Ecofeminismo**. 1. ed. Belo Horizonte: [s. n.].

SHIVA, V. **Staying Alive: Women, Ecology and Survival in India**. 1. ed. London: Zed Books, 1988.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, SP., v. 3, n. 41, p. 63-77, 2019.

SIQUEIRA, M. T.; CHAVES, L. S.; GONÇALVES, A. L. S. O desafio da participação popular no planejamento urbano brasileiro: o caso do Plano Diretor de Florianópolis. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico - RBDU**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 37-61, 2020.

SOLÓN, Pablo *et al.* **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização.** São Paulo: Elefante, 2019.

STAVRIDES, S. Reclaiming the city as commons: Learning from Latin American housing movements. **Built Environment**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 139-153, 2020.

SVAMPA, M. N. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.** São Paulo: Elefante, 2019.

SVAMPA, M. N. Feminismos del Sur y ecofeminismos. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 256, p. 127-131, 2015.

TAVOLARI, B. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 35, p. 93-109, 2016.

TRIGUERO-MAS, M.; ANGUELOVSKI, I.; COLE, H. V. S. Healthy cities after COVID-19 pandemic: the just ecofeminist healthy cities approach. **Journal of Epidemiology and Community Health**, [S. l.], v. 76, n. 4, p. 354-359, 2022. Disponível em: <https://jech.bmj.com/lookup/doi/10.1136/jech-2021-216725>. Acesso em: 24 ago. 2022.

VALDIVIA, B. Del urbanismo androcéntrico a la ciudad cuidadora. **Hábitat y Sociedad**, Sevilla, n. 11, p. 65-84, 2018.

VALDIVIA, B.; COLLECTIU, P. Críticas y propuestas desde el urbanismo feminista: ciudades cuidadoras para priorizar la vida. *In*: RABASCO, P. (org.). **Ciudad y resiliencia: última llamada.** Madrid: Akal, 2020.

VII-EMAU. **VII Encontro Municipal de Agricultura Urbana - Frente Parlamentar Ambientalista.** Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://www.cmf.sc.gov.br/tvcamara/videos/Frentes-Parlamentares/0/3868/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

VILLAGRÁN, P. S. Repensar el hábitat urbano desde una perspectiva de género. Debates agendas e desafíos. **Andamios**, Ciudad de México, v. 13, n. 32, p. 37-56, 2016.

VOGEL, L. **Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory.** Boston: Brill, 2013.

WARREN, K. **Ecofeminist philosophy: A western perspective on what it is and why it matters.** Lanham: Rowman & Littlefield, 2000.

WARREN, K. Feminist Environmental Philosophy. *In*: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. [Stanford]: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2015.

ZAVALA, R. O papel da mulher na segurança alimentar. **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura**, [S. l.], 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1238916/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista

1. Você poderia se apresentar para mim? Como você se descreveria?
 - a. Idade
 - b. Local de nascimento
 - c. Local de moradia
 - d. Ocupação
 - e. Escolaridade
 - f. Estado civil
 - g. Filhos
 - h. Interesses pessoais
2. Me conte um pouco sobre sua família, aqueles com quem você cresceu. Seus pais, irmãos, avós ou outros familiares.
3. Queria saber um pouco sobre a sua infância e o lugar onde cresceu. O que gostava de fazer, por exemplo?
4. Pode falar um pouco do seu trabalho, eu queria entender um pouco da sua rotina, o que faz nas suas tarefas do dia a dia?
5. Como se sente em relação a essas tarefas? Que sentimentos ou o que elas te trazem, despertam? Me conta um pouco dessa sua experiência com Agricultura Urbana (AU).
6. Se eu te pedisse para escolher dois pontos/aspectos negativos e positivos que o seu trabalho te proporcionou, quais seriam eles? Poderia ordená-los em ordem de importância?
7. Pode me contar como que você se viu fazendo o que faz? Como que ocorreu o seu interesse por essa área, pelo seu trabalho?
8. Quais foram suas maiores motivações para fazer o que faz?
9. Se teve ocupação anterior? Qual foi sua ocupação anterior? Essa experiência contribuiu para sua decisão de trabalhar com AU?
10. Para você, houve alguma mudança na sua vida com a prática da AU? Qual? (Mudou seus hábitos cotidianos, o cuidado de si mesma, dos outros, do território, do lugar que mora e da cidade?)

11. Você participa de alguma instituição, coletivo, organização ou movimento relativo à AU? Em que nível (dirigente, integrante etc.)?
12. Pode me contar um pouco sobre esse processo? Como começou a participar?
13. Agora, de novo, vou te pedir para me dizer dois pontos/aspectos positivos e negativos que essa atividade de participação te proporcionou. Dentre esses pontos, você poderia apontar qual a ordem de importância para você.
14. Como você acredita que as pessoas reagem a sua participação nessa atividade/entidade? Como é a sua experiência, impressões e sentimentos dentro desse coletivo, grupo.
15. Você considera que seu trabalho com AU tenha alguma influência no seu espaço, casa, bairro, na cidade de Florianópolis? De que forma?
16. E o que você sente, suas percepções sobre o lugar que mora, seja o espaço da casa, do bairro ou da cidade de Florianópolis?
17. Se pudesse mudar alguma coisa ou algum aspecto (do seu trabalho, do bairro ou Florianópolis), qual seria? Por que? Qual sua expectativa quanto a isso no futuro?
18. Você sente que tem vínculo, conexão com algo (lugares, natureza, comunidade)? Quais lugares? Por que?
19. Como é ser mulher e trabalhar com agricultura urbana? Como você vê e como se sente em relação à participação das mulheres no movimento de agricultura urbana em Florianópolis?
20. Estou terminando a entrevista por aqui, mas queria saber se você gostaria de falar ou acrescentar algo para além do que conversamos.

APÊNDICE B – Proposta diário



Elaboração própria (2022).

Olá, espero que você esteja bem!

Acho que essa conversa que nós tivemos vai reverberar tanto em mim quanto em você por um tempo. E queria aproveitar esse momento para convidá-la a fazer um exercício de reflexão no dia a dia, uma espécie de diário.

O objetivo é deixar emergir algumas reflexões e sensações que o seu cotidiano te traz, como mulher envolvida com a agricultura. Nos interessa aqui fatos ou experiências vividas em relação aos lugares que você frequenta no dia a dia, seja a horta, o trabalho, a própria casa, o bairro, a cidade, o parque, a feira etc. Esses fatos ou essas experiências podem ser as suas próprias sensações, do corpo e da mente com relação a si mesma ou relacionados à convivência com outras pessoas e com os espaços. Então, se possível e se sentir à vontade, gostaríamos que mais do que somente nos relatar alguns momentos do seu dia, você nos contar as sensações, as reflexões que isso te traz. Pode ser por foto, texto, verso, poesia ou mesmo áudio, mandados ao final do dia, pelo WhatsApp, por uma semana.

Asseguramos que suas informações não serão divulgadas fora do âmbito da pesquisa. Toda a divulgação dos resultados será feita de forma anônima. Agradecemos muito a sua colaboração!

APÊNDICE C – Informações sobre as entrevistas

Quadro 2 – Entrevistas por data, duração, tipo e exercício do diário

Entrevistada	Data	Duração	Tipo	Diário
E31AU	18.10.2021	1h18min	Google Meet	Sim
E49AU	24.08.2021	2h23min	Google Meet	Sim
E30AU	10.09.2021	1h43min	Google Meet	Não
E36AU	08.10.2021 e 14.10.2021	1h27min	Google Meet	Não
E27AU	21.10.2021	1h08min	Google Meet	Não
E55OG	16.09.2021	1h08min	Google Meet	Não
E35OG	24.08.2021	46min	Google Meet	Sim
E43MT	13.08.2021 e 02.12.2021	2h40min	Google Meet	Não
E32MT	15.09.2021 e 04.10.2021	2h22min	Google Meet	Não
E62MT	02.09.2021	1h27min	Google Meet	Sim
E60AC	15.09.2021	56min	Google Meet	Não
E47AC	08.11.2021	-	Escrita	Não
E36AC	08.10.2021	43min	Google Meet	Não
E51AC	11.11.2021	34min	Presencial	Não
E78AC	02.12.2021	15min	Presencial	Não
E39AC	03.12.2021	26min	Google Meet	Não
E56AC	25.10.2021	13min	WhatsApp	Não

Elaboração própria (2022).

APÊNDICE D – Fragmento do quadro geral

Quadro 3 – Fragmento do quadro geral, base de análise das entrevistas

ENTREVISTADA	2. Me conte um pouco sobre sua família, aqueles com quem você cresceu. Seus pais, irmãos e avós ou outros familiares			3. Queria saber um pouco sobre a sua infância e o lugar onde cresceu. O que gostava de fazer, por exemplo?		
	RESUMO	CITAÇÃO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO	CITAÇÃO	PALAVRAS-CHAVE
E36AU	<p>É de São Paulo, mas sempre teve contato com sítio, horta, etc. Avós tinham sítio e gostavam dessa atividade. Sente que fortaleceu os laços com a família.</p>	<p>38 "[...] mas foi bom crescer em São Paulo porque apesar da cidade, a minha avó sempre teve sítio, né? A gente sempre teve contato com pelo menos um pouco de produção. Meu meu vô veio da Espanha, então ele tinha muito da cultura... da Agricultura. Então, desde que ele fez o sítio ele sempre teve a hortinha, né? Cada um dos netos tinha sua própria hortinha para plantar o que queria, pegava na enxada e fazia... vivia sempre dentro do galinheiro adorava cuidar dos bichos e tal. Então, a gente sempre teve bastante disso, apesar de ter nascido em São Paulo. A minha mãe gosta muito de plantas. Então, a gente sempre teve um pouco mais de noção das coisas assim, né? Do que a maioria das pessoas que cresce numa cidade grande. E hoje a gente é uma família bastante unida, meus irmãos são meus melhores amigos. Todo final de semana a gente se encontra e daí todos tem filhos, então é aquela... uma festa, sempre uma festa? [...] então, esse vínculo só se fortaleceu com o passar do tempo, né?"</p>	<p>sítio; influência da família; horta; contato com produção</p>	<p>Lembra das férias e fins de semana no sítio dos avós. Acredita que tenha influenciado na decisão de trabalhar com AU.</p>	<p>54 "[...] Eu ficava as vezes um mês direto lá só com os meus avós né? Eu era a menorzinha, Eu sou a caçula da família então eu ficava lá direto e nossa! Eu passava o dia na função. Então, quando eu não tava hortinha, tava no galinheiro, pegava os patinhos e ficava cuidando dos patos o dia inteiro. Eu tenho um vínculo muito forte com patos! Mas eu gostava muito, assim. Eu acho que deu, assim, uma aproximada, né? Eu acho que talvez nunca teria passado pela minha cabeça fazer alguma coisa relacionada à agricultura se eu não tivesse vivenciado isso quando era criança."</p>	<p>horta e animais; experiência relevante</p>

Elaboração própria (2022).

APÊNDICE E – Quadro de Ideias Centrais (ICs)

Quadro 4 – Categorização de ICs referentes à pergunta 2/3

Categorização de ICs para cada grupo de ICs iniciais semelhantes		
<p>Pergunta 1/2: Me conte um pouco sobre sua família, aqueles com quem você cresceu. Seus pais, irmãos, avós ou outros familiares. Queria saber um pouco sobre a sua infância e o lugar onde cresceu. O que gostava de fazer, por exemplo? (14 respostas de 17 entrevistadas)</p>		
Entrevistada	Ideia central gerada para os grupos de IC similares	Ideias centrais iniciais similares
E31AU	A - cresceu em meio urbano no interior, mas trabalhou na agricultura quando adolescente	cresceu em meio urbano no interior, mas trabalhou na agricultura quando adolescente
E31AU	B - cresceu na cidade e relação com a terra e os animais ocorreu por meio da família	contato com criação de animais pela família
E49AU	-	contato com a agricultura pela família
E36AU	-	contato com a agricultura pela família
E27AU	-	pais vem do interior e pai foi agricultor
E43MT	-	agricultura sempre esteve presente na família
E62MT	-	avô e roça
E60AC	-	urbana, família
E47AC	-	relação da AU por meio da família
E36AC	-	relação urbanidade e agricultura familiar
E78AC	-	família de agricultores
E39AC	-	figura da avó e agricultura
E30AU	C - cresceu no meio rural em meio a criação de animais	viveu no campo, contato pela família
E49AU	D - experiência na infância e adolescência foram importantes na formação e na aproximação com AU	experiência foi fundamental para fazer AU
E36AU	-	experiência foi fundamental para fazer AU

E55OG	-	fundamental para o que se tornou
E43MT	-	possibilidade de profissão
E32MT	-	importante para a formação
E47AC	-	experiência foi fundamental para fazer AU
E55OG	E - a agricultura urbana surge na relação com o entorno e os vizinhos	a agricultura urbana surge na relação com o entorno e os vizinhos
E32MT	F - lembranças da infância relacionadas ao espaço da natureza	lembranças da infância relacionadas ao espaço da natureza
E47AC		brincadeiras na natureza
E32MT	G - memória sensorial	tato
E36AC		sentidos
E60AC	H - brincava de cozinhar e tarefas domésticas	cozinhar como brincadeira
E47AC	-	brincar de tarefas domésticas
E36AC	-	brincar de cozinhar

Elaboração própria (2022).

Quadro 5 – Categorização de ICs referentes à pergunta 4/5

Categorização de ICs para cada grupo de ICs iniciais semelhantes		
Pergunta 4/5: Como se sente em relação a essas tarefas? Que sentimentos ou o que elas te trazem, despertam? Me conta um pouco dessa sua experiência com agricultura urbana - AU. (15 respostas de 17 entrevistadas)		
Entrevistada	Ideia central gerada para os grupos de IC similares	Ideias centrais iniciais similares
E31AU	A - mas é uma sobrecarga mesmo assim	Mas é uma sobrecarga mesmo assim
E49AU	-	eu não dou conta
E30AU	-	sobrecarga de trabalho
E36AU	-	rotina intensa, sobrecarga, esgotamento
E43MT	-	sobrecarga
E31AU	B - uma mistura de sentimentos	uma mistura de sentimentos
E49AU	-	mistura de sentimento
E30AU	-	gosta do que faz, sentimentos conflitantes
E36AU	-	sentimentos conflitantes
E27AU	-	são muitos desafios, ainda há muito a aprender
E49AU	C - fazer a cura	fazer a cura
E43MT	-	poder curativo
E27AU	D - realização, é o que eu gosto de fazer	Me sinto assim bem feliz.
E35OG	-	eu me sinto muito bem, sabe?
E32MT	-	é muito gostoso
E60AC	-	Me sinto muito bem
E47AC	-	E uma sensação de bem-estar, de estar conectado com o mundo natural
E51AC	-	realização, é o que eu gosto de fazer
E78AC	-	gosta do que faz
E55OG	E - terapia que faz bem	terapia que faz bem
E43MT	-	terapêutica e curativa
E32MT	-	respiro da pandemia
E60AC	-	uma terapia

E36AC	-	terapêutico
E35OG	F - me sinto útil e parte do todo	gratificante ver as mudanças no espaço e nas pessoas
E36AC	-	gratificante por poder contribuir
E39AC	-	me sinto útil e parte do todo
E56AC	G - me sinto em casa	me sinto em casa

Elaboração própria (2022)

Quadro 6 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 6

Categorização de ICs para cada grupo de IC iniciais semelhantes		
Pergunta 6: Se eu te pedisse para escolher dois pontos/aspectos negativos e positivos que o seu trabalho te proporcionou, quais seriam eles? Poderia ordená-los em ordem de importância? (9 respostas de 10 entrevistadas – agricultoras urbanas, ongistas e militantes)		
Entrevistada	Ideia central gerada para os grupos de IC similares	Ideias centrais iniciais similares
POSITIVO	-	-
E31AU	A - trabalho, comida e moradia	trabalho, comida e moradia
E31AU	B - vivência e a coletividade	trabalho coletivo
E43MT	-	vivência e a coletividade
E32MT	-	sentimento de coletividade, conhecer as pessoas do bairro
E49AU	C - conexão com a natureza	conexão com a natureza
E36AU	-	conexão com o ambiente com o clima
E27AU	-	conexão com a natureza como terapia
E32MT	-	contato com a natureza como terapia
E49AU	D - quebrar paradigmas	quebrar paradigmas; saber o que consome e o valor das coisas
E30AU	E - morar no sítio da família, onde quer	morar no sítio da família, onde quer
E30AU	F - trabalhar com o que gosta	trabalhar com o que gosta, turismo e animais
E35OG	-	satisfação pessoal
E30AU	G - comer o que produz	comer o que produz leite, queijo, ovos, mandioca, café
E27AU	-	autonomia alimentar
E36AU	H - aprendizado, conhecimento em geral e administrativo	aprendizado, conhecimento em geral e administrativo
E55OG	I - crescimento pessoal e aprendizado: fazer faculdade, aprender outros idiomas, novas conexões	crescimento pessoal e aprendizado: fazer faculdade, aprender outros idiomas, novas conexões
E55OG	J - relação com a casa: transformar a casa plantando.	relação com a casa: transformar a casa plantando.

E35OG	K - a transformação dos espaços	a transformação dos espaços
E43MT	L - educação libertadora: quebra de paradigmas	educação libertadora: quebra de paradigmas
NEGATIVO	-	-
E31AU	M - individualismo	trabalho coletivo
E43MT	-	individualismo
E31AU	N - sobrecarga de trabalho	sobrecarga de trabalho
E36AU	-	rotina exaustiva
E49AU	O - falta de estrutura, recurso, incentivo	falta de subsídio e incentivo para o agricultor
E36AU	-	falta de incentivo e interesse público em investir nos pequenos produtores rurais
E43MT	-	falta de recurso
E49AU	P - conservadorismo e falta de visão dos próprios produtores	conservadorismo e falta de visão dos próprios produtores
E49AU	Q - a gente está em uma área rural	a gente está em uma área rural
E30AU	R - retorno financeiro, falta de rentabilidade	baixo retorno financeiro devido à concorrência com produtos de fora
E27AU	S - malefícios do sol na pele e questão de ergonomia	malefícios do sol na pele e questão de ergonomia
E35OG	T - instabilidade do trabalho	instabilidade do trabalho

Elaboração própria (2022).

Quadro 7 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 7/8

Categorização de ICs para cada grupo de ICs iniciais semelhantes		
Pergunta 7/8: Pode me contar como que você se viu fazendo o que faz, como que ocorreu o seu interesse por essa área, pelo trabalho e o que te motiva a fazer o que faz. (16 respostas de 17 entrevistadas)		
Entrevistada	Ideia central gerada para os grupos de IC similares	Ideias centrais iniciais similares
E31AU	A – formação, conhecimento adquirido	formação, conhecimento adquirido
E27AU	-	formação
E36AU	-	formação
E31AU	B - contribuir para a reforma agraria	contribuir para a reforma agraria
E31AU	C - fazer a revolução, reconectar com a terra	praticar agroecologia
E49AU	-	fazer a revolução, reconectar com a terra
E27AU	-	resgate da agricultura tradicional agroecológica
E47AC	-	contribuir com a preservação da natureza, se reconectar
E39AC	-	conexão com a natureza
E31AU	D - aprender a ser agricultora e resgate de saberes	aprender a ser agricultora e resgate de saberes
E49AU	E - maternidade	maternidade
E36AU	-	maternidade
E49AU	F - alimentar os trabalhadores, os vizinhos	alimentar os trabalhadores, os vizinhos
E30AU	G - continuar o legado da família, fazer a comunidade virar referencia	continuar o legado da família, fazer a comunidade virar referencia
E36AU	H - contribuir com os produtores e a AU na cidade	contribuir com os produtores e a AU na cidade
E27AU	I - alimentação saudável para as pessoas e a natureza	alimentação saudável para as pessoas e a natureza
E62MT	-	comida que faz bem para o corpo
E47AC	-	ter comida saudável
E36AC	-	olhar para o que come
E51AC	-	alimentação saudável, agroecologia é totalidade
E35OG	J – mudança nas pessoas com quem trabalha	mudança nas pessoas com quem trabalha

E43MT	K – a transformação pratica do mundo	a transformação pratica do mundo
E49AU	-	praticar mais
E55OG	-	vivenciar a pratica
E43MT	L - reparação histórica	reparação histórica
E32MT	M - estar mais envolvida, aprender mais	estar mais envolvida, aprender mais
E47AC	-	troca com outras pessoas
E36AC	-	aprender mais
E62MT	N - transformar o espaço porque faz bem para si	transformar o espaço porque faz bem para si
E60AC	O - o gostar, dar satisfação e promover a saúde mental	o gostar, dar satisfação e promover a saúde mental
E51AC	-	porque é prazeroso
E78AC	-	gosta e se sente bem
E47AC	P – trabalhar com projetos de AU	trabalhar com projetos de AU
E36AC	Q – contribuir com a comunidade	contribuir com a comunidade
E51AC	-	contribuir para a comunidade fornecendo alimento
E39AC	-	contribuir com a comunidade
E51AC	R - promover lugar de troca e apoio intergeracional	promover lugar de troca e apoio intergeracional

Elaboração própria (2022).

Quadro 8 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 10

Categorização de ICs para cada grupo de ICs iniciais semelhantes		
Pergunta 10: Para você, houve alguma mudança na sua vida com a prática da AU? Qual? (Mudou seus hábitos cotidianos, o cuidado de si mesma, dos outros, do território, do lugar que mora e da cidade?) (13 respostas de 17 entrevistadas)		
Entrevistada	Ideia central gerada para os grupos de IC similares	Ideias centrais iniciais similares
E31AU	A - questão estética	a forma de se vestir, vaidade e como as pessoas te olham
E27AU	-	não cuidar tanto de si esteticamente
E31AU	B - mais trabalho, mais sobrecarregada	mais trabalho, mais sobrecarregada
E31AU	C - alimentação	alimentação, comer o que planta e coisas diferentes
E36AU	-	se preocupar em saber o que come e de onde vem
E49AU	D- saber os limites do próprio corpo	saber os limites do próprio corpo
E36AU	E - agroecologia nos abre para o mundo	se envolver em algo maior, comunitário
E32MT	-	agroecologia nos abre para o mundo, as relações
E36AC	-	tornou-se uma cidadã melhor
E27AU	F - maior cuidado e afinidade com as plantas	cuidar mais do espaço da casa e das plantas
E36AC	-	maior cuidado e afinidade com as plantas
E43MT	G - maior compressão da interconexão racismo, feminismo	maior compressão da interconexão racismo, feminismo
E62MT	H - inseparabilidade humanidade natureza	inseparabilidade humanidade natureza
E47AC	-	compreensão de que somos natureza
E60AC	I - mais tolerante e respeitosa com o outro	mais tolerante e respeitosa com o outro
E51AC	-	o contato com o outro, a vivencia e a troca
E36AC	J - terapia	terapia
E39AC	K - dar valor ao trabalho envolvido na produção de alimento	dar valor ao trabalho envolvido na produção de alimento
E56AC	L - aprender mais sobre a terra e ensinar	L - aprender mais sobre a terra e ensinar

Elaboração própria (2022).

Quadro 9 – Categorização de ideias centrais referentes às perguntas 11/12

Categorização de ICs para cada grupo de ICs iniciais semelhantes			
Pergunta 11/12: Você participa de alguma instituição, coletivo, organização ou movimento relativo à AU? Em que nível? Pode me contar como foi esse processo, como começou a participar? (17 respostas)			
Entrevistada	Ideia central gerada para os grupos de IC similares		
	IC1 - Sim, eu participo	Nível	Organizações
E31AU	A - Para conseguir a certificação orgânica participativa	integrante	Acolhida da Colônia; Instituto Compassos; Coletivo Nacional de Agricultura Urbana; Rede Internacional de Agricultura Educativa; Conselho de Alimentação Escolar de Florianópolis (CAE); Grupo Mittos - Recicla-ção; Quintal Comunitário do Córrego Grande; Rede Ecovida - Grupo Harmonia da Terra; Rede Ecovida - Grupo Ilha Meimbipe; Movimento Ponta do Coral 100% Pública; Coletivo Tecendo Redes; Horta Comunitária do Muquém; Grupo Quinta das Plantas; Horta Mãe Madre Siembra - CRAS Capoeiras; Rede Semear de Agricultura Urbana.
E49AU	-	secretária	
E36AU	-	integrante	
E27AU	-	integrante	
E30AU	B - Para melhorar e promover a propriedade	integrante	
E55OG	C - Devido ao trabalho	integrante	
E35OG	-	integrante	
E43MT	D - Para promover a transformação social pela agroecologia	coordenação; integrante - professora	
E32MT	-	coordenação; integrante	
E62MT	F - Porque gosta, quer contribuir e aprender	integrante	
E60AC	-	integrante	
E47AC	-	integrante	
E36AC	-	integrante	
E51AC	-	coordenação	
E78AC	-	integrante	
E39AC	-	integrante	
E56AC	-	integrante	

Elaboração própria (2022).

Quadro 10 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 6/13

Categorização de ICs para cada grupo de IC iniciais semelhantes		
Pergunta 6/13: Agora, de novo, vou te pedir para me dizer dois pontos/aspectos positivos e negativos que a atividade nesses espaços te proporcionou. Dentre esses pontos, você poderia apontar qual a ordem de importância para você? (7 respostas de 7 entrevistadas – somente agricultoras comunitárias)		
Entrevistada	Ideia central gerada para os grupos de IC similares	Ideias centrais iniciais similares
	POSITIVOS	
E60AC	A - fazer o que gosta	alegria, satisfação pessoal
E51AC	-	me dá prazer.
E60AC	B - aprendizado e troca de experiências	convívio, troca e o aprendizado
E36AC	-	troca, integração, comunalidade com o bairro.
E51AC	-	conhecimento e troca
E78AC	-	aprender coisas novas, conviver com as pessoas
E39AC	-	troca de experiências, saberes, aprendizado.
E56AC	-	troca de experiências, amizade
E60AC	C - sentimento de pertencimento	sentimento de pertencimento
E47AC	D - entender a dimensão do impacto que estamos causando	entender a dimensão do impacto que estamos causando
E47AC	E - pensar o espaço construído e natural de forma sistêmica	pensar o espaço construído e natural de forma sistêmica
E47AC	F- alimentação	saber de onde vem o alimento
E36AC	-	acesso a alimento de forma barata
E47AC	G - fazer na coletividade, contribuir	fazer na coletividade, contribuir
E36AC	-	contribuir para a sociedade, solidariedade para com aqueles que estão em situação de insegurança alimentar
E47AC	H - aprender a lidar com as diferenças	aprender a lidar com as diferenças
E36AC	I - terapêutico	terapêutico
E39AC	-	contato com a terra
E36AC	J - saúde, atividade física	saúde, atividade física
	NEGATIVOS	

E60AC	K - falta de espírito de comunidade	falta de espírito de comunidade
E36AC	-	falta de compromisso das pessoas
E51AC	-	falta de compreensão do que é comunalidade
E47AC	L - divergências trabalho coletivo	conflitos do trabalho coletivo
E36AC	-	divergências trabalho coletivo
E36AC	M - falta de tempo	falta de tempo
E39AC	-	tempo e falta de assiduidade
E51AC	N - falta de estrutura, recurso, incentivo	falta de estrutura, recurso, incentivo

Elaboração própria (2022).

Quadro 11 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 13

Categorização de ICs para cada grupo de IC iniciais semelhantes		
Pergunta 13: Agora, de novo, vou te pedir para me dizer dois pontos/aspectos positivos e negativos que essa atividade de participação te proporcionou. Dentre esses pontos, você poderia apontar qual a ordem de importância para você? (10 respostas de 10 entrevistadas – somente agricultoras, ongistas e militantes)		
Entrevistada	Ideia central gerada para os grupos de IC similares	Ideias centrais iniciais similares
POSITIVOS		
E31AU	A - aprendizado e troca de experiências	enriquecer a agroecologia pela troca de experiências
E49AU	-	troca de experiências
E30AU	-	troca de informação, cultura
E36AU	-	aprendizado, conhecimento sobre agroecologia
E27AU	-	troca e apoio entre produtores, parcerias
E55OG	-	lugar de aprendizado, escola
E35OG	-	ver experiências de vários locais, troca de experiências
E43MT	-	senso de coletividade, troca
E49AU	B - a luta coletiva traz conquistas para todos.	motivação em grupo, buscar transformar
E36AU	-	a luta coletiva traz conquistas para todos.
E55OG	-	pautar políticas públicas
E32MT	-	ação coletiva
E43MT	C - lugar do diálogo	lugar do diálogo
E32MT	D - conhecer pessoas e os movimentos em Florianópolis	conhecer pessoas e os movimentos em Florianópolis
E32MT	E - estar nas comunidades e nos territórios	estar nas comunidades e nos territórios
E62AC	F- entender mais sobre feminismo e respeitar a si mesma	entender mais sobre feminismo e respeitar a si mesma
NEGATIVOS		
E30AU	G - atritos e conflitos da coletividade	as discordâncias e divergências políticas e o individualismo.
E35OG	-	atritos e conflitos da coletividade

E32MT	-	conflitos e disputa entre movimentos
E36AU	H - demanda exaustiva de participação	disponibilidade de tempo
E27AU	-	demanda de trabalho coletivo e trabalho na roça
E55OG	-	demanda exaustiva de participação
E32MT	-	sobrecarga
E36AU	I - as questões encaminham mais lentamente, devido ao debate necessário.	as questões encaminham mais lentamente, devido ao debate necessário.
E43MT	J - não poder contar com o poder público no que se refere a ações nos territórios os embates com outros grupos e com o poder público.	não poder contar com o poder público no que se refere a ações nos territórios os embates com outros grupos e com o poder público.

Elaboração própria (2022).

Quadro 12 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 14

Categorização de ICs para cada grupo de ICs iniciais semelhantes		
Pergunta 14: Como você acredita que as pessoas reagem a sua participação nessa atividade/entidade? Como é a sua experiência, impressões e sentimentos dentro desse coletivo, grupo. (8 respostas de 17 entrevistadas)		
Entrevistada	Ideia central gerada para os grupos de IC similares	Ideias centrais iniciais similares
E49AU	A - se sente acolhida e bem vinda	se sente valorizada e acolhida
E36AU	-	acha que a presença é bem vinda
E27AU	-	ficam contentes
E32MT	-	se sente acolhida
E47AC	-	muita gratidão
E30AU	B - eu acho que é amor e ódio	bem polêmica
E43MT	-	eu acho que é amor e ódio
E51AC	-	amor e ódio

Elaboração própria (2022).

Quadro 13 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 15

Categorização de ICs para cada grupo de ICs iniciais semelhantes		
Pergunta 15: Você considera que seu trabalho com AU tenha alguma influência no seu espaço, casa, bairro, na cidade de Florianópolis? De que forma? (16 respostas de 17 entrevistadas)		
Entrevistada	Ideia central gerada para os grupos de IC similares	Ideias centrais iniciais similares
E31AU	A - por meio do trabalho coletivo e da troca comunitária	é o trabalho coletivo que influencia
E49AU	-	trazer pessoas para trabalhar junto, parcerias
E36AU	-	conhecer as pessoas do bairro, os vizinhos
E27AU	-	conectar pessoas, divulgar e trabalhar com a comunidade
E55OG	-	a importância do trabalho coletivo mais que individual
E35OG	-	disseminar o conhecimento e a prática para as pessoas
E43MT	-	pelos trocas, aprendizados e diálogo
E32MT	-	sentimento de comunidade
E47AC	-	interação e troca com vizinhos
E36AC	-	fornecer alimentos para famílias do entorno
E31AU	B - por desmitificar o estereótipo do sem terra	desmitificar o estereótipo do sem terra
E49AU	C - por ser uma referência	fonte de referência e informação para a comunidade
E30AU	-	é uma referência
E47AC	-	ser uma referência
E51AC	-	ser referência no bairro
E49AU	D - por resgatar a história e os saberes locais	resgate histórico, valorização dos saberes locais
E30AC	-	resgate das ruralidades e sustentabilidade
E36AU	E - mudança de hábito, melhorar a relação com o alimento, resíduos e casa	chamar a atenção para a origem do alimento

E27AU	-	melhora na alimentação, comida saudável e orgânica
E350G	-	mudança de habito, cultivar e separar resíduo
E32MT	-	mudança do espaço da casa
E47AC	-	plantar a parte da própria comida
E51AC	-	mudar alimentação, plantar o que come
E78AC	-	levar comida saudável para casa
E27AU	F - ocupar lugar ocioso na cidade	ocupar lugar ocioso na cidade
E43MT	G - práxis transformadora	práxis transformadora
E62MT	H - incentivar mais pessoas a fazer hortas e participar	incentivar mais pessoas a fazer hortas
E47AC	-	despertar nas pessoas a vontade de participar, o gosto pelo plantar e pela natureza
E36AC	-	divulgar para mais pessoas
E39AC	-	chamar a atenção das pessoas pela curiosidade, conscientizar
E62MT	I - valorização do espaço coletivo, público	muda a relação com o espaço público, passa a ser mais valorizado
E60AC	-	mostrar as potencialidades do espaço coletivo
E47AC	J - aumentar a biodiversidade urbana	aumenta a biodiversidade de insetos
E51AC	K - mostrar outra forma de habitar a cidade	outra forma de habitar a cidade

Elaboração própria (2022).

Quadro 14 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 16

Categorização de ICs para cada grupo de ICs iniciais semelhantes		
Pergunta 16: E o que você sente, suas percepções sobre o lugar que mora, seja o espaço da casa, do bairro ou da cidade de Florianópolis? (14 respostas de 17 entrevistadas)		
Entrevistada	Ideia central gerada para os grupos de IC similares	Ideias centrais iniciais similares
E49AU	A - a gente está urbanizando tudo	a gente está urbanizando tudo
E36AU	-	crescimento rápido e desordenado
E27AU	-	que o crescimento urbano está acelerado
E55OG	-	crescimento urbano acelerado
E32MT	-	crescimento urbano destrutivo
E62MT	-	crescimento urbano e especulação imobiliária
E60AC	-	urbanização desenfreada
E36AC	-	crescimento descontrolado
E51AC	-	crescimento, exploração imobiliária
E49AU	B - dói ver as mudanças	tristeza em ver no que está se transformando
E43MT	-	grande desafio, difícil morar
E32MT	-	dói ver as mudanças
E62MT	-	me sinto muito mal
E60AC	-	sinto uma pena muito grande
E36AC	-	eu tenho uma relação de amor e ódio com Florianópolis
E49AU	C - aumento da gentrificação e elitização	gentrificação, elitização
E36AU	-	bairro está se renovando e crescendo, gentrificação
E55OG	-	gentrificação
E32MT	-	gentrificação, aumento do custo de vida
E36AC	-	cidade que exclui, elitizada
E36AU	D - Floripa é essa cidade mega reacionária e provinciana	bairro conservador
E43MT	-	cidade reacionária

E32MT	-	Floripa é essa cidade mega reacionária e provinciana
E36AU	E -Florianópolis ela é bem desigual	desigualdade social
E39AC	-	Florianópolis ela é bem desigual
E36AU	F - ideologia do progresso	poder público interessado na especulação imobiliária
E43MT	-	o sul não é tudo isso
E62MT	-	poder público
E51AC	-	um grande faz de conta: muito discurso e pouco incentivo
E27AU	G - tem potencial para se tornar um referencial em agricultura urbana	tem potencial da cidade virar um referencial em agricultura urbana
E35OG	-	Transformação dos espaços pela AU
E43MT	-	algo muito rico
E51AC	-	a sustentabilidade está nos grupos de AU
E43MT	H - medo da cidade	medo da cidade
E32MT	I - a natureza é incrível	gosta muito da natureza do entorno
E36AC	-	a natureza é incrível
E62MT	J - ações que existem são insuficientes	os movimentos são insuficientes
E60AC	-	ações que existem são insuficientes
E47AC	-	o que faz não é suficiente
E62MT	K - espaços públicos insuficientes	espaço público insuficiente, falta interação com vizinhos
E60AC	-	espaço público insuficiente
E60AC	L - não tem qualidade de vida	não tem qualidade de vida
E47AC	M - Feliz em contribuir com a biodiversidade na cidade	Feliz em contribuir com a biodiversidade na cidade

Elaboração própria (2022).

Quadro 15 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 17

Categorização de ICs para cada grupo de ICs iniciais semelhantes		
Pergunta 17: Se pudesse mudar alguma coisa ou algum aspecto (do seu trabalho, do bairro ou Florianópolis), qual seria? Por que? Qual sua expectativa quanto a isso no futuro? (15 respostas de 17 entrevistadas)		
Entrevistada	Ideia central gerada para os grupos de IC similares	Ideias centrais iniciais similares
E31AU	A - melhorar fonte de renda trabalhando menos	melhorar fonte de renda trabalhando menos
E49AU	B - mais incentivo e política pública de valorização da AU	precisa de política pública de incentivo para a cultura da AU
E27AU	-	apoio e incentivo ao agricultor urbano e as hortas
E35OG	-	remunerar quem faz AU
E35OG	-	estimular as pessoas se inserir na AU
E35OG	-	ter ponto de coleta de resíduo orgânico em todos os bairros
E43MT	-	reconhecer a ruralidade em Florianópolis
E32MT	-	ter mais horta
E32MT	-	fortalecer os movimentos de AU
E47AC	-	mais infraestrutura para hortas e praças
E49AU	C - investir em educação, cultura e artes	valorização da cultura e meio ambiente
E32MT	-	coletar memórias dos moradores
E62MT	-	investir em educação, cultura e artes
E47AC	-	investir em educação
E49AU	D - ter mais parcerias para sair menos do sítio	ter mais parcerias para sair menos do sítio
E49AU	E - eu acho que tem muita luta aí pela frente sabe?	resistência
E36AU	-	mais luta e resistência
E55OG	-	horizonte de batalha e resistência
E43MT	-	muita coisa pra fazer, lutar e combater
E32MT	-	fazer resistência frente as mudanças

E36AC	-	ter pessoas resistindo
E51AC	-	eu acho que tem muita luta aí pela frente sabe?
E49AU	F - conter o crescimento desenfreado	repensar o crescimento urbano
E30AU	-	conter o crescimento desenfreado
E55OG	-	conter a expansão urbana
E60AC	-	parar a construção civil e mais planejamento
E30AU	G - mudança se faz na luta coletivo	maior união e trabalho coletivo comunitário
E62MT	-	mudança se faz na luta coletivo
E30AU	H - gostaria que a comunidade fosse referência de turismo sustentável	gostaria que a comunidade fosse referência de turismo sustentável
E36AU	I - mobilidade urbana	mobilidade urbana
E39AC	-	mobilidade urbana
E36AU	J - habitação de interesse social	habitação de interesse social
E60AC	-	habitação de interesse social
E36AU	K - eu vejo um campo minado entendeu?	futuro difícil
E55OG	-	pessimismo quando ao futuro
E43MT	-	eu vejo um campo minado entendeu?
E47AC	-	não é otimista
E36AC	-	expectativas futuras não muito boas

Elaboração própria (2022).

Quadro 16 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 18

Categorização de ICs para cada grupo de ICs iniciais semelhantes	
Pergunta 18: Você sente que tem vínculo, conexão com algo (lugares, natureza, comunidade)? Quais lugares? Por que? (15 respostas de 17 entrevistadas)	
Entrevistada	Ideia central gerada para os grupos de IC similares
E49AU	A - espaços naturais
E43MT	
E36AC	
E78AC	
E30AC	B - casa
E60AC	
E51AC	
E36AU	C - lugares em Florianópolis
E55OG	
E32MT	
E62MT	
E39AC	
E27AU	D - pessoas
E35OG	E - lugares onde contribuí
E47AC	

Elaboração própria (2022).

Quadro 17 – Categorização de ideias centrais referentes à pergunta 19

Categorização de ICs para cada grupo de ICs iniciais semelhantes		
Pergunta 19: Como é ser mulher e trabalhar com agricultura urbana? Como você vê e como se sente em relação à participação das mulheres no movimento de agricultura urbana em Florianópolis? (16 respostas de 17 entrevistadas)		
Entrevistada	Ideia central gerada para os grupos de IC similares	Ideias centrais iniciais similares
E31AU	A- sobrecarga no trabalho cotidiano	trabalho excessivo
E49AU	-	sobrecarregada
E32MT	-	trabalho, não trabalho, sobrecarga
E31AU	B- amizade e solidariedade	amizade e solidariedade
E49AU	C- culpa	culpa
E49AU	D - a agricultura é feminina	a agricultura é feminina
E47AC	-	agricultura feminina
E36AC	-	agricultura feminina
E30AU	E - machismo e discriminação	discriminação
E36AU	-	discriminação
E27AU	-	discriminação
E35OG	-	discriminação
E62MT	-	machismo nos movimentos sociais
E51AC	-	machismo no trabalho
E30AU	F- acho que a gente que está fazendo a agricultura Urbana em Florianópolis	mais mulheres na AU
E27AU	-	mulheres ativas em Florianópolis
E55OG	-	mulheres ativas em Florianópolis
E32MT	-	a maioria é mulher
E62MT	-	mulheres muito ativas
E47AC	-	mulheres são mais ativas
E36AC	-	acho que a gente que está fazendo a agricultura Urbana em Florianópolis
E30AU	G - movimento plural	grupos não são unidos
E43MT	-	o movimento é bem grande
E36AU	H - é desafiador, exige força	é desafiador, exige força
E27AU	-	força física
E36AC	-	trabalho braçal
E36AU	I - mulher tem vocação para o social	agricultura das mulheres tem diferencial

E27AU	-	mulher tem vocação para o social
E55OG	-	mulheres e cuidado
E55OG	J - Eu não sou uma militante dessa linha do feminismo	Eu não sou uma militante dessa linha do feminismo
E43MT	K - ser mulher é resistir	ser mulher é resistir
E36AC	-	conquistar espaço
E32MT	-	lideranças são homens
E62MT	-	sou ecofeminista
E51AC	-	resistir
E60AC	L - não se sentiu oprimida	não se sentiu oprimida
E78AC	-	se sente bem
E39AC	-	se sente respeitada
E51AC	M - um despontar	um despontar

Elaboração própria (2022).

Quadro 18 – Categorização de ideias centrais referentes à pandemia

Categorização de ICs para cada grupo de ICs iniciais semelhantes		
Sobre a pandemia (11 respostas de 16 entrevistadas)		
Entrevistada	Ideia central gerada para os grupos de IC similares	Ideias centrais iniciais similares
E02	A - pandemia fortaleceu ou início os laços com a agroecologia	se mudou pra o sítio com a pandemia
E05	-	fez iniciar as atividades na horta com as cestas
E09	-	início na agroecologia com a pandemia
E14	-	fortaleceu com a pandemia a noção de alimentação saudável e corpo
E04	B - desmobilizou a militância	pandemia atrapalhou o trabalho coletivo, a organização da militância
E06	-	dificultou a mobilização coletiva, a militância
E09	-	esvaziamento do grupo com a pandemia
E04	C - aumentou a sobrecarga de trabalho	contribuiu para o sobrecarregamento
E05	-	muitas reuniões virtuais, sobrecarrega
E08	-	esgotamento cotidiano aprofundado pela pandemia
E07	D - horta como atividade de ensino	boa atividade para os alunos em pandemia
E13	-	boa atividade escolar
E08	E - é terapêutico	questão terapêutica
E09	-	terapia em pandemia
E12	-	horta positivo na pandemia
E13	-	terapêutico
E10	F - pessoas valorizaram mais espaço público	pessoas valorizaram mais espaço público

Elaboração própria (2022).